



Especialidades

ISSN: 1984-817X

Dossiê

*História
& Espaços*

Volume 10 • 2016.2 • Natal/RN

ESPACIALIDADES

Revista Eletrônica dos Discentes do Mestrado em História da UFRN

Espacialidades

2016, Volume 10 - ISSN: 1984-817X

Dossiê: **História e Espaços**

Editor-responsável: Dr. Magno Francisco de Jesus Santos

Editora gestora: Livia Brenda da Silva Barbosa

Vice-editor gestor e gerenciador do site: Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho

Secretário-geral: Aledson Manoel Silva Dantas

Secretário de comunicações e redes sociais: Tyego Franklim da Silva

Normatização: Raphael Alves da Costa Torres e Cid Moraes Silveira

Corretor: Francisco Leandro Duarte Pinheiro

Imagem de capa: arte de Tyego Franklim da Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitora: Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Herculano Ricardo Campos

Vice-Diretora: Maria das Graças Soares Rodrigues

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenador: Raimundo Pereira Alencar Arrais

Vice-coordenador: Helder do Nascimento Viana

**ESPECIALIDADES – REVISTA ELETRÔNICA DOS DISCENTES DO
MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Editor-responsável: Dr. Magno Francisco de Jesus Santos

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Sala 812. Universidade Federal do
Rio Grande do Norte Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP
59078-970 Natal/RN

Disponível/Disponible/Avaliable:

Site: cchla.ufrn.br/espacialidades | E-mail: espacialidades@gmail.com

NATAL (RN) – BRASIL/2016

CONSELHO CONSULTIVO DESTE VOLUME

Candice Vidal e Souza (PUC – MG)

Carlos Gabriel Guimarães (UFF)

Cristiano Luís Christillino (UEPB)

José Carlos Vilaradaga (UNIFESP)

José Otávio Aguiar (UFCG)

Juliana Teixeira Souza (UFRN)

Manoela da Silva Pedroza (UFRJ)

Rubensilson Brazão Teixeira (UFRN)

Suely Creusa Cordeiro de Almeida (UFRPB)

Nota em homenagem ao professor Dr. Francisco Carlos Cardoso Cosentino

Com grande pesar e tristeza lamentamos o falecimento do prof. Francisco Carlos Cardoso Cosentino.(16/04/1953 ✨ – 12/10/2016 †) Graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1986), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2005), e pós-doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais (2010-2011), Francisco Cosentino era professor Associado da Universidade Federal de Viçosa. Desenvolvia pesquisas importantes nas temáticas da política do período moderno do Antigo Regime. Grande parte de sua produção intelectual estava voltada para a compreensão da organização e funcionamento do governo-geral do Estado do Brasil, entre os séculos XVI e XVII, bem como sobre a hierarquia, seleção e trajetória dos governadores-gerais. Seu interesse acadêmico também se voltava para a comparação do estatuto do governo-geral com os vice-reinos espanhóis da América, sobretudo o vice-reino da Nova Espanha. Desenvolvia recentemente novas pesquisas sobre a temática da administração na América portuguesa: as políticas dos governadores-gerais e as suas relações entre câmaras e capitães-mores; as disputas e os conflitos na dinâmica de governação do Estado do Brasil; a comunicação política entre o governo-geral e a Coroa portuguesa; e, por fim, a organização territorial das jurisdições das capitanias na América portuguesa entre régias e donatarias.

O prof. Francisco Cosentino passou a integrar no ano de 2015 o Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A sua breve entrada e permanência no laboratório como membro colaborador trouxe importantes e frutíferas contribuições para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, bem como para o amadurecimento intelectual de seus membros. Como um árduo defensor de determinados conceitos-chaves para a compreensão das monarquias modernas no Antigo Regime, tais como monarquia polissinodal, pluricontinental e corporativa, o professor Francisco Cosentino trouxe importantes debates e discussões sobre as influências e as estruturas mentais que constituíam o

arcabouço do Antigo Regime português. Sua entrada no laboratório coincidiu com o início de novas pesquisas sobre a administração portuguesa. Francisco Cosentino demonstrava estar particularmente empolgado, pois estava ansioso para incluir as capitanias do Rio Grande e Paraíba, e compreender melhor o funcionamento das capitanias anexas.

Ainda no ano de 2015, o prof. Francisco Cosentino também se tornou membro colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN. Sua breve, porém, importante participação do PPGH/UFRN também foi significativa. O prof. Francisco Cosentino tornou-se orientador de Leonardo Paiva de Oliveira e Marcos Arthur Viana da Fonseca, que seriam os seus dois primeiros orientandos da pós-graduação. Mais do que um excelente e dedicado orientador, Francisco Cosentino era um amigo e colega, que não dispensava a construção em conjunto do conhecimento histórico. Sua empolgação com a orientação acadêmica, bem como a felicidade compartilhada com seus orientandos deixarão uma enorme saudade e um grande vazio em nossos corações. Perdemos nesse ano não apenas um grande pesquisador, mas também um grande companheiro.

Natal, 01 de novembro de 2016.

SUMÁRIO

Apresentação 9

Dossiê

Vivências “mestiças” e administração colonial nos sertões da capitania do Rio Grande: o caso da família Soares de Oliveira (séculos XVIII-XIX) 14

Helder Alexandre Medeiros de Macedo (UFRN)

Maiara Silva Araújo (UFRN)

Sertões fluidos: discussão sobre as espacialidades na porção meridional da América portuguesa: o caso da capitania de São Vicente 46

Fernando V. Aguiar Ribeiro (UNIFESP)

Para a cidade, um gabinete de leitura 83

Paulo Henrique Oliveira (PUC-SP)

Cidades: teorias e grafias 117

Leno José Barata Souza (Faculdade Sumaré-SP)

Gonçalo M. Tavares e o espaço da guerra: os limiares entre a ficção e a não-ficção 150

Sandra Beatriz Salenave de Brito (UFGRS)

As regiões agrárias e ambientais do Brasil numa perspectiva histórica 170

Fábio Roberto Krzysczak (UPF)

O corpo social em disputa: a biopolítica das guerras civilizadas às narrativas da nação nos processos de descolonização 189

Priscila Manfrinati (USP)

Entrevista

Prof. Dr. Tiago Luís Gil (UnB) 222

Apresentação

“Espaço é um constructo do ser humano”. Uma frase como esta do geógrafo Yi-Fu Tuan pode parecer óbvia a muitos leitores. Seu sentido, todavia, é mais complexo do que se imagina e tem sido o ponto norteador das discussões divulgadas pela revista *Espacialidades*. Marc Bloch, historiador francês, uma vez definiu que a história é a ciência dos homens no tempo. Seria, portanto, um estudo das transformações sociais, econômicas, culturais e políticas que o homem produz e vive. Ao afirmar que o espaço é uma construção humana, Tuan abriu a possibilidade de se pensar, não somente de como o homem atua sobre um espaço, mas também como este é representado, construído e resignificado, conforme o contexto histórico em que está inserido. A história demonstra, portanto, que o espaço não seria apenas um palco das ações do homem, naturalizado e inerte, mas uma categoria que é produto humano e, ao mesmo tempo, pode influenciar a constituição de toda uma sociedade. Na nossa perspectiva, história e espaço são categorias que não podem ser analisadas em separado, havendo-se uma interação reflexiva entre as duas.

A Revista *Espacialidades* nasceu da iniciativa de discentes do Programa de Pós-Graduação em História. A temática principal, em consonância com as discussões do mestrado, é o espaço na História. A imediatamente pensada relação com a Geografia tem produzido trabalhos que analisam, não somente a economia, a política ou a cultura, mas, como essas instâncias da vida humana contribuem para transformar um espaço. O homem produz o espaço e constrói categorias. Dessa forma, conceitos como “nação”, “colônia”, “lugar”, “lar”, “cidade”, “vila”, “território”, “fronteira”, “Estado”, etc., foram tecidos na busca para conferir um sentido específico: fomentar uma identidade, classificar, separar ou hierarquizar. Para comemorar, então, o décimo volume da Revista *Espacialidades*, pensamos o dossiê *História & Espaços*, o qual apresenta artigos que tenham a preocupação em problematizar o espaço em sua

relação com a História, sob diferentes temáticas, temporalidades, além de uma seção com entrevista concedida pelo professor Dr. Tiago Luís Gil da UnB.

A Equipe editorial da Revista Espacialidades composta por membros do Programa de Pós-graduação em História da UFRN e sob a chefia editorial do professor Dr. Magno Francisco de Jesus Santos, professor do Departamento de História da UFRN, apresenta a sua mais nova e comemorativa publicação, resultado um dedicado trabalho e das contribuições feitas por pesquisadores de todo o país, que se interessaram em publicar na Revista Espacialidades e enviaram as suas propostas.

A todos, nosso agradecimento.

Agradecemos ainda aos membros do Conselho consultivo deste volume. Professores e pesquisadores de diferentes universidades que fizeram, com criteriosos pareceres, parte da consolidação do nosso 10º volume.

Trazemos em seguida uma breve apresentação dos trabalhos que integram este volume.

* * *

Para abrir o nosso dossiê *História & Espaços*, apresentamos o artigo *Vivências “mestiças” e administração colonial nos sertões da capitania do Rio Grande: o caso da família Soares de Oliveira (séculos XVIII-XIX)*, cujos autores, o Prof. Dr. em História Helder Alexandre Medeiros de Macedo (UFRN) e a graduada em História Maiara Silva Araújo (UFRN), trazem um aprofundado estudo sobre a ação da família Soares de Oliveira nos sertões da capitania do Rio Grande, compreendendo a inserção de “mestiços” na administração colonial dos sertões da Capitania do Rio Grande, no decurso do século XVIII

Em seguida, ainda no contexto do período colonial, trazemos o texto *Sertões fluidos: discussão sobre as espacialidades na porção meridional da América portuguesa: o caso da capitania de São Vicente* de autoria de Fernando V. Aguiar Ribeiro, atualmente no pós-

doutorado em História da UNIFESP. O trabalho de Fernando V. Aguiar Ribeiro põe em discussão a espacialidade na porção meridional da América portuguesa, com foco na capitania de São Vicente. Assim, o autor coloca em evidência a conquista e colonização da região, tratando de sua espacialidade, por meio das ideias de *sertões* e *fronteiras*.

O terceiro artigo do dossiê intitula-se *Para a cidade, um gabinete de leitura* cujo o autor, mestre em História, Paulo Henrique Oliveira (PUC-SP), analisa o processo de surgimento do Gabinete de Leitura de Jundiaí, no Estado de São Paulo, e sua representação no espaço citadino em que foi construído. O Gabinete de Leitura, criado no ano de 1908, foi criado por um grupo de trabalhadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Neste modo, o autor analisa este espaço para a instrução que promovia uma sociabilidade livresca, por meio de conferências e cerimônias literárias e uma escola de primeiras letras aos associados e frequentadores.

Na sequência, tem-se o texto *Cidades: teorias e grafias* de autoria do Prof. Dr. em História Leno José Barata Souza (Faculdade Sumaré-SP). Neste artigo o autor analisa as experiências culturais, urbanas e econômicas da “cidade flutuante” de Manaus que, entre a década de 1920 e 1967, fazendo também uma discussão de alguns conceitos sobre o tema “cidade”, trazendo à tona um debate que se interliga, assim como os artigos até agora apresentados, com a relação História e Espaços.

O quinto artigo do dossiê *História & Espaços*, intitulado *Gonçalo M. Tavares e o espaço da guerra: os limiares entre a ficção e a não-ficção*, de autoria da doutoranda em História Sandra Beatriz Salenave de Brito (UFGRS), trata sobre a análise da obra *Um Homem: Klaus Klump* (2007), romance de Gonçalo M. Tavares, integrante da série O Reino que, segundo uma perspectiva filosófica e geográfica, recria o espaço de guerra em uma cidade sem localização no espaço e no tempo. Nesse sentido, a partir de um debate sobre “espaços de guerra”, a autora faz uma aproximação entre a Literatura e a História.

Nessa ordem, apresentamos o trabalho do doutorando em História Fábio Roberto Krzysczak (UPF), cujo título é *As regiões agrárias e ambientais do Brasil numa perspectiva histórica*. Neste texto, o autor coloca um panorama histórico sobre a definição de região numa perspectiva agrícola e ambiental. Além disso, o autor debate conceitos como de regiões ambientais, regiões agrícolas e ecossistemas.

Fechando a seção de artigos do nosso dossiê temático apresentamos o trabalho *O corpo social em disputa: a biopolítica das guerras civilizadas às narrativas da nação nos processos de descolonização* de autoria da mestranda em História Priscila Manfrinati (USP). O texto considera a dominação colonial própria ao fenômeno do *imperialismo moderno*, além das dimensões materiais, ou seja, em seu aspecto de profundidade ideológica e epistêmica sobre povos inseridos na contra-modernidade. Assim, a autora buscou articular em seu texto os modos de instrumentalização da *vida nua* tanto nos processos coloniais, por parte dos Estados modernos, quanto nos de emancipação, por parte das nações descolonizadas.

* * *

Fechando a nossa publicação, na última seção do nosso volume, apresentamos entrevista concedida pelo professor Dr. Tiago Luís Gil, professor da UnB, que vêm se destacando em projetos que aliam História, Geografia e novas tecnologias de mapeamento histórico. Nesta entrevista o professor trata sobre estes assuntos e seus mais recentes projetos que dialogam com a História digital e a História espacial, colocando em pauta uma temática importante para o tema deste dossiê *História & Espaços*.

* * *



O editor-chefe e a Equipe editorial da Revista Espacialidades desejam a todos uma boa leitura!

Editor-chefe: Magno Francisco de Jesus Santos

Equipe editorial:

Aledson Manoel Silva Dantas

Cid Morais Silveira

Francisco Leandro Duarte Pinheiro

Giovanni Roberto Protásio Filho

Lívia Brenda da Silva Barbosa

Raphael Alves da Costa Torres

Tyego Franklim da Silva

VIVÊNCIAS “MESTIÇAS” E ADMINISTRAÇÃO COLONIAL NOS SERTÕES DA CAPITANIA DO RIO GRANDE: O CASO DA FAMÍLIA SOARES DE OLIVEIRA (SÉCULOS XVIII-XIX)¹

Helder Alexandre Medeiros de Macedo²

Maiara Silva Araújo³

Artigo recebido em: 05/09/2016

Artigo aceito em: 02/11/2016

Resumo:

O presente artigo, por meio do estudo de caso da Família Soares de Oliveira, pretende examinar a inserção de “mestiços” na administração colonial dos sertões da Capitania do Rio Grande, no decurso do século XVIII. Nesse sentido, compreendemos que a presença de “mestiços” nos meandros da burocracia colonial do espaço em questão, bem como solicitando terras à Coroa, é um indicativo de que, apesar das hierarquias sociais do cenário colonial, essa população se inseriu na dinâmica econômica e social da época e participou da construção do espaço em que viveu por meio dos

¹ Esse estudo é produto das discussões e pesquisas realizadas na Iniciação Científica, onde atuei como bolsista no projeto *Populações mestiças no Seridó: demografia e relações familiares (séculos XVIII e XIX)*, no decorrer de 2013 a 2015, sob coordenação do professor Helder Macedo.

² Doutor em História – UFPE. Professor do Departamento de História (DHC), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisador do Grupo de Pesquisa História, cultura e poder (DHC-CERES-UFRN). E-mail: heldermacedox@gmail.com. Currículo <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4702620U7>. Lattes:

³ Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: maiarasa@yahoo.com.br. Currículo <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4098447P3>. Lattes:

mecanismos oficiais que foram importados para o Ultramar no intento de ocidentalizá-lo, como o instituto de sesmarias.

Palavras-chave: “Mestiços”; Administração colonial; Estudo de caso.

Abstract:

This article, through the case study of Soares de Oliveira family, intends to examine the inclusion of mixed race in the colonial administration of the hinterlands of the Captaincy of Rio Grande, in the course of the eighteenth century. In this sense, we understand that the presence of “mestizos” in the intricacies of the colonial bureaucracy of the space in question and requesting land the Crown, is an indication that, despite the social hierarchies of the colonial scenario, this population is inserted in the economic and social dynamics time and participated in the construction of the space in which he lived through official mechanisms that have been imported into overseas in an attempt to westernized it, as the institute of land grants.

Keywords: “Mestizos”; Colonial Administration; Case study.

* * *

Introdução

No Brasil, as discussões sobre a temática mestiçagem e os seus significados não são recentes. Nesse sentido, nos deparamos com as mesmas, ainda, no século XIX, quando Von Martius, em 1840, afirmou que a escrita de uma história nacional deveria partir das singularidades do Brasil, ou seja, do fato do mesmo ser um país “mestiço” (apud REIS, 2003). Contudo, Martius não aceitou a proposta do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), de escrever uma “História Geral do Brasil” e a sua ideia de uma história nacional partindo do cruzamento ocorrido entre negros,

nativos e europeus foi retomado apenas na década de 30 do século seguinte por Gilberto Freyre.

Freyre (1933), no clássico *Casa Grande e Senzala* inovou ao positivar as mestiçagens. Conforme o mesmo, a colonização portuguesa havia sido um sucesso e as mestiçagens materializavam essa vitória portuguesa nos seus empreendimentos coloniais. O autor citado foi ousado e inovador ao mesmo tempo, porque até o mesmo publicar *Casa Grande e Senzala* as mestiçagens haviam sido tratadas de modo estereotipado, em decorrência das teorias raciais que chegaram ao Brasil em fins do século XIX. Nesse sentido, conforme Schwarcz⁴ (1993), o Brasil, em fins do século XIX e início do XX,

Era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém, em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco. (SCHWARCZ, 1993, p.16).

Além de serem tratadas de forma estereotipada, as mestiçagens e os sujeitos “mestiços” foram, também, invisibilizados nas produções historiográficas do IHGB. Conforme Salgado (1988), as produções do IHGB, fundamentadas em uma concepção de História engendrada no século XIX, centrada nos “grandes acontecimentos” e nos “grandes homens”, definiram o Brasil como um espaço com formação social assentada, apenas, nos valores da cultura europeia e do homem “branco”. Essa assertiva ganha visibilidade e consistência quando nos remetemos às obras publicadas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

⁴ Lilia Moritz Schwarcz (1933) analisou como no contexto de consolidação das Faculdades de Direito e dos Institutos Históricos no Brasil as teorias raciológicas, importadas da Europa, foram bem aceitas e propagadas nas produções científicas de fins do século XIX e início do XX. Nesse cenário, conforme a autora, o atraso econômico e social do Brasil era atribuído ao fato do mesmo ser mestiço. Nesse sentido, existia a crença, impulsionada pelas teorias raciais, de que a sociedade brasileira passaria por um processo de transição de uma cultura mestiça para uma cultura branca (SCHWARCZ, 1993). Desse modo, é nesse contexto delineado pelas ideias de um branqueamento do “ser brasileiro” que a obra de Freyre (1933) ganha tanta visibilidade ao positivar a mestiçagem e acalantar os corações de uma elite mestiça.

(IHGRN) acerca do período colonial dos sertões⁵ da Capitania do Rio Grande. Nesse sentido, constatamos que os trabalhos publicados até a década de 80 do século XX, por membros do IHGRN ou adeptos da concepção de história produzida por essa instituição, como os estudos de Medeiros (1940; 1954), Dantas (1962), Santa Rosa (1974) e os de Medeiros Filho (1981; 1983) deixaram abertas lacunas no que concerne ao estudo das populações “mestiças” e de outros grupos sociais que constituíram os sertões coloniais da Capitania do Rio Grande.

Esses autores colocaram os brancos – assim denominados nos documentos de época – no topo da pirâmide social dos sertões. Na análise dos mesmos, as genealogias dignas de monta eram as de lusitanos ou de seus descendentes que possuíam cabedal e que ocuparam cargos administrativos na Ribeira do Seridó. No que refere às demais populações, os índios tiveram o seu fim decretado pela “Guerra dos Bárbaros”, ocorrida entre 1683-1725: “O povoamento da região começou no fim do século XVII, quando da guerra dos bárbaros [...], o homem civilizado exterminou os selvagens que habitavam as margens do rio Açu [...]” (MEDEIROS, 1954, p.15). As populações africanas⁶ e seus descendentes foram citados, praticamente, apenas como escravos. O autor citado, ao analisar inventários de famílias brancas que possuíam cabedal no contexto colonial citou africanos e seus descendentes somente como bens inventariados no item “Dos escravos”. Quanto à população “mestiça”⁷, para o espaço

⁵ Para fins da análise deste artigo, os sertões da Capitania do Rio Grande, grosso modo, correspondem, atualmente, à região do Seridó, interior do Estado do Rio Grande do Norte.

⁶ Fazemos uso do termo “africano” para nos referirmos aos povos vindos de África. Entretanto, é importante salientar que o termo “africano” não se trata da maneira mais prudente para lidar com esses povos, uma vez que generaliza a diversidade dos grupos étnicos que vieram para a América. Sobre esse problema da generalização do termo “africano”, ver Faria (2004, p. 30).

⁷ Partindo das problematizações de Paiva (2012), definimos como “mestiços” indivíduos que no contexto da colonização da América foram engendrados por meio das dinâmicas de mestiçagens biológicas e culturais. Nesse sentido, o termo refere-se a pessoas que foram qualificadas como sendo resultados do intercuro biológico e cultural ocorrido entre grupos sociais distintos e que ao nascerem foram definidas nos registros do Estado, da Justiça e da Igreja como sendo pardos, mulatos, curibocas, mamelucos e, dentre outros, cabras. Nesse sentido, é evidente que o termo “mestiço” não é homogêneo e que o mesmo aglutina pessoas de diferentes qualidades e condições. Portanto, ao longo desse texto faremos uso do mesmo entre aspas para enfatizarmos o seu caráter heterógeno e a

em análise, o silêncio e processo de invisibilização foi mais amplo, uma vez que não nos deparamos com as mesmas nessa historiografia citada.

Sendo assim, é evidente que nas publicações do IHGRN os “mestiços”, nativos ou africanos não eram vistos enquanto agentes históricos que estavam inseridos na dinâmica econômica e social da época. Contudo, se sairmos dessa perspectiva histórica micro, onde nos remetemos, especificamente, à Capitania do Rio Grande e às publicações feitas sobre a mesma pelo IHGRN e retornarmos a uma análise de caráter macro, constataremos que os institutos históricos espalhados pelas diferentes regiões do Brasil estavam apenas seguindo a concepção de história disseminada, em 1950, pela sede do IHGB no Rio de Janeiro. Nesse contexto, Varnhagen, com a recusa de Martius, ficou responsável por escrever a “História Geral do Brasil” e em sua escrita, conforme Reis (2003) se mostrou contrário à escravidão por considerá-la a causa da mestiçagem e por compreender o negro como um mal para formação “racial” do Brasil. Assim, invisibilizou a presença africana na história do Brasil, negou o intercuro cultural e biológico ocorrido entre negros, nativos e portugueses e enxergou o europeu e sua cultura como responsáveis pela formação social e territorial do Brasil⁸.

Nesse sentido, compreendemos que apenas em fins do século XX e início do século XXI temos a emergência de uma historiografia que busca entender os sujeitos “mestiços”, bem como, africanos e nativos, e os enxergam como agentes históricos

complexidade do mesmo. Entretanto, sempre que as fontes apresentarem as tipologias que foram utilizadas no cenário colonial para se referirem a essa população faremos uso das mesmas.

⁸ Se retornarmos a Freyre (1933), constataremos, também, que apesar do mesmo ter sido inovador na escolha de suas fontes e em seu referencial teórico, o que o permitiu que compreendesse os negros e indígenas como sujeitos que portavam importantes práticas culturais, assim como o europeu e positivasse a mestiçagem, perceberemos que esse foi, ao mesmo tempo, conservador. Freyre (2003), em sua obra, sobrepôs o lusitano ao nativo e ao africano. Para o mesmo, a mestiçagem só ocorreu porque o português, por já ser “mestiço”, era aberto ao outro, à alteridade. Freyre (1933) ao escrever em um momento que as elites brasileiras estavam em crise eliminou as tensões sociais ocorridas no cenário colonial e exaltou as ações dos colonizadores. Segundo o mesmo, a mestiçagem havia sido um processo harmonioso, onde escravos simplesmente se uniram cultural e biologicamente ao português, sem tentar romper com a ordem escravista da época, sem resistir àqueles que os colocavam em uma posição inferior na “pirâmide social” da época.

do cenário colonial em que viveram. É evidente que essa nova abordagem da temática das mestiçagens é produto das mudanças epistemológicas ocorridas na História nas últimas décadas do século XX, devido à expansão e disseminação da História Cultural (PESAVENTO, 2012). O seu diálogo com as ideias da História Social, também, foram essenciais para uma revisão historiográfica acerca do papel atribuído aos demais grupos sociais do período colonial. Nesse sentido, consideramos significativas as problematizações de Barros (2009) acerca do diálogo entre os diferentes campos historiográficos, onde os mesmos se imbricam em nossas análises das vivências humanas no espaço e no tempo.

Dentre os trabalhos que compreendem os “mestiços” como agentes históricos do contexto em que viveram, citamos Gruzinski (2001), Silva (2003), Cotta (2010), Macedo (2013) e, dentre outros, Paiva (2012). Esses autores problematizam que a organização social da América Portuguesa é bem mais complexa e dinâmica que a imagem construída e disseminada pelas produções do IHGB.

Nesse sentido, Conforme Gruzinski (2001),

As mestiçagens desencadeadas pela conquista do Novo Mundo parecem indissociáveis de dois outros fenômenos maiores na América do século XVI: de um lado, o que costuma chamar ‘o choque da Conquista’, e, de outro, o que chamei de ocidentalização, essa empreitada multiforme que levou a Europa ocidental, no rastro de Castela, a fazer a conquista das almas, dos corpos e dos territórios do Novo Mundo. (GRUZINSKI, 2001, p.63).

A julgar pela citação acima, Gruzinski compreende a mestiçagem como produto de um processo amplo e complexo, como a conquista das terras da América e do seu processo de ocidentalização. Ocidentalização, segundo o mesmo, refere-se a um conjunto de empreendimentos e estratégias que foram utilizadas no decurso do século XV pela Igreja Católica e pelo Estado português no sentido de transportar, para o Novo Mundo, um conjunto de instituições e saberes do Velho Mundo, transformando os corpos e almas das pessoas do outro lado do Atlântico. Entretanto, esse processo, conforme este autor, não foi apenas destrutivo, uma vez que resultou

em mestiçagens, isto é, africanos, nativos e europeus tiveram suas vidas e seus universos culturais cruzados, resultando em misturas.

Na esteira, portanto, do que discute o autor, mestiçagens podem ser compreendidas como as misturas dos seres humanos e dos seus imaginários, ocorridas no século XV em decorrência da ocidentalização das terras da América Portuguesa. Nessa perspectiva, é evidente que o autor define as mestiçagens como sendo um processo biológico e cultural, onde pessoas de diferentes qualidades e condições tiveram seus corpos, crenças e formas de pensar cruzados. Conforme o mesmo, as mestiçagens, “[...] o nascimento e a multiplicação de indivíduos mestiços é um fato” no cenário colonial da América Portuguesa. (GRUZINSKI, 2001, p. 43). Entretanto, a existência de sujeitos “mestiços”, para o mesmo, não implica na forma de vidas misturadas, imbricadas, onde diferentes sujeitos convivem. As mesclas não resultam em formas de vidas harmônicas, um elemento não está, necessariamente, associado ao anterior, fato que nos remete as hierarquias do contexto colonial e sobre as quais discutiremos posteriormente.

Em diálogo com o historiador citado, Eduardo Paiva⁹ (2012) definiu as mesclas ocorridas tanto na América Portuguesa quanto na Espanhola como dinâmicas de mestiçagens. Para o mesmo, esse conceito, utilizado para compreender a sociedade “mestiça” engendrada devido à ocidentalização das Américas é pertinente por revelar o caráter dinâmico desse processo, que envolveu pessoas das quatro partes do mundo conhecido (Europa, América, África e Ásia).

Segundo o mesmo, o mundo do trabalho e as dinâmicas de mestiçagens eram processos que estavam imbricados, uma vez que o trabalho propiciava o encontro de pessoas de diferentes qualidades e condições e, conseqüentemente, a troca de léxicos,

⁹ Gruzinski (2001) e Paiva (2012) realizam estudos comparativos entre a América Espanhola e a América Portuguesa acerca da temática das mestiçagens. Os estudos dos mesmos, por meio de um diálogo com a História Cultural evidenciam o caráter dinâmico do cenário colonial e das relações estabelecidas nesse contexto entre sujeitos de diferentes qualidades e condições.

conhecimentos e crenças (PAIVA, 2012).¹⁰ Para este, a sociedade “mestiça” que se formou nas Américas não era homogênea, uma vez que aglutinava sujeitos de diferentes qualidades e condições, como pardos, mulatos, cabras e, dentre outros, mamelucos. Cada sujeito “mestiço” se inseria na sociedade colonial em consonância com a sua qualidade. Nesse sentido, Macedo (2013) contatou em sua tese de doutorado, que nos sertões da Capitania do Rio Grande os pardos conseguiram estabelecer relações com pessoas de qualidade branca e ascenderem socialmente em detrimento de outros “mestiços”.

Nesse estudo, também constatamos que eram os pardos dos sertões da Capitania do Rio Grande que, geralmente, conseguiam se inserir na burocracia colonial e solicitar sesmarias. Ou seja, como afirmou Paiva (2012), as populações “mestiças” não eram homogêneas, existiam diferentes tipos de sujeitos mesclados e cada um, em consonância com sua a qualidade e as estratégias utilizadas, podia conseguir uma maior inserção na dinâmica social da época. Nessa perspectiva, a posse de cabedal, a relação com pessoas da elite colonial e a tentativa de aproximação com o universo cultural das pessoas de qualidade branca, bem como a posse de terras ou o desempenho de alguma ação em favor da Metrópole são elementos estratégicos para os sujeitos “mestiços” tornarem-se “homens bons” e conseguirem fazer parte da dinâmica econômica da época.

Por fim, Paiva (2012) enxergou os sujeitos “mestiços” como agentes do cenário histórico em que viveram. Conforme o mesmo, no início da colonização, europeus e membros da elite nativa trabalharam de forma conjunta na constituição da sociedade colonial da época. Sendo assim, as estratégias utilizadas pelos europeus para colonizarem o espaço conquistado, somadas ao mundo do trabalho

¹⁰ Caminhando na mesma direção, Roberto Guedes afirmou que o mundo do trabalho dava possibilidades, também, a “mestiços” e africanos de conseguir acúmulo de pecúlio, que poderia gerar o alcance de mobilidade social (GUEDES, 2008). Contudo, para este autor, essa passagem de uma condição social a outra era um processo lento, geracional e que envolvia um conjunto de estratégias como o estabelecimento de redes de apadrinhamento e negociações com a elite.

possibilitaram que as mestiçagens acontecessem e que os sujeitos “mestiços” participassem da constituição das territorialidades coloniais. Nessa perspectiva,

As mestiçagens ibero-americanas e o universo mestiço, biológica e culturalmente, foram expressão dessa história construída coletivamente, ainda que os grupos sociais não tivessem os mesmos poderes e as mesmas oportunidades de exercê-los. (PAIVA, 2012, p. 242.).

No que concerne aos trabalhos de Cotta (2002; 2010), por exemplo, estes evidenciam que “mestiços” e negros conseguiram se inserir na burocracia colonial e ocupar cargos administrativos. Este autor, em seu estudo intitulado *Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa* examinou a existência de milícias negras e mestiças no cenário colonial da Capitania de Minas Gerais. Salientou que, a existência de milícias de africanos, crioulos e “mestiços”, na verdade, “faz parte de uma longa tradição do Império Ultramarino Português que pode ser identificado logo nos primeiros anos de expansão marítima” (COTTA, 2010, p.17). Para o historiador citado, a inserção de negros e “mestiços” na administração militar era estratégica, resultando na conquista de certa mobilidade social e em alguns casos na conquista da tão sonhada liberdade. Para o autor,

Alguns militares negros e mestiços se inseriram na sociedade escravista, conquistando relativa mobilidade social por intermédio das promoções e de outras vantagens inerentes aos cargos que exerciam. Por outro lado, não se pode desprezar o fato de que alguns negros ao se alistarem nos corpos militares estariam desenvolvendo estratégias de resistência à escravidão, pois viam neles a possibilidade de adquirirem a liberdade. (COTTA, 2010, p.89).

Silva (2003), semelhante este examinou a existência de milícias de “mestiços” e negros na Capitania de Pernambuco. Conforme esta autora, a participação desses grupos sociais na administração militar atribuía aos mesmos prestígio e a possibilidade de ascenderem socialmente por meio de suas patentes. A mesma constatou, também, a existência de pardos nas Tropas Regulares, ou seja, nas tropas pagas e que

teoricamente deveriam aceitar apenas pessoas de qualidade¹¹ branca. Entretanto, segundo a autora, a inserção de pardos nas Tropas Regulares implicava em um processo de invisibilização da qualidade dos mesmos, visto que esses ao se alistarem nesse corpo militar passavam a ser registrados oficialmente como brancos.

Quanto aos estudos de Macedo (2013), os mesmos são referentes aos sertões da Capitania do Rio Grande, no decurso dos séculos XVIII e XIX. O historiador citado se distanciou da historiografia legada pelo IHGRN e problematizou a existência de genealogias “mestiças” no espaço em questão. Até a publicação da tese *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*.¹², os estudos genealógicos existentes sobre os sertões da Capitania do Rio Grande eram aqueles produzidos por membros do IHGRN sobre genealogias de lusitanos e seus descendentes, já citados nesse texto. Nessa perspectiva, o autor citado foi o precursor no estudo de populações “mestiças” no espaço em questão e pela pertinência de suas discussões, é leitura essencial para quem deseja estudar essa temática atualmente.

Paiva (2012), assim como os demais autores citados¹³, enxergou os “mestiços”, bem como os africanos e seus descendentes, como agentes do contexto histórico em que viveram e destacou suas estratégias de inserção social, como o mundo do trabalho que possibilitava o acúmulo de cabedal. Nesse sentido, partindo das discussões apresentadas até o momento acerca da temática das mestiçagens, pretendemos com

¹¹ Conforme Paiva, o conceito de qualidade é amplo e complexo. Segundo o mesmo, esse termo foi empregado no Ultramar para classificar e hierarquizar os habitantes da colônia conforme suas características físicas e sociais, como o fenótipo\origem, crenças religiosas e ofícios desempenhados nesse espaço. Nesse sentido, era tido como “homem bom” aquele que fosse de qualidade branca, adepto da religião católica e não exercesse atividades que exigissem trabalho braçal, que na época era tido como um “defeito mecânico”. Os sujeitos que não possuíssem essas qualidades, mas que em detrimento fossem “mestiços”, “africanos”, de condição escrava, judeu ou mouro não era tido como um “homem bom”, de prestígio. Em linhas gerais, todo habitante da colônia possuía qualidades, contudo existiam as qualidades que eram tidas como as desejáveis, as que deveriam ser alcançadas e que possibilitaria sua inserção na dinâmica social da época. (PAIVA, 2012).

¹² Ver Macedo (2013).

¹³ Estamos nos referindo aos estudos de GRUZINSKI, 2001; SILVA, 2003; COTTA, 2010 e MACEDO, 2013.

esse texto, em consonância com a historiografia citada, demonstrar que apesar das hierarquias sociais existentes no contexto colonial, os “mestiços” conseguiram se inserir na sociedade da época de diferentes formas, acumulando cabedal, conquistando patentes, ocupando posições na administração judicial e solicitando sesmarias à Coroa portuguesa.

Partindo do que foi enunciado, o objetivo deste artigo é o de discutir a presença de “mestiços” na administração colonial dos sertões da Capitania do Rio Grande, no decurso dos séculos XVIII e XIX, tomando como fio condutor a família Soares de Oliveira. As fontes utilizadas para a composição do trabalho foram: registros de paróquia relativos à Freguesia do Seridó (batismos, de 1803 a 1818; matrimônios, de 1788 a 1821; óbitos, de 1788 a 1838), cuja cópia digital encontra-se custodiada no Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc) do CERES-UFRN; inventários *post-mortem* (1737 a 1826), do Fundo da Comarca de Caicó, custodiados pelo Labordoc; requerimentos de concessão de sesmaria das Capitanias da Paraíba e Rio Grande do Norte, publicadas de forma impressa (TAVARES, 1989; MEDEIROS FILHO, 2002). Metodologicamente, partimos de uma análise quantitativa e qualitativa da documentação citada e dos pressupostos do método onomástico de Carlo Ginzburg (1989)¹⁴.

O artigo está dividido em duas seções, que a partir da análise da família Soares de Oliveira problematizam as estratégias utilizadas pelos “mestiços” para se inserirem na dinâmica sócio-histórica do cenário colonial em que viveram. Nesse sentido, inicialmente reconstruímos a presença da família Soares de Oliveira nos sertões da

¹⁴ Ginzburg (1989), no capítulo quatro de sua obra intitulada *A micro-história e outros ensaios* discutiu o uso do nome enquanto um recurso metodológico na pesquisa histórica. Segundo este historiador, o nome é o que existe de mais singular em uma pessoa e por isso pode ser utilizado como fio condutor de uma pesquisa histórica. Conforme o mesmo, o pesquisador pode utilizar o nome em diferentes *corpus* documentais e, por meio de um cruzamento de fontes, reconstituir a trajetória de vida de um indivíduo. Evidentemente que, outros elementos, além do nome, como o local de moradia, a idade e a qualidade do sujeito em estudo devem ser considerados em uma pesquisa que tenha um caráter micro e o nome como ponto inicial de análise. Assim, consideramos esse conjunto de informações ao examinarmos a família Soares de Oliveira e ao reconstruirmos sua genealogia.

Capitania do Rio Grande para, logo em seguida, discutirmos a construção da genealogia dessa mesma parentela, as qualidades de pardos atribuídas a seus descendentes e sua inserção na administração colonial do espaço em análise. Por fim, esboçaremos nossas considerações finais.

Os Soares de Oliveira nos sertões da capitania do Rio Grande

O primeiro contato que tivemos com a família Soares de Oliveira foi através de uma transcrição do inventário *post-mortem* de Martinho Soares de Oliveira, feita por Olavo de Medeiros Filho em 1993. Nesse processo, Martinho Soares, falecido em 1798, foi definido como sendo filho de Rosa Maria, natural de Angola, e João Batista de Oliveira, natural do Alentejo. A identificação da origem dos pais de Martinho Soares nos deixou intrigados. O termo “natural de Angola” e “natural do Alentejo” provocou uma série de questionamentos acerca dos seus significados. Passamos a querer entender se o fato de Rosa Maria ser qualificada como natural de Angola significava dizer que a mesma era natural da África e residia em Portugal, onde conheceu o pai de Martinho Soares, ou se significava, apenas, que a mesma era descendente de africanos e já residia em Portugal quando teve sua vida cruzada com o seu futuro esposo.

Quanto a João Batista, desejávamos compreender o que teria motivado a vinda do mesmo para a América Portuguesa. Se teria sido, por exemplo, o desejo de ascender socialmente, de receber mercês e títulos da Coroa e, assim, alcançar prestígio na sociedade da época. Queríamos, portanto, entender o espaço que João Batista e sua família ocupavam na dinâmica socioeconômica lusitana e o que passaram a ocupar nas terras americanas. Esses questionamentos, a princípio, atuaram como fios condutores de nossa investigação nos arquivos do Labordoc acerca da família “mestiça” Soares de Oliveira.

Nesse sentido, a pesquisa que realizamos em fontes judiciais, paroquiais e administrativas¹⁵ nos possibilitou reconstituir a genealogia de Martinho Soares e tecer considerações acerca de seu modo de vida. Contudo, até o momento não conseguimos precisar informações sobre seus pais e a vinda dos mesmos para a América e o próprio encontro de João Batista e Rosa Maria. As fontes que tivemos acesso nos conduziram aos descendentes do casal citado, mas, até o momento, não nos possibilitou responder aos nossos questionamentos iniciais. Todavia, nos permitiu tecer hipóteses acerca do local de moradia de João Batista e sua esposa. Com base nas informações presentes no inventário de Martinho Soares, acreditamos que João Batista e Rosa Maria ao chegarem à América Portuguesa se instalaram na Capitania de Pernambuco, uma vez que seu filho foi definido nessa fonte como sendo natural da Freguesia de Goiana, localizada na Capitania de Pernambuco. Não sabemos se João Batista e Rosa Maria tiveram outros filhos além de Martinho Soares e nem os ofícios que desempenhavam para sobreviver, contudo conseguimos tecer conjecturas acerca do modo de vida de seu filho Martinho Soares.

Este último foi casado com Vicência Alves Ferreira. Esse, provavelmente, conheceu sua esposa na Capitania de Pernambuco, uma vez que a mesma e sua mãe, Luzia dos Santos, foram definidas em seu inventário como sendo naturais, também, da Freguesia de Goiana. Quanto ao pai de Vicência Ferreira, Antônio Alves Ferreira foi qualificado como natural de Olinda, ou seja, também residiu na Capitania de Pernambuco. Essas informações que conseguimos obter sobre Martinho Soares e sobre a naturalidade dos seus pais, bem como de sua esposa e de seus familiares, em seu inventário *post-mortem*, na verdade, provocaram mais dúvidas que respostas, visto

¹⁵ A reconstituição da genealogia de Martinho Soares se deu por meio do cruzamento de fontes paroquiais com judiciais. Essa documentação está organizada em bancos de dados construídos no software Microsoft Access. Salientamos que, tivemos os nomes de Martinho Soares e Vicência Ferreira como fios condutores da pesquisa nas fontes paroquiais, conforme as orientações do método onomástico problematizado por Ginzburg (1989).

que outra interrogação que passamos a fazer foi com relação à vinda de Martinho Soares e de sua esposa para os sertões da Capitania do Rio Grande.

No intento de compreender a vinda de Martinho Soares para a Capitania do Rio Grande, examinando seu inventário, percebemos que o mesmo havia comprado dois sítios de terras nesse espaço. Nesse sentido, passamos a nos questionar se não teria sido a compra dessas terras a causa de sua migração para o espaço em questão. Acreditamos que essa é uma hipótese pertinente, uma vez que, conforme Macêdo (2000), a ocupação dos sertões da Capitania do Rio Grande se deu por meio de migrações vindas, principalmente, das Capitanias de Pernambuco e Paraíba. Segundo esse historiador, os sertões foram espaços atrativos para aqueles que tinham pouco cabedal e desejavam se dedicar à pecuária, uma vez que não era um cenário propício à plantação de cana, por se tratar de uma região delimitada pelas constantes estiagens. Conforme o mesmo, a pecuária era uma atividade que possibilitava mobilidade em momentos de seca, visto que o gado transportava-se a si próprio. Além disso, não era uma atividade que exigia grandes investimentos, diferentemente da plantação de cana-de-açúcar que implicava na edificação de um engenho e na posse de muitos escravos.

Nessa perspectiva, acreditamos que a vinda de Martinho Soares e de seus familiares para os sertões da Capitania do Rio Grande pode ter sido impulsionada pela compra de terras nesse espaço e pela possibilidade do mesmo desenvolver nas mesmas a atividade pecuarista e tornar-se, assim, um pequeno fazendeiro. Construimos essa hipótese com base em seu inventário *post-mortem*, onde as terras compradas foram classificadas como sendo “terras de criar gados.” Não tivemos acesso ao registro de compra dessas terras e por isso não podemos precisar quando Martinho Soares, de fato, chegou aos sertões.

As primeiras informações que temos sobre Martinho Soares datam de 1798, período em que foram inventariados seus bens em decorrência de sua morte. Dessa forma, sabemos apenas que as mesmas foram compradas por ele ao Padre Antônio

de Souza Espíndola e definidas na época como Barbosa e Riacho dos Cavalos¹⁶, informações que constam em seu inventário.

Apesar das terras de Martinho Soares terem sido definidas, em seu inventário, como “terras de criar gados” e de acreditarmos que foi a compra das mesmas e o desenvolvimento da pecuária a provável causa da sua vinda para os sertões, no ano de sua morte, 1798, o mesmo não possuía mais gados entre os seus bens inventariados. Entretanto, sabemos que ele tinha gados anteriormente ao ano de 1798, porque o mesmo deu em dote pra os seus genros Manuel Nunes de Azevedo, Gabriel Francisco da Costa, Manuel Antônio Valadares, Francisco Gomes de Souza e João Serafim bens em gado, escravos e terras. Para Gabriel Francisco da Costa, por exemplo, Martinho Soares deu 20 cabeças de gado vacuum (30\$000), quatro poldras (12\$800) e dois poldros (8\$000). Deu, também, uma escrava (60\$000) e parte do sítio de terras do Barbosa (100\$000). Nesse sentido, entendemos que uma justificativa provável para a inexistência de gados em 1798, possivelmente, foram os efeitos ainda da *Grande Seca* ocorrida nos sertões entre os anos de 1791 a 1793 (GUERRA; GUERRA, 2010). Essa seca deve ter ocasionado a morte e a venda das cabeças de gado que Martinho Soares possuía, reduzindo, assim, de forma significativa seu cabedal.

Para uma melhor compreensão do nosso leitor em relação ao patrimônio de Martinho Soares no ano de 1798 organizamos, na tabela abaixo, as informações que obtivemos em seu inventário:

¹⁶ Conforme Medeiros Filho (2002), tanto o Barbosa quanto o Riacho dos Cavalos correspondem a terras que se localizam, atualmente, no município de Caicó, pertencente à Região do Seridó.

Tabela 1 – Descrição dos bens de Martinho Soares de Oliveira

Títulos	Bens	Valor
Dinheiro	-	Nada
Metais (ouro, prata, latão, estanho)	-	Nada
Cobre	Um tacho e uma bacia.	4\$000
Ferro	Uma foice e um machado.	\$320
Bens Móveis	Uma caixa, um estrado, duas mesas, um caixão de despejo, um Oratório, duas imagens (uma do Santo Cristo e outra de São Gonçalo), um carro, duas cangas, ferros de carapina e duas selas.	39\$880
Escravos	Duas escravas (Sebastiana e Tereza) e um escravo (Caetano)	150\$000
Gados	-	Nada
Terras	Dois sítios de Terras: Barbosa e Riacho dos Cavalos.	1200\$000
Casas	Duas casas térreas.	75\$000
Soma total dos bens		1:469\$200
Dívidas	-	347\$620
Líquido	-	1:302\$000

Fonte: Elaboração da autora com base no inventário *post-mortem* de Martinho Soares, 1798 (Acervo do Labordoc)

Conforme Macêdo (2007), no espaço em análise, de 1737 a 1813, o cabedal da maioria das famílias (69%) não passava de 1:000\$000. As demais famílias (31%) possuíam um cabedal mais reduzido ainda, no valor de 500\$000 ou abaixo deste. Desse modo, apesar de Martinho Soares não possuir mais gado em 1798 e de já ter se desfeito de outros bens devido os dotes ofertados a suas filhas, o mesmo ainda possuía um patrimônio significativo.

Dentre os bens existentes no cabedal de Martinho Soares, consideramos a posse de escravos um aspecto pertinente, visto que esse elemento evidencia que o mesmo não buscou romper com a ordem escravista da época, mas, sim, fazer e se sentir parte da dinâmica social e econômica da colônia. Em outras genealogias de famílias “mestiças” que já examinamos anteriormente (ARAÚJO, 2014), a exemplo dos Taveira da Conceição, também notamos a posse de escravos. No caso da família Taveira da Conceição, a terceira esposa do patriarca dessa genealogia, Catarina Maria

de Jesus, mulata, havia sido escrava de seu esposo, Francisco Taveira, pardo, e ao ser alforriada pelo mesmo passou a ser proprietária de escravos. Nesse sentido, é evidente que a posse de escravos na sociedade colonial era um indicativo da inserção socioeconômica dos sujeitos em cenários mais privilegiados. Para os sertões da Capitania do Rio Grande, conforme Macêdo (2007), a posse de escravos, bem como de terras e gados constituía uma tríade dos principais e mais valiosos bens das famílias desse espaço. Portanto, quem tivesse escravos, terras e gados possuía cabedal material que se convertia, também, em cabedal social.

Consideramos relevante, ainda, dentre os bens inventariados por Martinho Soares, a posse de imagens de santos católicos, uma vez que acreditamos que a proximidade com a religião pode ter sido, também, uma estratégia dos habitantes da colônia para se inserirem na sociedade da época. Nesse sentido, conforme Cotta (2010), “mestiços” e negros, para ingressarem nos meandros da burocracia colonial, adotavam uma série de estratégias que “variavam desde a inserção em redes de apadrinhamento e clientela até a adoção de valores tidos como ideais pela sociedade católica portuguesa, tais como o casamento e a constituição de uma família.” (COTTA, 2010, p.110). Assim, compreendemos que a posse de imagens de santos pode ser considerada como um desses “valores ideais” da época, assim como a posse de escravos e a constituição de famílias, como afirmou Cotta (2010).

Esses valores cristãos, bem como os econômicos, eram caminhos estratégicos para que pessoas de outras qualidades que não a de “branco” se inserissem na sociedade da época, sem romperem com a ordem social já estabelecida. É evidente que os caminhos estratégicos não desagradariam às autoridades da época e às elites constituídas pelos assim chamados brancos. Assim, essas escolhas também podem ser entendidas como formas de resistência dos colonos para conquistarem um espaço de atuação e se sentirem parte do cenário histórico em que viviam. Mas que se sentirem parte, era uma forma dos mesmos participarem da constituição desses espaços e atuarem como agentes históricos dos mesmos.

Considerações sobre a genealogia dos Soares de Oliveira¹⁷

Martinho Soares e Vicência Ferreira tiveram uma genealogia extensa. Conforme o cruzamento de fonte paroquiais e judiciais que realizamos, o casal teve 12 filhos, 19 netos e 30 bisnetos.¹⁸ Desses, entre filhos, netos e bisnetos, 36 foram definidos, nos documentos de época, como pardos, 7 como brancos e 18 não tiveram suas qualidades identificadas. Dessa forma, é evidente que os descendentes do sujeito em análise foram majoritariamente classificados, nos registros paroquiais, como produtos das dinâmicas de mestiçagem. A julgar pelas qualidades atribuídas à primeira geração do casal, e considerando a ascendência materna de Martinho Soares, podemos sustentar a hipótese de que o mesmo fosse pardo, a qual seguiremos para as finalidades deste artigo.

No que concerne aos membros da família de Martinho Soares que foram qualificados como brancos, constatamos que esse evento ocorreu apenas na segunda e terceira geração, onde 1 neta e 6 bisnetos do mesmo foram classificados dessa maneira. E, dentre esses, um caso em específico nos chamou a atenção, que foi o de Alexandrina, bisneta de Martinho Soares e de Vicência Ferreira. Alexandrina, filha de Francisca Maria da Conceição e José Joaquim de Santa Ana, foi qualificada como branca em seu registro de batismo ocorrido em 1822.¹⁹ Contudo, os seus pais, assim como os seus 5 irmãos²⁰, foram identificados como pardos nas fontes paroquiais.

¹⁷ No Apêndice A sistematizamos os membros dessa família em um Geneograma, para melhor entendimento.

¹⁸ Genealogias extensas para o período em análise não eram comuns. Segundo Macêdo (2007), o núcleo familiar para os sertões da Capitania do Rio Grande não fugia à média de 5 filhos por casal. Segundo o autor, uma explicação para existência de núcleos familiares amplos é a posse de cabedal, que possibilitava condições de vida adequadas para a prole numerosa. Asseveração que se aplica à genealogia de Martinho Soares. A família “mestiça” em análise, além de cabedal resultante da prática pecuarista, da posse de escravos e terras, estava inserida nos meandros da burocracia colonial e mantinha relações com pessoas de diferentes qualidades.

¹⁹ PSC. CPSJ. Livro de Batismo n° 2, FGSSAS, 1814-1818. p. 1459.

²⁰ Na verdade, José Joaquim e sua esposa tiveram 7 filhos: Alexandrina (branca), Ana (parda), Joaquim (pardo), André (pardo), José (pardo), Severina (parda) e Inácia. Entretanto, desconhecemos a

Dessa forma, a qualificação de Alexandrina nos deixou intrigados, uma vez que, no seu registro de batismo, percebemos que o seu pai foi considerado como natural da Europa, em detrimento aos demais ritos cristãos dos quais participou, onde foi considerado como sendo natural da Capitania do Rio Grande, mais especificamente da Freguesia do Seridó.

No registro de batismo de Alexandrina, José Joaquim teve, também, o seu sobrenome modificado. Nessa ocasião o mesmo se apropriou do sobrenome do pai de sua esposa, “Soares de Oliveira”, aspecto que não se repetiu quando contraiu núpcias em 1808 com Francisca Maria²¹ e nem no batismo dos seus demais filhos. Assim, acreditamos que José Joaquim fez uso do sobrenome de seu sogro em razão do mesmo ser descendente de um lusitano, visto que, como já elucidamos, o pai de Martinho Soares era natural do Alentejo. Essa seria uma explicação para que sua filha fosse definida como branca, diferentemente de seus irmãos. Assim, ao chegarmos a essa hipótese com relação à qualificação de Alexandrina, tentamos entender o porquê de seu pai omitir a sua naturalidade e mesmo sua qualidade de pardo.

Nesse sentido, compreendemos que uma justificativa para esse “embranquecimento” de Alexandrina, bem como o fato de José Joaquim assumir uma naturalidade europeia em 1822, representa o desejo desse pardo de aproximação com o universo cultural dos brancos. José Joaquim, com alguma probabilidade, estrategicamente, tentou se distanciar do seu passado pardo e dar visibilidade aos valores tidos como ideais na cultura da época, como o fato de ser branco de origem europeia ou descendente de um europeu. Ser branco no cenário colonial, mesmo que apenas oficialmente, facilitava a inserção na dinâmica social da época. Cotta (2010), por exemplo, como já elucidamos, afirmou que “mestiços” e negros fizeram uso de diferentes estratégias para se inserirem nos corpos militares do período em análise,

qualidade de Inácia devido seu registro de batismo estar ilegível e, por isso, não a incluímos na quantificação realizada no texto acerca das qualidades de seus pais e seus irmãos.

²¹ PSC. CPSJ. Livro de Matrimônio nº 1, FGSSAS, 1788-1809. p. 508.

aderindo a valores da cultura europeia, tidos como “ideais” no período. Assim, José Joaquim pode ter invisibilizado sua qualidade para vencer as imposições e hierarquias sociais da época, que distinguiam e estigmatizavam aquele que não fosse tido como um “homem bom”. E, ser “homem bom” nesse contexto, implicava em ser branco, livre, cristão e de posse de cabedal.

Nesse sentido, Silva (2003), afirmou que na Capitania de Pernambuco houve um processo de “embranquecimento” da qualidade de “mestiços” para que esses ocupassem cargos públicos. Segundo a mesma, muitos “mestiços”, ansiosos para conseguirem prestígio e se inserirem na dinâmica social da época se aproximavam das pessoas brancas e se distanciavam de outros “mestiços”. As hierarquias do contexto colonial, que dividiam homens e mulheres conforme suas qualidades e condições, implicavam no desenvolvimento de resistências e estratégias para que aqueles que não fossem tidos como “homens bons” conseguissem um espaço de atuação na sociedade da época.

Voltando à genealogia dos Soares de Oliveira, consideramos pertinente ressaltar que seria impossível, nesse artigo, examinar minuciosamente cada membro dessa família, uma vez que os filhos de Martinho Soares constituíram núcleos familiares numerosos, mantiveram relações com pessoas de diferentes qualidades e condições, foram autores de histórias de vida própria e que evidentemente estão associadas à história de seus pais, mas, que ultrapassam os limites da mesma. Dessa forma, teceremos ao longo desse texto, apenas, considerações acerca das trajetórias de vida de alguns membros da família Soares de Oliveira, daqueles que consideramos pertinentes e significativos para a proposta deste estudo.

Nesse sentido, um pardo dessa família que nos chamou a atenção foi Martinho Soares de Oliveira, homônimo de seu pai. Martinho Soares não seguiu os passos de seu pai, que lidou com a criação de gado. O mesmo trilhou outros caminhos para tecer sua história de vida, caminhos que, conforme as fontes que compulsamos para compor este estudo, não envolviam o trabalho com terras, gados ou escravos, mas

sim papeis e escritas. Martinho Soares exerceu o ofício de escrivão de alcaide. Deparamo-nos com o mesmo no inventário *post-mortem* de Margarida Cardoso, realizado em 1826.²² Nessa ocasião, o pardo citado tinha 48 anos de idade e figurava como testemunha na justificação de uma dívida de Margarida Cardoso. O mesmo foi definido nesse documento como sendo vivente de seu ofício de escrivão de alcaide.

Afirmar que Martinho Soares exercia o ofício de escrivão significa dizer que o mesmo estava inserido na administração colonial dos sertões setecentistas da Capitania do Rio Grande. Conforme Gouvêa e Bicalho (2010), no contexto em análise, um elemento comum da burocracia colonial de toda a América portuguesa era exatamente a preocupação com a qualidade dos indivíduos que ocupavam cargos públicos nesse espaço. Nesse sentido, segundo as historiadoras citadas, existia uma preocupação por parte dos representantes da Coroa na América portuguesa de que apenas “homens bons”, ou seja, aqueles que fossem de qualidade, sem defeito mecânico e portugueses ou descendentes de portugueses, ocupassem cargos administrativos. Essa apreensão dos representantes da Coroa na colônia com a qualidade dos sujeitos que ocupavam cargos civis nesse espaço resultava em restrições com relação aos indivíduos que podiam ou não desempenhar funções públicas nas possessões lusitanas no ultramar.

Nessa perspectiva, uma Carta Régia enviada à Capitania do Rio Grande materializa essa nossa assertiva (apud LYRA, 2003, p.182). Nessa Carta, a Coroa afirmou que não era mais necessário os serviços de mulatos, ou seja, “mestiços” nas instâncias administrativas desse espaço, vez que existiam “homens brancos” suficientes para ocupar os cargos civis desse território. Assim, esse documento tornou restrito o acesso de “mestiços” na administração colonial da Capitania do Rio Grande. Entretanto, ao mesmo tempo, que proibiu que “mestiços” se inserissem nesse espaço de atuação colonial, evidenciou que esses já haviam ocupado cargos nas esferas

²² Inventário de Margarida Cardoso. Inventariante: Joana Barreto. Sítio Barra de Baixo, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1826. (Manuscrito).

administrativas da capitania citada. Assim, a Carta Régia de 1732 demonstra que, apesar de ter sido um desejo da Metrópole de que apenas brancos, tidos como “homens bons” ocupassem cargos civis na Colônia, pessoas de outras qualidades conseguiram se inserir na burocracia colonial.

As causas da inserção de “mestiços” nos meandros da administração colonial são diversas. No caso da Câmara da Cidade de Natal, na Capitania do Rio Grande, conforme a Carta Régia citada acima, foi a falta de homens brancos para atuarem nesse espaço. Segundo Bicalho e Gouvêa (2010), as ações empreendidas por colonos em favor da Metrópole possibilitavam, também, que pessoas de outras qualidades ocupassem cargos administrativos e recebessem mercês e prestígio. Assim, é evidente que, apesar das restrições, pessoas de outras qualidades conseguiram ocupar cargos públicos nas diferentes instâncias da administração colonial, seja a militar, jurídica ou fazendária. Cotta (2010) e Silva (2003), por exemplo, como já tratamos, examinaram em seus estudos a presença de “mestiços” na administração militar das Capitanias de Minas Gerais e Pernambuco, respectivamente.

Para os sertões da Capitania do Rio Grande, também, já nos deparamos com “mestiços” que estavam inseridos tanto na administração militar quanto na jurídica. Além de Martinho Soares, até o momento, nas fontes que examinamos referentes ao espaço citado e ao século XVIII constatamos, em estudos anteriores, a existência de 13 “mestiços” que estavam inseridos na burocracia colonial ou que haviam solicitado terras à Coroa na forma de sesmaria. Foram eles: Antônio José Vitoriano, Manuel de Souza Forte, Manuel Esteves de Andrade, Antônio Lopes Cardoso, Francisco Taveira da Conceição, Pedro Taveira da Conceição, Francisco Pereira da Cruz, Nicolau Mendes da Silva, José Domingues da Silva, Vitoriano Carneiro da Silva, Feliciano da Rocha Júnior, José Pereira da Rocha, Serafim Francisco de Melo e Martinho Soares de Oliveira. Para uma melhor compreensão do lugar ocupado por esses “mestiços” na administração colonial e na dinâmica socioeconômica do espaço em análise,

organizamos no Quadro abaixo algumas das informações que conseguimos obter sobre os mesmos nas fontes paroquiais, judiciais e administrativas examinadas:

Quadro 1 – Dados qualitativos dos “mestiços” sesmeiros ou que estavam inseridos na administração colonial²³

Nome	Qualidade	Cargo e/ou patente	Sesmeiro
Martinho Soares de Oliveira (2º)	Pardo	Escrivão de alcaide	Não
Manuel de Souza Forte (2º)	Pardo	Juiz Ordinário e de Órfãos/Tenente-Coronel	Sim
Antônio Lopes Cardoso	Pardo	Alcaide	Não
Antônio José Vitoriano	Mulato	Alcaide	Não
Serafim Francisco de Melo	Pardo	Porteiro	Não
José Domingues da Silva	“Mestiço”	Tenente	Não
Manuel Esteves de Andrade	“Mestiço”	Sargento-mor	Sim
Vitoriano Carneiro da Silva	“Mestiço”	Tenente	Não
Feliciano da Rocha Júnior	Pardo	Soldado	Não
Nicolau Mendes da Silva	“Mestiço”	Sargento-mor	Não

²³ Com relação aos “mestiços” citados nessa tabela ver Araújo (2015). Entretanto, queremos fazer algumas considerações referentes aos alcaides Antônio Lopes e Antônio José pela pertinência de seus cargos para este estudo. Segundo Salgado (1985, p. 137), um dos requisitos para ocupar o cargo de alcaide era “ser homem bom e casado na cidade, vila ou lugar,” que, provavelmente, fosse desempenhar suas funções. Nesse sentido, conforme Paiva (2012), ser “homem bom” no contexto colonial era possuir qualidade, nesse caso, ser branco, possuir cabedal, não portar defeito mecânico e ser cristão. Assim, teoricamente os “mestiços” citados não deveriam ocupar o cargo de alcaide, função destinada a pessoas brancas. Desse modo, o que nos interessa com esse fato é reiterar o que já estamos afirmando ao longo desse texto: de que, apesar das exigências da Coroa, pessoas de outras qualidades se inseriram na burocracia colonial e, para tanto, fizeram uso de diferentes estratégias como a adoção da religião católica, posse de cabedal e, dentre outras, participaram de redes de apadrinhamento. Sendo assim, Antônio José e Antônio Lopes, possivelmente, fizeram uso de um desses caminhos estratégicos para ingressarem na administração colonial. Informações mais precisas sobre as trajetórias de vida desses “mestiços” e das estratégias adotadas pelos mesmos extrapolam os limites desse texto. Poderemos, no futuro, debruçarmo-nos sobre os mesmos.

Nome	Qualidade	Cargo e/ou patente	Sesmeiro
José Pereira da Rocha	Pardo	Soldado	Não
Francisco Taveira da Conceição	Pardo	-	Sim
Pedro Taveira da Conceição	Pardo	-	Sim
Francisco Pereira da Cruz	Pardo	-	Sim

Fonte: Elaboração com base em fontes sesmarias (Capitania do Rio Grande e Paraíba), judiciais (Comarca de Caicó e Acari) e paroquiais (Freguesia do Seridó). Foram considerados “mestiços” aqueles que têm ascendência ou descendência parda, embora, até o momento, não tenhamos encontrado documentação relativa aos próprios com a sua qualificação.

Os “mestiços” listados nesse quadro evidenciam claramente que, apesar das hierarquias existentes no contexto colonial, onde homens e mulheres em consonância com suas qualidades e condições eram incluídos ou não na dinâmica da época, pessoas que não fossem brancas conseguiam ocupar cargos administrativos e/ou solicitar sesmarias à Coroa. Não sabemos, ainda, o que possibilitou que “mestiços” ocupassem cargos administrativos nos sertões da Capitania do Rio Grande. Todavia, acreditamos que o fato da população “mestiça” do espaço em análise ter conseguido acumular cabedal por meio da pecuária, contribuiu para que a mesma conseguisse se inserir na burocracia colonial do período e alcançar, também, prestígio. Somado a esse elemento, entendemos que as estratégias utilizadas por essa população para aderir aos valores culturais da época, a exemplo, a fé católica e a constituição de famílias como salientou Cotta (2010), possibilitou tal inserção.

Retornando a Martinho Soares (2º), como afirmamos, o mesmo exercia o ofício de escrivão de alcaide. Esse ofício, bem como o de alcaide pertenciam à instância jurídica da administração colonial.²⁴ Conforme Salgado (1985, p.73.), “fazer

²⁴ A administração lusitana instaurada na América pode ser dividida em duas dimensões: a civil, representada pelo Estado português e a eclesiástica, representada pela Igreja Católica. No contexto colonial, essas dimensões da administração portuguesa estavam imbricadas e atuaram, de forma conjunta, no processo de ocidentalização do espaço conquistado pelos portugueses. Com relação à dimensão civil da administração colonial, é importante salientar que, a mesma não era homogênea e se dividia em três instâncias: a jurídica, a fazendária e a militar. (SALGADO, 1985).

cumprir a lei, evitar abusos e crimes, garantir a ‘tranquilidade social’” eram os propósitos do aparelho judicial no ultramar. Devido a isso, a instalação do mesmo em sua colônia americana sempre foi uma das principais preocupações da Coroa. Segundo a autora citada, na América portuguesa, a estrutura jurídica tinha por finalidade, também, o “controle” dos próprios funcionários administrativos associados à Justiça, para evitar que medidas que não beneficiassem a Metrópole, mas sim a colônia, não fossem aplicadas. Nesse sentido, entendemos que a preocupação da Coroa com a qualidade social dos indivíduos que ocupavam cargos administrativos na América se deu, também, pelo receio de que “mestiços” ou africanos, ao ocuparem postos importantes, pudessem se voltar contra a Coroa.

Entretanto, como salientamos, apesar de todas as restrições, pessoas de outras qualidades conseguiram se inserir na burocracia colonial. Um exemplo é o próprio Martinho Soares (2º). Com relação ao ofício de escrivão, uma das exigências, obviamente, era de que o ocupante do mesmo soubesse ler e escrever. No contexto colonial, a depender das necessidades econômicas e sociais das capitanias, existiram diferentes escrivães: da Câmara, da almotaçaria, do provedor-mor, e, dentre outros, de órfãos. Portanto, esse não era um ofício homogêneo e sofria alterações a depender do órgão a que estivesse associado. No caso de escrivão de alcaide, conforme Salgado (1985, p. 136.), o alcaide tinha por função “policiar dia e noite as cidades e vilas, que lhe coube vigiar, acompanhado por um tabelião indicado pelo Conselho.” Nesse sentido, acreditamos que o escrivão de alcaide, assim como o tabelião, deveria acompanhar o alcaide no desempenho de suas funções e registrar as medidas que fossem tomadas pelo mesmo.

No que concerne à trajetória de vida de Martinho Soares (2º), não conseguimos obter muitas informações nas fontes que compulsamos sobre o mesmo. Não sabemos, por exemplo, se o mesmo casou, se teve filhos ou se ocupou outros cargos administrativos nos sertões da Capitania do Rio Grande. Sabemos, apenas, que esse pardo viveu no espaço citado até o seu falecimento em 1829, quando tinha 50 anos

de idade, como consta em seu registro de óbito. Contraditoriamente, as informações que temos sobre a genealogia dos Soares de Oliveira são muitas e ultrapassam os limites desse trabalho. Nesse sentido, por fim, consideramos importante salientar, apenas, que outros membros dessa família, além de Martinho Soares (2º), conseguiram se inserir nos meandros da burocracia colonial, a exemplo de Manuel Nunes de Azevedo (alferes) e Antônio Guilherme de Carvalho (tenente), ambos genros do 1º Martinho Soares.

Além de se inserirem na administração colonial, os filhos e genros de Martinho Soares (1º) se dedicaram à atividade pecuarista, como é o caso de José Soares de Oliveira. Esse pardo seguiu os passos de seu pai e se tornou um pequeno fazendeiro, conforme informações que obtivemos no inventário de sua esposa, Francisca Maria.²⁵ Assim, no ano da morte de Francisca Maria, em 1803, José Soares listou, entre os bens que o casal possuía: 65 cabeças de gados (250\$000), 3 cavalos, 5 bestas e 3 poldras (105\$000) e, dentre outros bens, 1 sítio de terra na Capitania da Paraíba e partes das terras da Barbosa, herdada pelo falecimento de seu pai. Esses bens, típicos do cabedal das famílias que fizeram inventário no espaço em análise, nos levam à considerar a possibilidade de José Soares ter se dedicado, com afinco, à criação de gados.

É evidente, pois, a julgar pelos dados que analisamos que os Soares de Oliveira constituíram-se em uma longeva descendência, radicada nos sertões do Rio Grande do Norte, tendo participado como agentes históricos da construção dos espaços coloniais.

²⁵ Inventário de Francisca Maria do Rosário. Inventariante: José Soares de Oliveira. Sítio da Barbosa, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1803. (Manuscrito).

Considerações finais

Nosso trabalho, em diálogo com a historiografia citada, em especial os estudos de Silva (2003), Cotta (2010) e Macedo (2013), problematizou a inserção social e econômica de populações “mestiças” no cenário dos sertões da Capitania do Rio Grande entre os séculos XVIII e XIX. Em nosso texto, os “mestiços” foram vistos e definidos como sujeitos históricos do contexto em que viveram e não como meros coadjuvantes. Em função disso, buscamos, ao longo do nosso estudo, dar visibilidade às estratégias utilizadas pelos mesmos para ingressarem na administração colonial e na dinâmica socioeconômica da época.

Assim, por meio da análise da trajetória de vida de membros da família Soares de Oliveira, evidenciamos a existência de pardos ou pessoas ligadas a estes na administração militar e jurídica do espaço examinado. Constatamos, também, que pardos como Francisco Taveira solicitaram sesmarias à Coroa ou então adquiriram terras por meio da compra. Esse foi o caso de Martinho Soares, que comprou dois sítios de terra na Capitania do Rio Grande para se dedicar à pecuária.

Por fim, nosso estudo evidenciou que sujeitos “embranqueceram” oficialmente, aspecto que se deu, apenas, na segunda e terceira geração da família Soares de Oliveira. Nesse sentido, examinamos essa invisibilização da qualidade de pardos como uma estratégia utilizada por essa população para se aproximar dos denominados brancos e se sentir parte da sociedade colonial. Para inferirmos essa hipótese fizemos uso das discussões de Silva (2003), referentes a esse processo de “embranquecimento” que ocorreu na Capitania de Pernambuco, à qual estava ligada a do Rio Grande.

Referências

Fontes

Inventário de Martinho Soares de Oliveira. Inventariante: Vicência Ferreira. Sítio Barbosa, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1798. (Manuscrito).

Inventário de Francisca Maria do Rosário. Inventariante: José Soares de Oliveira. Sítio da Barbosa, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1803. (Manuscrito).

Inventário de Margarida Cardoso. Inventariante: Joana Barreto. Sítio Barra de Baixo, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1826. (Manuscrito).

Paróquia de Sant'Ana de Caicó (PSC). Casa Paroquial São Joaquim (CPSJ). Livro de Batismo nº 1, Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (FGSSAS), 1803-1806. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Batismo nº 2, FGSSAS, 1814-1822. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Matrimônio nº 1, FGSSAS, 1788-1809. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Matrimônio nº 2, FGSSAS, 1809-1821. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Óbito nº 1, FGSSAS, 1788-1811. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Óbito nº 2, FGSSAS, 1812-1838. (Manuscrito).

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maiara Silva. Terras de “mestiços” no Sertão da Capitania do Rio Grande no século XVIII. In: IV Colóquio de História Cultural e Sensibilidades, 2014, Caicó, *Anais...* Caicó: UFRN, 2014. p. 757-774.

BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa* (séc. XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BORGES, Cláudia Cristina do Lago. *Cativos do Sertão: um estudo da escravidão no Seridó*, Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, 2000.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 76-96.

COSTA, Sinval. *Os Álvares do Seridó e suas ramificações*. Recife: ed. do autor, 1999.

COTTA, Francis Albert. Os terços de Homens pardos e pretos libertos: Mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. *Mneme - Revista de Humanidades*, Caicó, v. 3, n. 6. p. 71-95, out-nov. 2002.

COTTA, Francis Albert. *Negros e Mestiços nas milícias da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

DANTAS, José Adelino. *O coronel de milícias Caetano Dantas Correia – um inventário revelando um homem*. Natal: CERN, 1977.

DANTAS, José Adelino. De que morriam os sertanejos do Seridó antigo? *Tempo Universitário*. Natal: UFRN, v.2, n.1, p. 129-36, jan-jun.1979.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. (orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto 2009. p. 93-115.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008.

GUERRA, Phelipe; GUERRA, Theophilo. *Seccas contra a secca*. 4. ed. Mossoró: Fundação Vingt-Um Rosado\Fundação Guimarães Duque, 2001.

GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In.: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.169-78.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Administração. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 17-20.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliana Eletrônica, 1942.

LYRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 3.ed. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*. Tese (Doutorado em História). UFPE, 2013.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. *Seridó*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Cronologia Seridoense*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingr-Un Rosado, 2002 (Mossoroense, Série C, v.1268).

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Tese. (Concurso para Professor Titular em História de Brasil – Departamento de História). UFMG, 2012.

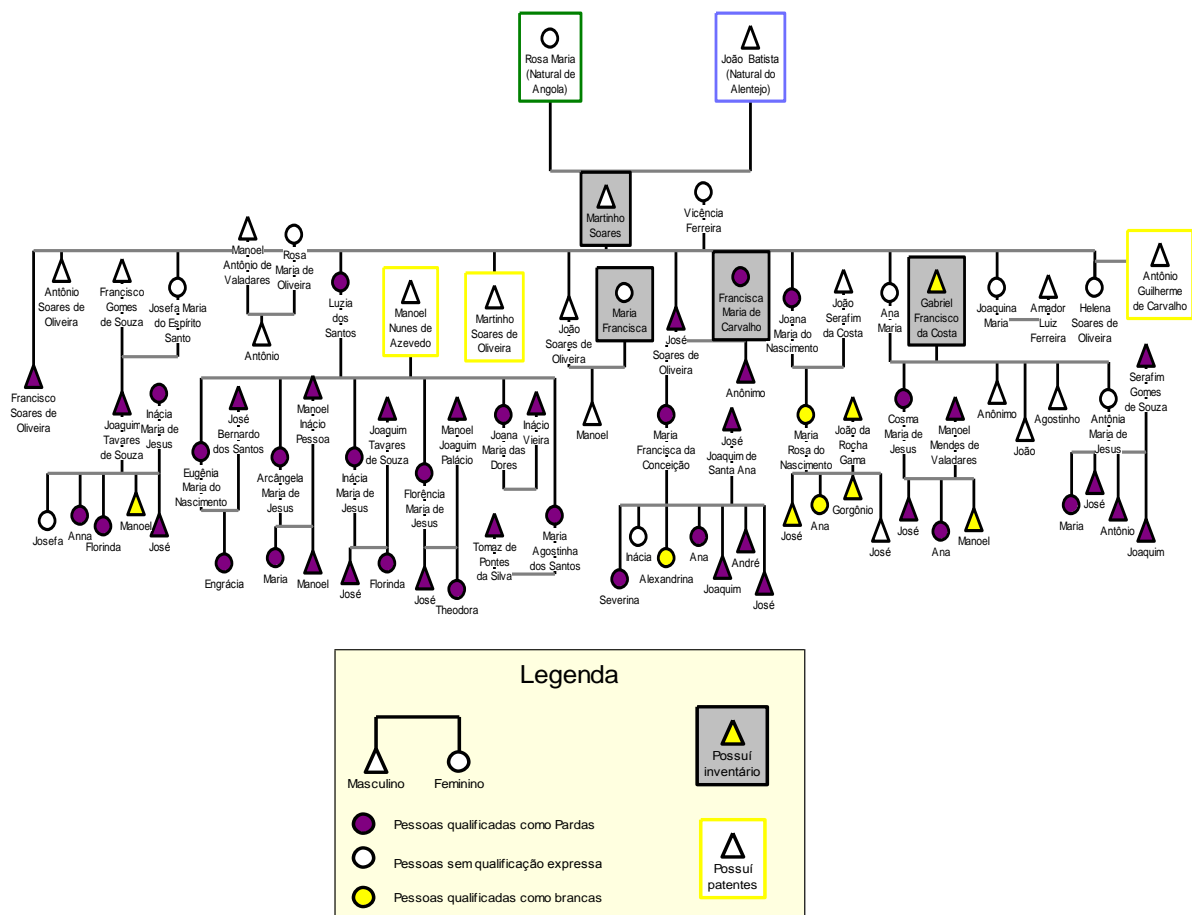
SALGADO, Graça, coord. *Fiscais e meirinhos - a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Pró-Memória/ Instituto Nacional do Livro, 1985.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras: Os Pobres do Açúcar na Conquista do Sertão de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII*. Tese. (Doutorado em História). UFPE, 2003.

TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba*. 2. ed. Mossoró: Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1989.

Apêndice A

Geneograma 1 – Genealogia Soares de Oliveira



Fonte: Elaboração dos autores com base nas fontes paroquiais e judiciais do espaço em análise. Diagramação feita com software GenoPro.

SERTÕES FLUIDOS: DISCUSSÃO SOBRE AS ESPACIALIDADES NA PORÇÃO MERIDIONAL DA AMÉRICA PORTUGUESA: O CASO DA CAPITANIA DE SÃO VICENTE

Fernando V. Aguiar Ribeiro²⁶

Artigo recebido em: 28/09/2016

Artigo aceito em: 24/11/2016

Resumo:

A proposta desse artigo é discutir a espacialidade na porção meridional da América portuguesa, com destaque à capitania de São Vicente. Durante o período inicial de conquista e colonização da região, a espacialidade, através das ideias de *sertões* e *fronteiras* forma fundamentais para a historiografia sobre a ocupação dessa região. A partir do panorama historiográfico e buscando os referenciais para tais conceitos objetivamos contribuir para o desenvolvimento das reflexões sobre espacialidade nas partes meridionais da América portuguesa.

Palavras-chave: Espacialidade; Sertões; Historiografia; Fronteira; São Vicente

²⁶ Pesquisador de pós-doutorado na Universidade Federal de São Paulo. Curriculum Lattes <http://lattes.cnpq.br/7361701263367493>. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. O presente artigo é reflexão a partir da tese de doutorado “Vilas do planalto paulista: a criação de municípios na porção meridional da América portuguesa (séc. XVI-XVIII) que contou com financiamento do CNPq e da CAPES para estágio em Portugal no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Abstract:

This article purpose to discuss spatiality in the southern part of Portuguese America, especially the *capitania* of São Vicente. During the early period of conquest and colonization of this region, spatiality, through *sertões* and frontiers, is fundamental strategy for the construction of historiography's occupation of the region. From the historiographical overview and pursuing the reference to these concepts we aim to contribute to the development of reflections on spatiality southern parts of Portuguese America.

Keywords: Spaciality; Sertões; Historiography; Frontier; São Vicente

* * *

“Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera.” (GUIMARÃES ROSA, 1986, p. 249).

A proposta desse artigo é elaborar uma reflexão sobre a constituição da espacialidade na historiografia no que se refere à região da capitania de São Vicente, localizada na porção meridional da América Portuguesa.

A historiografia sobre sertão contempla, desde muito, abordagens sobre o espaço construído a partir do bioma do semiárido, cuja base remonta trabalhos como a narrativa de *Os sertões* de Euclides da Cunha passando por obras clássicas do pensamento social brasileiro como *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr. (1942) e *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado (2011).

Durval Muniz de Albuquerque Jr., com *A invenção do Nordeste e outras artes* (2009) amplia a definição de espaço, contemplando não somente as regiões climáticas e ambientais, mas referenciando os sertões como espacialidades social e

historicamente construídas.

Diante desse vasto panorama historiográfico, a reflexão sobre sertões em outras partes da América Portuguesa acaba sendo eclipsada. Tal fato acaba por gerar trabalhos baseados na historiografia tradicional cujas premissas refletem os sertões como locais vazios e isolados, contribuindo para visões amplamente equivocadas. Por isso, no intuito de contribuição para o debate, propomos realizar uma reflexão sobre a constituição do espaço denominado sertões centrada no debate historiográfico. Assim, a problematização desses sertões passa a contribuir também na questão da fronteira, fundamental para a compreensão do processo de construção e colonização da capitania de São Vicente.

Historiografia sobre sertões vicentinos

Sertão é definido por Raphael Bluteau, em seu *Vocabulário português e latino...*, como “*região, apartada do mar, e por todas as partes, metida entre terras*” (1712, p. 613). Nossa proposta, mais que definir sertões, é problematizar o espaço que compreende o interior da América portuguesa como um território do desconhecido no qual os mitos europeus, em consonância com mitos das populações indígenas, impulsionaram a penetração dos europeus.

Na historiografia sobre a ocupação do sertões da capitania de S. Vicente, a concepção de interior era de um território vazio no qual a “civilização” deveria dominar. Essa visão seria consolidada por Afonso Taunay, em *São Paulo nos primeiros anos* de 1920, notadamente ao afirmar que

alguns quilômetros do arraial paulistano começava o tenebroso sertão, mais ignoto e ameaçador do que a selva mato-grossense de hoje entre Madeira-Araguaia. Povoam-no monstros e abantesmas; fenômenos e prodígios: os corriqueamas com quinze pés de alto e os guaiazis, minúsculos, mas ferozes e inumeráveis; os matuius, homens de pés para trás e corredores agilíssimos; e os giboiuçus, serpentes cujas carnes, putrefatas, durante as intermináveis e penosíssimas digestões, refaziam-se constantemente; toda esta fauna teratológica que tão pitorescamente nos

descreve o velho cronista Simão de Vasconcelos e à porfia referem os copiadores uns após os outros, dando-se ares de contar coisas originais (2003, p. 20).

Define, como característica principal da vila de São Paulo no século XVI, o fato de estar inserida em meio ao sertão e, para tanto, “urgia manter rigorosa disciplina naquele posto avançado da civilização, perdido entre as selvas, que era São Paulo e essa disciplina, entendia-o a Câmara, precisava basear-se sobretudo no respeito à autoridade” (TAUNAY, 2003, p. 121). Na *História geral das bandeiras paulistas*, obra monumental de Afonso Taunay publicada entre 1924 e 1950, apresenta o sertão como um território desconhecido, não delimitado. Aponta que

‘esta terra é da Coroa de Portugal e do Senhor Conde de Monsanto’ afirmavam os bandeirantes de Antonio Raposo Tavares em unísono com a homeinada [sic] seu cabo de tropa. Assim nos contam varios depoimentos jesuíticos hespanhoes ao se refirem á resposta dada pelos paulistas aos ignacianos que lhe verberavam assolar terras e povos sujeitos á Coroa de Hespanha. E realmente como que havia entre os sertanistas a percepção confusa de que a linha demarcadora das terras das duas coroas devia passar mais a oeste do que pretendiam os hespanhoes, a saber, entrando no Brasil em Cananea, senão mesmo em S. Vicente. Não nos esqueçamos ainda quanto lhes era tal doutrina favorável ás pretensões (TAUNAY, 1928, p. 130).

A essa delimitação não precisa entre os domínios das duas Coroas na América soma-se o fato que, durante 80 anos, Portugal e Espanha estavam unidos sob o mesmo monarca. A esse respeito, Taunay destaca que “em 1580 reuniram-se sobre a mesma cabeça as coroas de Portugal e Hespanha, o que na América só devia trazer vantagens. Desde então os dois povos, alheios a quaisquer rivalidades coloniaes, puderam dedicar-se ás tarefas que lhes pareceram mais urgente e proveitosa solução” (TAUNAY, 1928, p. 121 e p. 134), como, por exemplo, devassar os sertões em busca de metais preciosos e, por outro lado, defender o litoral de incursões de franceses e holandeses.

Alfredo Ellis Jr., em *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, de 1934, apresenta a ação de penetração no interior do continente como base para a

consolidação das fronteiras na América portuguesa. Destaca o protagonismo português ao afirmar que “os portugueses vicentinos, mais que quaisquer outros, em terras da América souberam honrar as tradições que traziam ainda quentes das guerras da reconquista, dos campos de Aljubarrota e dos mares ignotos desvendados pelos tritões do infante D. Henrique” (ELLIS JR, 1934, p. 31). Essa ação heroica ocorreu, segundo o autor, em território vazio, que deveria ser desbravado. A associação ao mar, na passagem anterior, reforça a ideia de sertões como local de isolamento, visão essa que seria consolidada na historiografia sobre a expansão das fronteiras coloniais.

Jaime Cortesão, na obra intitulada *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*, de 1955, apresenta uma contribuição às ideias de Taunay e Ellis Jr. sobre os sertões paulistas e a ocupação dessa região. Acrescenta que o “espírito português” conjugado com as experiências indígenas, foram determinantes para o sucesso das incursões ao interior da capitania. Afirma que, “à sombra dessa maleabilidade excepcional, o português dirigiu, adaptando-se, o ânimo belicoso e a possibilidade de expansão do tupi, em proveito próprio” (CORTESÃO, 1955, p. 127). Como podemos observar nessa passagem, o destaque ao protagonismo lusitano no processo foi uma das razões destacadas por Cortesão para compreender as bandeiras e a incorporação de novos territórios aos domínios da Coroa lusitana.

Washington Luís, na obra *Na capitania de São Vicente* de 1956, corrobora as interpretações de Afonso Taunay sobre os sertões e a dificuldade no processo de conquista e colonização. Aponta que, nos anos subsequentes à conquista da América portuguesa o oriente era o foco dos interesses da Coroa, seja pela sua dedicação ao comércio como pelo volume do mesmo na Índia e China (2004, p. 46).

A solução para essa situação seria a busca por metais preciosos no continente americano. Vale ressaltar que a riqueza das civilizações asteca e inca e a descoberta das minas de prata de Potosí direcionam a ambição europeia da Ásia para o Novo Mundo. Contudo, “delicada era, pois, a situação de Portugal, e difícil, pois, a colonização do Brasil. Mas, segundo Frei Luís de Sousa, nos seus Anais, o Brasil, que

ainda nada tinha dado e estava em bruto, prometia grandes maravilhas” (PEREIRA DE SOUSA, 2004, p. 48). Assim, as lendas sobre riquíssimas minas de ouro influenciavam os europeus ávidos em toda a parte da velha Europa. Ninguém podia distinguir o que de real haveria nas ficções criadas e amplificadas pela literatura e imaginário (PEREIRA DE SOUSA, 2004, p. 48).

Destaca Washington Luís a posição estratégica da vila de São Paulo em relação à rede de caminhos terrestres e fluviais que cruzavam o sertão. Dessa forma,

São Paulo, com a força de um destino, transformou os vicentinos e os forasteiros em paulistas e o nome de S. Paulo, numa igreja em pequeníssimo povoado, passou para a vila, passou depois para cidade, passou para a capitania e mais tarde para todo o território sertanejo, desde as altas e recônditas cabeceiras dos regatos, que afluem para o Paraguai e para o Paraná até formar o rio da Prata, como passou até para o norte, até as que constituem a bacia sul do Amazonas e para a bacia do São Francisco, no sertão (2004, p. 140).

A essa posição estratégica soma-se ao impulso gerado pelos mitos e promessas de riquezas. A esse respeito, Washington Luís afirma que

mais que a curiosidade aventureira e ávida, a necessidade imprescindível de, pela ocupação efetiva, pela posse, assegurar os descobrimentos feitos, iriam impulsionar com ardor insaciável as expedições audacíssimas através dos desertos selvagens ou inimigos. Os navegadores temerários e tenazes seriam substituídos pelos sertanistas atrevidos; as bandeiras iriam ocupar na atenção da História o lugar das frotas. Era natural, lógico, fatal, pois, o esquadramento do interior dessas terras, e as entradas ao sertão teriam que aparecer. O ciclo das navegações seria substituído pelo ciclo das bandeiras em Portugal (2004, p. 229).

Em *Caminhos e fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda em 1957 apresenta o processo de penetração e conquista do interior do Brasil. Durante os primeiros tempos da colonização do Brasil, os sítios povoados, conquistados à mata e ao índio, não passam, geralmente, de manchas dispersas ao longo do litoral, mal plantadas na terra e quase independentes dela. Definidos por conta da relação litorânea em detrimento ao interior, esses núcleos voltam-se inteiramente para o outro lado do

oceano (HOLANDA, 1957, p. 5).

Sérgio Buarque evidencia a importância da posição geográfica de São Paulo e das redes de caminhos no sertão. Afirma que

alguns mapas e textos do século XVII apresentam-nos a vila de São Paulo como centro de amplo sistema de estradas expandindo-se rumo ao sertão e à costa. Os toscos desenhos e os nomes estropiados desorientam, não raro, quem pretenda servir-se desses documentos para a elucidação de algum ponto obscuro de nossa geografia histórica. Recordam-nos, entretanto, a singular importância dessas estradas para a região de Piratininga, cujos destinos aparecem assim representados como em um panorama simbólico (1957, p. 15).

A compreensão da realidade americana pelo europeu se deu, de acordo com Sérgio Buarque, pela assimilação dos conhecimentos e práticas dos indígenas. Nesse caso, como em quase tudo, os adventícios deveriam habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos moradores da terra (HOLANDA, 1957, p. 15).

Isso porque eram os paulistas detentores de uma capacidade de orientação nas matas, em que se revelam suas afinidades com os indígenas, mestre e colaborador inigualável nas entradas, sabiam os paulistas como transpor pelas passagens mais convenientes as matas espessas ou as montanhas aprumadas, e como escolher sítio para fazer pouso e plantar mantimentos (HOLANDA, 1957, p. 15).

A importância dos sertões para a compreensão do Brasil é reforçada na tese de cátedra *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, defendida e publicada em 1958. Ao destacar as motivações míticas para a penetração do interior, Sérgio Buarque altera a concepção do sertão, de vazio para ponto de atração por sua lendas e possibilidades de riquezas.

Mitos carregados de sentido religioso, localizava em local incerto o Éden, o paraíso terrestre. Buarque de Holanda aponta que

a ideia de que existiu na Terra, com efeito, algum sítio de bem-aventurança,

só acessível aos moradores através de mil perigos e penas, manifestos, ora sob a aparência de uma região tenebrosa, ora de colunas ígneas que nos impedem de alcançá-lo, ou então de demônios ou pavorosos monstros, pode prevalecer, porém, independentemente das tradições clássicas ou das escolásticas sutis (2010, p. 59).

Essa concepção de recompensa após toda sorte de desafios encontrou terreno fértil na América. As matas desconhecidas, a geografia fantástica e os riscos das explorações corroboram com a ideia cristã de gratificação após sacrifícios.

Dessa forma, era de esperar, depois das desvairadas especulações de Colombo e outros navegantes, que também a fonte de Juventude, e demais fantasias, constante apêndice do Paraíso Terreal, achassem algum meio de introduzir-se na geografia visionária do Novo Mundo (HOLANDA, 2010, p. 60).

A busca pelo paraíso foi substituída pelos mitos de reinos abundantes em ouro e prata. Nas palavras de Buarque de Holanda, “à imagem ou não do Dourado propriamente dito – o dos Omáguas e de Manoa – e também do Dourado de Meta, isto é, dos Chilocha, foram reportados aqui e ali muitos outros reinos áureos ou argênteos, não menos lisonjeiros para a desordenada cobiça dos soldados” (2010, p. 79).

Esses mitos de ouro e prata encontraram importante reforço quando do contato e conquista das civilizações asteca e inca. As minas de prata do Alto Peru, notadamente o mítico Potosí, tiveram destacado papel de motivar a cobiça de portugueses e direcionar a penetração nos sertões a oeste. Isso porque,

fosse qual fosse o verdadeiro quinhão de Portugal no Novo Mundo, um fato se impunha aqui fora de toda dúvida, e era a perfeita continuidade, de todos reconhecida, entre o Brasil lusitano e as partes de melhor proveito nas Índias de Castela, que com ele confinavam pelo poente. Esta última consideração não era de pouca monta, sempre que se tratasse de decidir sobre a primazia em matéria de riquezas de toda sorte, e não apenas minerais, pois que uma opinião acreditada na época só poderia contribuir neste caso para dar-se a palma ao Brasil. Propínquo ao opulento Peru e sob as mesmas latitudes, porém a leste, nele seriam encontrados, por força, os mesmos produtos que se davam naquela província castelhana, e do mesmo e melhor toque (HOLANDA, 2010, p. 153).

Ao concluir a reflexão sobre o papel dos mitos no processo de colonização e construção do Brasil, Sérgio Buarque afirma que é possível, desta excursão já demorada à volta dos mitos geográficos já difundidos na era dos grandes descobrimentos marítimos, tirarem-se conclusões válidas para um relance sobre a formação brasileira, especialmente durante o período colonial (2010, p. 443).

Como resposta a esse questionamento, o autor tentou mostrar como os descobridores, povoadores, aventureiros, o que muitas vezes vêm buscar, e não raro acabam encontrando nas ilhas e terra firme no Atlântico, é uma espécie de cenário, ideal, feito de suas experiências, metodologias ou nostalgias ancestrais (HOLANDA, 2010, p. 443).

Retomando a valorização do agente português no processo de devassamento do sertão, Jaime Cortesão destaca a figura de Raposo Tavares. Na obra de 1958, intitulada *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, consolida sua interpretação iniciada na obra de 1955 ao afirmar que o bandeirismo floresceu da raiz luso-tupi e teve como expoente o bandeirante paulista, quem

quer na metrópole, quer na colônia, o tornou o seu maior intérprete; [e] como a revolução restauradora da independência portuguesa começou, na verdade, no Brasil, sob impulso de causas econômicas locais, das imperiosas necessidades da formação geográfica do Estado e dum ambiente de maior liberdade que em Portugal (CORTESÃO, 1958, p. 3).

Fator esse decorrente das bandeiras e operado em um vazio territorial, motivo esse apresentado por Cortesão como responsável pela ideia de liberdade.

Caio Prado Jr, em *A cidade de São Paulo, geografia e história*, de 1983, sintetiza, em obra de divulgação, a visão tradicional de sertões, notadamente retomando as interpretações tecidas por Capistrano de Abreu. Afirma que a condição geográfica privilegiada do núcleo urbano de São Paulo, associada à rede fluvial favorável, foram a explicação para a penetração vicentina ao interior (1983, p. 20).

Corroborando com a interpretação tradicional de sertão como espaço vazio,

Alida C. Metcalf, em *Vila, reino e sertão no São Paulo colonial*, de 1996, apresenta-o como “desconhecido, a imensa vastidão” (p. 420). Para a autora, nos mapas, o sertão especificava o interior do Brasil, os territórios sob controle dos índios e a floresta virgem que poderia ainda existir em torno dos povoados portugueses e entre eles (METCALF, 1996, p. 420).

Apresenta uma oposição entre sertão e reino ao afirmar que se o reino representava um polo de um *continuum* que se estendia do Velho Mundo, o sertão sintetizava o oposto: a América em seu estado natural. A partir dessa concepção, para os portugueses, o sertão pedia para ser colonizado, explorado e transformado (METCALF, 1996, p. 420). Portanto, o processo de colonização da América portuguesa é vista como uma evolução gradativa das características do ‘sertão’ para as do ‘reino’ (METCALF, 1996, p. 421).

Em 1999, A. J. R. Russel-Wood, em *Fronteiras no Brasil colonial*, publicado na Revista Oceanos, aborda o sertão da América portuguesa como espaço de interação entre as culturas europeias e indígenas. Este ensaio adotou, relativamente à fronteira, uma abordagem diferente, no que considera a fronteira como uma metáfora, vendo no termo *fronteira* uma área de interação entre diferentes culturas (1999, p. 9).

Os sertões, área de fugitivos da justiça ou para aventureiros, são vistos por Russell-Wood, como uma zona de fronteira. E, assim, a palavra *fronteira* é entendida no contexto de um limite entre culturas e esta abordagem torna-se mais reveladora e conforme com a mistura única de culturas, parte inerente do desenvolvimento histórico no período colonial, sendo um fenômeno em curso e não menos evidente no período de hoje (RUSSELL-WOOD, 1999, p. 20).

Glória Kok, em *O sertão itinerante, expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*, de 2004, desenvolve as concepções da América como local do imaginário e dos mitos. Aponta que não é novidade afirmar que muitos europeus fomentaram visões idílicas do sertão da América portuguesa (2004, p. 18). Esse espaço do desconhecido, território composto de lendas e mitos é controlado quando a conquista

e colonização se efetiva. De acordo com Glória Kok, à medida que se fazia a conquista de novos espaços na América portuguesa, as terras míticas nublavam-se diante de uma outra noção de geografia, cuja concepção de espaço – controlado, ordenado, limitado e mapeado –, punha-se definitivamente a serviço da Coroa para garantir o domínio de terras e gentes(2008, p. 26).

John R. Gillis, em *Islands of the mind. How the human imagination created the Atlantic world*, de 2004, apresenta as ilhas como locais privilegiados para a geografia mítica. Aponta que geografias místicas sempre existiram ao longo dos processos de expansão do conhecimento do território. Essas são frequentemente localização em locais isolados, nas quais carecem maiores informações práticas. No Ocidente, destaca que o mar assumiu espaço privilegiado dessas especialidades imaginadas (2004, p. 6). Apesar dos mitos não serem criação da Época moderna, é com as navegações e o contato com as Américas que encontram um território fértil para seu desenvolvimento. Para Gillis, nos séculos XV e XVI, as explorações seguiam termos como *descoberta* ou *revelação*, denotando que os exploradores não buscavam necessariamente algo novo, mas reformar algo que já se tinha mas estava por algum motivo encoberto (2004, p. 46). Inclusive o contexto da “descoberta” das Américas é pautado pela geografia mítica, composta pelas visões cristãs e oriundas do mundo clássico. O pensamento de Cristóvão Colombo era um misto de elementos cristãos e clássicos. Na sua geografia bíblica, localizava o centro do mundo em Jerusalém, associando essa espacialidade com conceitos da cosmovisão cristã medieval, como locais Santos e Jardins do Éden (GILLIS, 2004, p. 56).

A geografia mítica é fundamentada pelas projeções de paraísos terrestres. Essa ideia é reforçada por conta do fato de que as noções de paraíso serem comuns em muitas culturas, consagrando essa com valores considerados universais. Dessa forma, o paraíso é associado com ideias gerais, como plenitude, liberdade, paz e imortalidade (GILLIS, 2004, p. 67). O espaço americano, mais do que local do vazio, corroborou com os mitos europeus e, junto com os mitos ameríndios, é compreendido como um

espaço encantado. John Gillis apresenta que a América foi concebida pelos europeus como uma “terra de criaturas mágicas e gigantes”, baseada em uma visão geocêntrica e antropocêntrica que contribuíra para a formação básica das reflexões sobre as espacialidades no novo continente (2004, p. 102).

A partir do século XIX, as nações desenharam suas fronteiras de forma a distinguir seus espaços em relação a seus vizinhos (GILLIS, 2004, p. 124) e, conseqüentemente, os espaços míticos deixaram de existir.

A contribuição de Gillis, apesar de impactar a historiografia norte-americana, não representa necessariamente uma novidade na abordagem. Conforme apontamos anteriormente, na historiografia brasileira há uma tradição de reflexões sobre a concepção do território atreladas ao imaginário, as quais destacamos as contribuições de Jaime Cortesão e, principalmente de Sérgio Buarque de Holanda. Tal situação deve-se à ausência da tradução das obras desse historiador à língua inglesa, o que gerou um certo isolamento no debate internacional e a publicação de abordagens por Gillis quase meio século depois, assumir a característica de novidade na compreensão da apropriação do território americano.

A fronteira na historiografia sobre a ocupação do planalto

A produção historiográfica sobre fronteiras na formação das partes meridionais do Brasil tem como obra referencial a *Marcha para oeste. A influência da 'bandeira' na formação social e política do Brasil*, de Cassiano Ricardo Leite, publicada em 1940. Estabelece Cassiano Ricardo como questionamento principal quais grupos, na formação brasileira, deram origem à democracia. Como exercício de resposta, aponta que a sociedade brasileira não nasce de um só ponto de irradiação. “Forma-se cristãmente, mestiçamente. Entram nela elementos bio-democráticos e ameríndios” (1940, p. IX). Dessa forma, a democracia devia nascer no grupo de maior mobilidade social interna e externa. “Mobilidade interna mais maior comunhão dos indivíduos; mobilidade externa para que sua ação democratizadora o exercesse, num sentido de

unificação, sobre os demais grupos da colônia” (LEITE, 1940, p. IX).

Nas concepções do autor de *Marcha para oeste*, os bandeirantes representam o único grupo que representa essas condições. Assim, “a bandeira nasce na República de Piratininga e vai, em direitura, para a sociedade brasileira em cuja formação tanto inflúe. Nasce no planalto e vai conquistar a base física para o nosso destino como povo e como nação” (LEITE, 1940, p. XIII). Aponta que a democracia é um fenômeno histórico (“a república de Piratininga”), climático (“somos um paiz tropical”), bio-ético (“a mistura de raças”), social (“o nenhum preconceito de classe e de origem”), econômico (“a hierarquização pelo próprio esforço”) e psicológico (“a bondade, na sua acepção brasileira, tipicamente democrática”) (LEITE, 1940, p. XVIII). O ponto de irradiação dessa democracia americana seria o ponto de início das bandeiras, isto é, a vila de São Paulo. Para tanto, afirma que o planalto de Piratininga nos deu a bandeira. A bandeira nos deu uma geografia. Esta geografia nos traçou, em sua réplica, um destino histórico, social, político, até então inédito. Foi ainda, em suas palavras, que a bandeira a primeira arrancada para o nosso ‘*self-government*’ (LEITE, 1940, p. 29).

Cassiano Ricardo defende a interpretação de que a democracia, como autogoverno, é resultado da influência do espaço americano no europeu. Nesse aspecto, a fronteira, como área de transição entre o litoral conhecido e os sertões desconhecidos, forjaram o brasileiro. Para o autor, esse homem americano

nasceu do planalto, a cavaleiro do sertão. Do planalto dinâmico, incompatível com a economia sedentária dos latifúndios. Estes eram mais explicáveis e, portanto, mais encontrados, no litoral estático. Em outras palavras: a bandeira nasceu de um ponto geográfico democratizante. E deu-nos, em réplica, e graças á sua estupenda mobilidade horizontal, uma geografia democrática, porque anti-totalitário. Nessa geografia não está, apenas, a ossatura do nosso destino. Esta também, o lineamento físico da federação e o habitat intransferível da nossa democracia, ‘ser vivo’” (LEITE, 1940, p. 36).

O papel dos sertões como transformador do homem é ressaltado, de forma

apologética, por Cassiano Ricardo ao concluir que “quando entra no mato a primeira bandeira, termina a história de Portugal e começa a do Brasil” (LEITE, 1940, p. 212). A interpretação de Cassiano Ricardo sobre a ocupação do interior do Brasil e o papel da fronteira nesse processo teve como principal influência o debate sobre a ocupação do Oeste norte-americano e a discussão posterior sobre a temática.

Robert Wegner evidencia, em *A conquista do oeste. O papel da fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, que

uma tese bastante conhecida e que poderia, talvez, ter fornecido essa chave aos estudos do Novo Mundo era a tese da fronteira, de Frederick Jackson Turner. Apresentada em 1893 nas comemorações dos quatrocentos anos do descobrimento da América, constituía-se numa explicação situacional na medida em que – embora concebida especificamente para os Estados Unidos –, ao contrário de salientar os valores puritanos e individualistas vindos da Europa, enfatizava o que havia de novo no país graças à sua dinâmica particular (2000, p. 80-81).

As formulações de Frederick Turner sobre fronteira e a influência do debate na historiografia norte-americana serão discutidos posteriormente.

Retomando à obra de Cassiano Ricardo, aponta o autor a importância dos bandeirantes na ocupação dos sertões e o papel desses na fundação de novos municípios. Afirma que “S. Paulo é o núcleo urbano que dá origem à bandeira. Cada bandeira, por sua vez, é uma cidade errante que lá se vai. Outras cidades vão brotando pelo caminho. Destas outras cidades surgem novas bandeiras” (LEITE, 1940, p. 408). Cassiano Ricardo encerra sua obra exaltando Getúlio Vargas, a expansão do oeste durante a décadas de 30 e 40 do século XX e defende o regime político do Estado Novo brasileiro. Conclui que

inaugurando o Estado unitário e o governo forte, dando ao presidente o caráter de chefe nacional, desprezando o mito liberal na conceituação da democracia, repelindo os ‘ismos’ exóticos, conjugando sabiamente o individualismo como o coletivismo, instituindo os grupos profissionais, consagrando a consulta plebiscitória, promovendo a nacionalização das nossas fronteiras e, em síntese, retomando o fio histórico da civilização brasileira, a constituição de 10 de novembro [de 1937] reata, finalmente, o espírito bandeirante interrompido no século XIX e tão deturpado pela

dialética do litoral (LEITE, 1940, p. 541).

Executa, portanto, ao apresentar a ocupação do oeste como fundamental para a criação do brasileiro e das suas instituições políticas, a relação direta com a Marcha para Oeste²⁷ executada por Getúlio Vargas e que objetivava a ocupação e a dinamização da região centro-oeste do Brasil.

A perspectiva comparada entre Brasil e Estados Unidos é continuada na obra *Bandeirantes e pioneiros. Paralelo entre duas culturas*, de Vianna Moog. Na obra de 1954, estabelece como questionamento central

como foi possível aos Estados Unidos, país mais novo do que o Brasil e menor em superfície continental contínua, realizar o progresso quase milagroso que realizaram e chegar a nossos dias, à vanguarda das nações, como a prodigiosa realidade do presente, sob muitos aspectos a mais estupenda e prodigiosa realidade de todos os tempos, quando o nosso país, com mais de um século de antecedência histórica, ainda se apresenta, mesmo à luz de interpretações e profecias mais otimistas, apenas como o incerto país do futuro? (VIANA MOOG, 2011, p. 13).

Destaca, a título de comparação no processo de ocupação e colonização do Brasil e dos Estados Unidos, que há desde logo uma fundamental diferença de motivos no posicionamento dos dois países: um sentido inicialmente espiritual, orgânico e construtivo na formação norte-americana, e um sentido predatório, extrativista e quase só secundariamente religioso na formação brasileira (VIANA MOOG, 2011, p. 133). Viana Moog apresenta que

os primeiros povoadores das colônias inglesas da América, principalmente os puritanos do *Mayflower*, não vieram para o Novo Mundo só ou predominantemente em busca de minas de ouro e prata e de riqueza fácil. Vieram, isto sim, acossados pela perseguição na pátria de origem, em busca de terras onde pudessem cultivar o seu Deus, ler e interpretar a sua Bíblia, trabalhar, ajudarem-se uns aos outros e celebrar o ritual do seu culto, à sua maneira (2011, p. 134).

²⁷ Para o debate sobre a expansão para oeste durante o governo Vargas, ver Paulo de Figueiredo. *Aspectos ideológicos do Estado Novo*. Brasília: Senado Federal, 1984; Ângela de Castro Gomes. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 e Seth Garfield. “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na Era Vargas”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 20, n. 39, 2000, p. 15-42.

Já para o Brasil, define, de maneira idealizada, que

ocorreu precisamente o contrário. Os portugueses que vieram ter primeiro às terras de Santa Cruz eram todos fiéis vassalos de El-Rei de Portugal. Se, por um lado, desejavam ampliar os domínios da cristandade, ‘a Fé e o Império’, traziam já os olhos demasiadamente dilatados pela cobiça. Eram inicialmente conquistadores, não colonizadores, como seriam mais tarde bandeirantes e não pioneiros (VIANA MOOG, 2011, p. 134).

Como síntese, reforça que

nem tudo são dessemelhanças e contrastes entre Brasil e Estados Unidos. Em meio às diversidades que concorrem para acentuar as diferenças entre as duas culturas, brasileiros e norte-americanos guardam atualmente entre si um grande traço comum: a imaturidade, tomando aqui, naturalmente, o termo imaturidade no sentido psicológico; ou melhor, psicanalítico, de desajustamento emocional ou falta de adaptação adequada à vida e à realidade (VIANA MOOG, 2011, p. 319).

Em 1961, Sérgio Buarque de Holanda, em *Movimentos da população de São Paulo no século XVIII*²⁸, retoma a discussão sobre o papel da fronteira e, conseqüentemente, do sertão, no processo de ocupação do planalto da capitania de São Vicente. Destaca a especificidade da ocupação pois

nas capitanias paulistas a expansão de povoamento processou-se durante longo tempo segundo moldes que não encontraram quase paralelo, pela mesma época, em outros lugares da América portuguesa. Partindo de um núcleo originário, em geral da própria vila de S. Paulo, e sem contar com um poderoso influxo de fora, chega ela a cobrir porção do espaço utilizável das redondezas, de sorte a formar, terra a dentro, um rosário de sítios urbanos que servem para marcar a paulatina ocupação do solo (HOLANDA, 1966, p. 55).

Assim,

o nascimento de um povoado pode, em realidade, originar-se da simples escassez, no termo da vila madre, de espaço disponível e acessível para a abertura de roçados, quando todo ele, ou a maior parte, já tenha donos, ou por qualquer outro motivo se acha sem préstimo para as lavouras. Em tais circunstâncias, os habitantes desejosos de terrenos para os granjeios vão naturalmente acorrerem às áreas em que eles se oferecem de sobejo,

²⁸ Apesar do título, o artigo trata do século XVII. O equívoco deve ter ocorrido por conta de erro gráfico.

podendo chegar assim à situação de proprietários de bens rústicos, a qual se não é inerente à cidadania, lhe dá entretanto mais realce e dignidade (HOLANDA, 1966, p. 55-56).

Apresenta Sérgio Buarque o sertão como vazio demográfico, a despeito das sociedades indígenas lá situadas, e como espaço para a expansão portuguesa. Define que,

à sua maneira, a função que vinham tendo no século XVII os *espaços vazios* e utilizáveis ainda existentes ao redor do velho núcleo piratiningano, inícios da colonização, assemelhava-se, rigorosamente, à espécie de *safety valve* que há cem anos inflamara imaginações anglo-saxônicas no norte do continente. Se diferença houvesse, estaria nisso, que aqueles espaços livres, em vez de tingidos de cores tão idílicas, deviam parecer, em geral, uma realidade descolorida e chã, mais refrigerio talvez do que esperança (1966, p. 105).

A respeito da utilização de termos consagrados pela história norte-americana, como *fronteira vazia* e *safety valve*, Robert Wegner reforça a influência dos contatos de Sérgio Buarque com a produção historiográfica dos Estados Unidos.

Wegner aponta que, em 1941, no ano seguinte à carta de Rubens Borba e ao provável encontro com Lewis Hanke, Sérgio Buarque, a conta da Divisão Cultural do Departamento de Estado – a esta altura encarregado de promover os ‘valores pan-americanos’ –, parte em viagem aos Estados Unidos, lá chegando em junho, na companhia de Luís Jardim (2000, p. 76). Com isso, o ponto que é necessário sublinhar diz respeito à possibilidade dessa visita aos Estados Unidos ter permitido a Sérgio Buarque um contato mais continuado com a historiografia americana num momento em que esta se preocupava em produzir reflexões sobre os países latino-americanos (WEGNER, 2000, p. 78).

O debate sobre a ocupação territorial nos Estados Unidos, ao longo do século XX, estava centrada na discussão sobre as formulações de Frederick Jackson Turner. Robert Wegner apresenta que,

devido à centralidade da obra de Turner na historiografia norte-americana e como pretendo focalizar o diálogo de Sérgio Buarque com esta

historiografia – seja mais diretamente com a tese da fronteira, seja com outros autores e abordagens –, vale a pena determo-nos naquela possibilidade de aplicação da tese da fronteira na história do continente americano (2000, p. 81).

Robert Wegner destaca que, embora as formulações de Turner e o debate subsequente tenham influenciado as interpretações de Sérgio Buarque a respeito da fronteira e da ocupação do interior americano, o debate brasileiro sobre o tema não era recente²⁹. Portanto,

não se pode, contudo, cair no exagero de afirmar que foi graças à valorização da tese da fronteira que Sérgio Buarque descobriu as possibilidades explicativas da conquista do Oeste para a história do Brasil. Não se deve esquecer, por exemplo, que então já existia uma bem formada tradição de estudos sobre os bandeirantes, iniciada por Capistrano de Abreu, autor pelo qual, aliás, Sérgio Buarque nutria grande admiração (WEGNER, 2000, p. 91).

Para Wegner, a respeito da utilização de conceitos de Turner por Sérgio Buarque, o destacado contato com a historiografia norte-americana sobre a fronteira. Aponta que

é de notar que ‘Movimentos da População em São Paulo no século XVII’, publicado na *Revista do IEB* em 1966, ao lado do ‘Prefácio’ à segunda edição de *Visão do Paraíso*, de 1968, parece ter sido fruto do prosseguimento de seu diálogo com os norte-americanos e, mais do que isso, dos estudos que pôde realizar em suas passagens pelos Estados Unidos na década de 1960. Com estadias mais prolongadas que a de 1941, Sérgio Buarque passou uma temporada em 1965 e outra em 1966 até o ano seguinte, quando lecionou, como professor visitante, nas Universidades de Indiana, Nova York e de Yale (2000, p. 119-120).

No entanto, não podemos afirmar que o contato com a tese de Turner e a discussão historiografia sobre a fronteira tenha iniciado somente com a obra de Sérgio Buarque. Conforme apresentamos anteriormente, Cassiano Ricardo em 1940 e Viana Moog em 1954 já estabelecem contato com a historiografia norte-americana.

Devemos, portanto, retomar às reflexões sobre fronteira nos Estados Unidos

²⁹ Entre os quais destacamos Afonso Taunay. *História geral da bandeiras paulistas*. São Paulo: H. I. Canton, 1921, vol. 1.

pois, embora tenham iniciado em fins do século XIX, correu em paralelo à historiografia brasileira e, por diversos momentos, estabeleceu diálogo com essa, como torna-se evidente no caso das reflexões de Sérgio Buarque, as quais foram influenciadas pelo debate turneriano na década de 1950.

Na conferência de 1893, intitulada *The significance of the frontier in American history*, Frederick Turner afirma que

the peculiarity of American institutions is the fact they have been compelled to adapt themselves to the changes of an expanding people – to the changes involved in crossing a continent, in winning a wilderness, and in developing at each area of this progress out of the primitive economy and political conditions of the frontier into the complexity of city life (1999, p. 31-32).

Para Turner, a fronteira é a linha da mais rápida e efetiva americanização do indivíduo. O sertão acaba por fazer o colono (1999, p. 33). Isso porque destaca que a fronteira se torna elemento central na formação da identidade norte-americana. Assim, a costa Leste é definida como “muito britânica”, enquanto que no oeste as levadas de imigração compuseram, juntamente com as terras livres do wilderness, forjaram o país (TURNER, 1999, p. 47). Apresenta, pois, a ideia de que no Oeste, no contato entre a “civilização” e a “barbárie” propiciado pela fronteira, surge a democracia, visto que o individualismo gerado pela fronteira é interpretado como o principal motivo para a promoção da democracia (1999, p. 53). Essa concepção é chave para compreender a democracia formulada por Cassiano Ricardo. Fruto do paulista e sua adaptação ao sertão, demonstra a influência das formulações de Turner nesse autor brasileiro.

Turner define que a fronteira

is a new product that is American. At first, the frontier was the Atlantic coast. It was the frontier of Europe in a very real sense. Moving westward, the frontier became more and more American. As successive terminal moraines result from successive glaciations, so each frontier leaves its traces behind it, and when it becomes a settled area the region still partakes of the frontier characteristics. Thus the advance of the frontier has meant a steady movement away from the influence of Europe, a steady growth of independency of American lines. And to study this advance, the men who grew up under these conditions, and the political, economic, and social results of it, is to study the really

American past of our history (1999, p. 34).

John Faragher, no artigo *The frontier trail: rethinking Turner and reimagining the American West*, propõe um debate sobre o legado do autor da tese da fronteira. Aponta o fato de que em 1910 Turner assumira a presidência da *American History Association*, bem como a cátedra em Harvard. Com essas duas pontas-de-lança, sua tese tornaria fundamental para a compreensão da realidade norte-americana por quase meio século. A imagem da fronteira ultrapassaria os muros das universidades e chegaríamos a compor o imaginário popular sobre o oeste, fronteira e o próprio país (1993, p. 107).

Dessa forma, quando Sérgio Buarque viaja para os Estados Unidos, toma contato com a tese de Turner, pois, segundo Faragher, em meados de 1964, pesquisas revelaram que as ideias de Turner continuavam predominantes no debate histórico (1993, p. 107). Opositores à tese de Turner surgiram, contudo, não diminuindo a força das interpretações sobre a fronteira nos Estados Unidos.

Para Farager, os argumentos sobre o oeste foram influenciados pelo que denominou “tempero turneriano”. A crítica a esse ponto, definido como antituneriano, seria a base para aos debates sobre fronteira que prosseguiriam (1993, p. 108).

Contudo, não é tarefa complexa encontramos autores que não só adotaram a teoria de Turner, mas demonstram grande admiração pelo professor. Joseph Schafer define, por exemplo, que, desde a colonização britânica nos Estados Unidos, a fronteira foi e continuou sendo, a melhor forma de compreender a história desse país (1933, p. 451). Conclui, a respeito da teoria da fronteira que, enquanto foi republicada diversas vezes, mantinha-se a característica do documento como algo provocativo, mesmo sendo datado de finais do século (SCHAFER, 1933, p. 452).

Na década de 1940 surgem as primeiras críticas às formulações de Frederick Turner. Nesse contexto, George Pierson questiona sobre os impactos da tese da fronteira nas instituições norte-americanas. Problematiza se a teoria de Turner pode ser útil para as demandas da época e pode contribuir para os estudantes dos dias atuais

(1942, p. 225-226). Aponta Pierson, como principal força argumentativa de Turner, o fato de conceber a fronteira como capaz de “americanizar” elementos externos e discursos. Assim, efetiva a oposição entre costas leste e oeste na formação dos Estados Unidos (1942, p. 227). A crítica central de Pierson para as interpretações de Turner reside no fato do autor basear a concepção de fronteira em elementos naturais, ligados ao ambiente. De acordo com essa crítica, o pensamento turneriano utiliza hipóteses ligadas ao determinismo ambiental e desenvolve, de maneira acrítica, aspectos da fronteira ligados à elementos sociais, culturais, morais e políticos (1942, p. 229). Conclui sua crítica ao apontar que o aparente otimismo produto do exaltação do localismo, do sentimento anti-Europeu, contribuiriam para legitimar as ideias de Turner perante a constituição das nações ocidentais (PIERSON, 1942, p. 232).

No entanto, apesar das críticas apontadas, os seguidores de Turner continuam a aplicar suas teorias para a fronteira e a interpretação da formação dos Estados Unidos pela influência do Oeste. Assim, segundo Pierson, o uso da teoria, principalmente em seus aspectos de condicionantes espaciais e históricos, contribuem para visões estereotipadas da fronteira, da valorização de aspectos simplistas e de conclusões precipitadas (1942, p. 250).

A capacidade da tese de Turner persistir, apesar das críticas, se dá por conta de atuar como legitimação para a política externa norte-americana no contexto da Guerra Fria. Para William Williams um dos temas centrais da historiografia norte-americana é a constituição de um Império Mundial. Muitos historiadores, aponta, admitiram que o país atua como força imperial, sendo, portanto, tal situação consequência de seu desenvolvimento histórico (1955, p. 379). Com isso, Williams destaca que a principal ideia que circunda a teoria de Turner é a especificidade da democracia norte-americana como consequência da fronteira. A outra ideia é a ideia de que esse conceito de democracia é passível de expansão a outras regiões do planeta (1995, p. 380). Para Williams, a tese de Turner centra-se no fato da expansão, individualismo e democracia serem vistos como uma espécie de “catecismo” de um

país que se concebe como único e onipotente. A fronteira criou, segundo o autor, uma metáfora de “fonte da juventude”, na qual os valores tradicionais do país são constantemente renovações (1995, p. 380). Assim, finaliza que a tese de Turner pode ser sintetizada como a ilustração da mutação da ideia em ideologia (1995, p. 386). Conclui sua relação entre fronteira e política exterior norte-americana, ao afirmar que Franklin Delano Roosevelt, 32º presidente dos Estados Unidos, sempre foi seguidos das ideias de Turner na política externa. Com isso, salvo raros momentos durante das duas guerras, a política internacional pautou-se no esforço de expansão da fronteira norte-americana para o resto do mundo (WILLIAMS, 1995, p. 390).

Nesse momento é possível conectar a retomada da teoria de Frederick Turner e o contato de Sérgio Buarque com a teoria da fronteira na década de 1960. No contexto da Guerra Fria, a tese turneriana acaba por respaldar a Doutrina Truman, na qual a ideia de segurança e bem-estar dos Estados Unidos dependem do sucesso da missão de defesa da democracia e expansão de sua fronteira. Tal elemento é reforçado no discurso de posse de Truman, intitulado “*The American Frontier*” (WILLIAMS, 1995, p. 392).

Sertões de São Paulo como espaço fluido

No caso da América portuguesa, o espaço do sertão constitui-se como algo construído, pois é compreendido através da medição do território com os mitos europeus e ameríndios. Os mitos, com seus monstros desconhecidos e promessas de riquezas infinitas, impulsionaram o europeu a devassar o sertão e, conseqüentemente, tornar esse território mais conhecido.

A compreensão da rede de caminhos e o mapeamento do sertão através da cartografia moderna, altera esse espaço mítico. Ocorre, com a fixação de população, instalação de câmaras municipais e a efetivação da presença do Estado europeu em terras americanas, o *desencantamento* do sertão. Esse processo, que corresponde à

expansão da fronteira da colonização em meio ao território americano, não se dá de maneira uniforme e progressiva. A consolidação da colonização europeia e seu avanço frente ao sertão constitui um território fluido e híbrido, pois representa uma transição entre o projeto “civilizador” europeu e a “barbárie” do Novo Mundo. Esse território fluido, denominado sertão, deve ser concebido, principalmente, por suas relações na sua espacialidade.

Contudo, antes de iniciarmos a discussão sobre os sertões da América portuguesa é necessário que tratemos, mesmo que brevemente, do espaço geográfico enquanto construção social. Milton Santos, em *A construção do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*, apresenta a ideia de que o espaço não é um dado natural, mas socialmente construído. Afirma que paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima (SANTOS, 2002, p. 103).

Assim, para Milton Santos, o espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Enquanto que cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objeto, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos (2002, p. 103). Dessa forma, o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivessem uma vida própria, podendo assim explicar-se por si mesmos. Sem dúvida, as formas são importantes. Essa materialidade sobrevive aos modos de produção que lhe deram origem ou aos momentos desses modos de produção (SANTOS, 2002, p. 103).

Fania Fridman, na Apresentação de *Cidades do Novo Mundo. Ensaios de urbanização e história* atenta que o território origina-se do conjunto das configurações, *presentificando os passados*, e as formas, por sua vez, registram antigas relações sociais e hábitos de grupos sociais enraizados em territórios (FRIDMAN, 2013, p. 12).

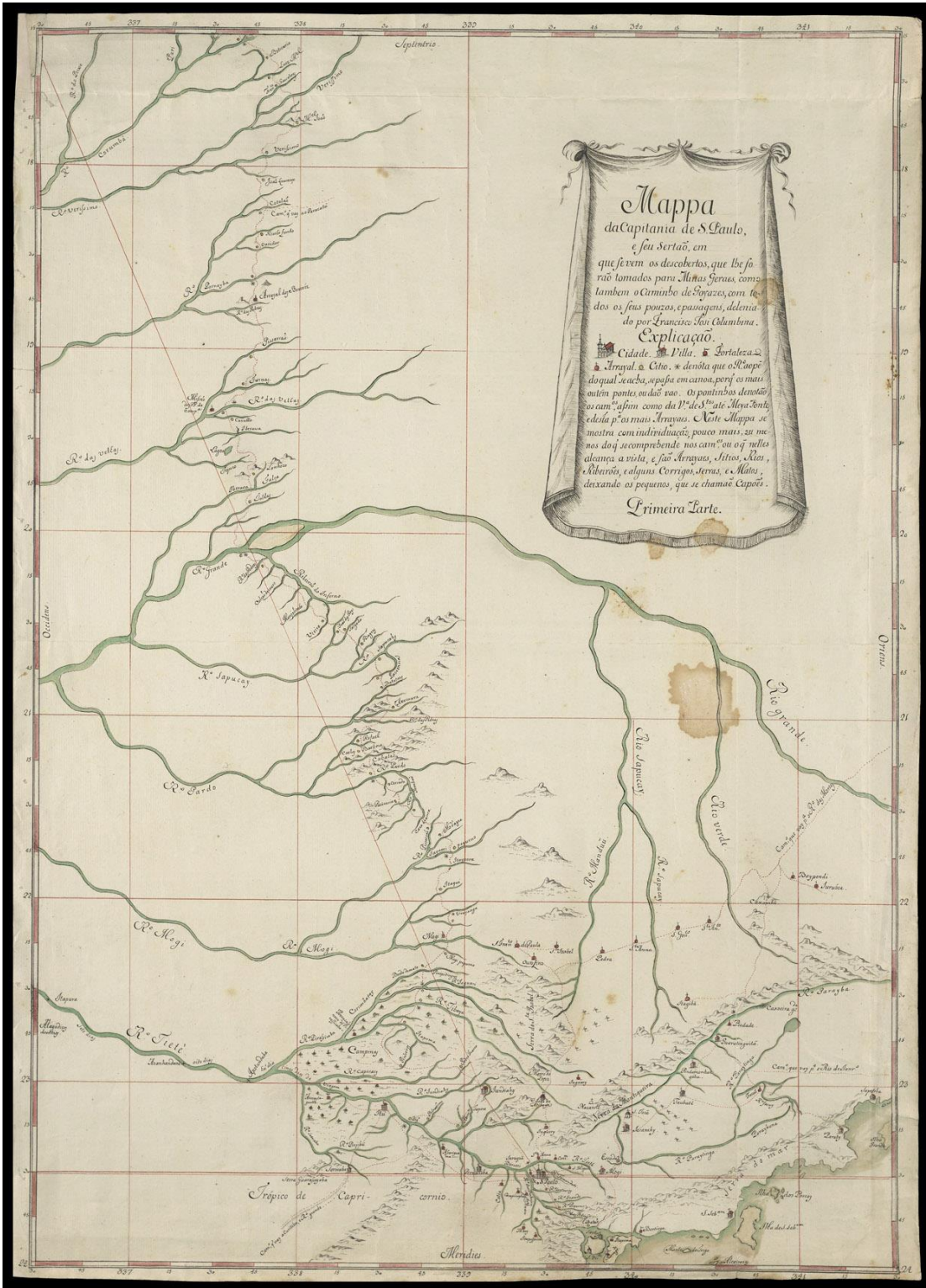
Thomas Calvo, no capítulo *Cidades e povoados de índios (séculos XVI-XVII)* da

obra organizada por Fania Fridman, aborda os modelos de urbanização hispânicos para as Américas. As regras e os modelos impostos pelos dominadores vão ser determinantes com o passar do tempo, mas de forma variada, conforme os preceitos, os espaços, os tempos (CALVO, 2013, p. 22). O modelo de urbanização espanhol não vai se aplicar por completo pelo fato da América não ser um espaço vazio, desabitado. Para Calvo, existe um claro contraste entre o traçado espanhol, em boa parte realizado a ‘compasso’, e a falta de ordenamento dos bairros indígenas circundante. Se isso acontecer na capital, não se deve esperar algo melhor nas regiões afastadas, como revela o mapa de San Luís de Potosí de 1594, a mina real do norte da Nova Espanha. Este simples esboço opõe o assentamento hispânico, rearticular, ao casario dos indígenas ao redor (CALVO, 2013, p. 27). Assim, a integração em um espaço remodelado e mudado sob normas hispânicas não era o essencial. Constituir-se numa verdadeira república de índios impunha outras exigências. O que leva ao seguinte posicionamento baseado em como combinar as heranças locais com as exigências procedentes dos conquistadores (CALVO, 2013, p. 28).

Uma possível resposta à questão de Thomas Calvo, seria a compreensão do processo de conquista e apreensão da espacialidade americana. Não podemos conceber os sertões americanos como território vazio, sem população e sem uma cultura política e relações espaciais já estabelecidas pelos indígenas.

A esse respeito, John Short em *Geographic encounters: indigenous people and the exploration of the New World*, destaca que, na imagem consolidada pela historiografia sobre espacialidades, baseia-se na imagem de um espaço vazio que aguarda ser preenchido por um projeto colonial ou empresarial. Mesmo quando algumas narrativas contemplem descrições de populações indígenas, o território continua a ser caracterizado como uma página em branco à espera da expansão colonial (SHORT, 2009, p. 18). Defende, portanto, que os conhecimentos indígenas sobre a natureza e suas concepções de espacialidades foram fundamentais no processo de conquista e colonização do Novo Mundo. A partir da fusão de culturas indígenas e europeias,

criou-se um pensamento próprio, com características americanas. Para Short, a partir das visões dos sertões como espaço vazio, existe a necessidade de ocupar esses territórios pré-coloniais com populações nativas. Porque somente assim os aspectos da construção da espacialidade, levando em conta todos os aspectos sociais, poderão ser compreendidos (2009, p. 18).



Mapa 1 – Mapa da capitania de São Paulo e seu sertão

Para compreendermos a dinâmica espacial referente aos sertões e caracterizá-los como espaço fluido, propomos um exercício de espacialização dos caminhos na capitania de São Vicente. Para isso, iremos nos valer de uma representação cartográfica, o *Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe foram tomados por Minas Gerais, como também o caminho de Goyazes, com todos seus pouços e passagens*, de Francisco Tosi Colombina.

Esse, datado formalmente como sendo de meados do século XVIII, encontra-se na Coleção Morgado de Mateus da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Apesar dessa datação no catálogo da biblioteca, podemos afirmar que o mapa foi impresso entre 1765 e 1775, período que compreende o governo do Morgado de Mateus, que produziu cartografias visando a ocupação da capitania de São Paulo e seu desenvolvimento econômico³⁰.



Mapa 1A – Detalhe do Mapa da capitania de São Paulo e seu sertão

³⁰ Sobre o tema, consultar Heloisa L. Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial. O governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Alameda, 2007.

Ao observamos o *Mappa da capitania de S. Paulo*, notamos que tem como objetivo espacializar os caminhos para as Minas Gerais e Goiás, sendo os caminhos em São Paulo uma pequena parte de sua representação. No detalhe do mapa, observamos que as localidades urbanas estão representadas na *Explicação* como *cidade, villa, fortaleza, arrayal e citio*. Também é assinalado, com um asterisco, os locais onde se atravessa o rio com canoas. As linhas pontilhadas que ligam as estruturas urbanas são os caminhos, os quais iremos nos ater nessa análise.

Também observamos que o caminho a oeste de São Paulo, passando pelas vilas de *Pernahyba* e *Itu*, termina no porto de *Araraytaguaba*. Nesse ponto, o caminho terrestre é substituído pela rota fluvial, seguindo a rede de rios da Bacia do Prata até Assunção ou mesmo Buenos Aires.

Os viajantes do século XVII preferiam o trajeto fluvial, seja pela facilidade em transportar as cargas, como pela facilidade marcar o caminho. Capistrano de Abreu, em *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, de 1883, apresenta aspectos comuns aos diversos roteiros de entradas ao sertão. Afirma que, “para traçar este roteiro theorico, é preciso attender ao seguinte: As montanhas foram sempre a balisa, o pharol que tiveram á vista aquelles homens emprehendedores. Os rios foram os caminhos que seguiram de preferênciã” (1883, p. 78). O destaque dado às montanhas é justificado devido “a sua fixidez invariavel, a sua visibilidade á grande distancia [que] são factos patentes. Além disso uma montanha domina grande parte do paiz, e della póde fazer-se um reconhecimento previo do espaço a percorrer, uma recapitulação rapida de espaço percorrido” (CAPISTRANO DE ABREU, 1883, p. 78).

Em relação à preferência pelos caminhos fluviais, Capistrano argumenta que, “quanto aos rios, as vantagens são talvez maiores” (1883, p. 78) que em relação às rotas terrestres. Isso porque

margeando um rio não ha meio de uma pessoa se perder. O rio garante a alimentação, directamente pelo peixe que contém, indirectamente pela caça que vem beber no seu leito. Em paiz habitado por inimigos, é um fosso, que de um lado difficulta muito os ataques. Emfim, si subir contra

a corrente não é fácil e exige grande esforço muscular, é certo que na direção da corrente a viagem é facilima e quasi dispensa esforço (CAPISTRANO DE ABREU, 1883, p. 78).

Não somente destaca as vantagens dos rios para a penetração no interior, mas garante a alguns cursos d'água papel fundamental para rotas nos sertões. Aponta que “todos os rios do Brasil representaram papel mais ou menos considerável no devassamento do interior; ha, porém, alguns que excedem a todos: o Tieté, o Parahyba, o S. Francisco e o Amazonas” (CAPISTRANO DE ABREU, 1883, p. 79).

De acordo com Capistrano, “o Tieté possuía condições naturaes que o destinavam a este papel” (1883, p. 79). Uma razão

era a sua proximidade do mar, que foi motivo para os Portuguezes virem logo estabelecer-se em suas margens, e tomal-o por ponto de partida. Outra era a direção de sua corrente, pois os colonisadores não tinham de subil-o, mas de descel-o, o que era muito mais facil. Outra era o systema de suas vertentes, que punha em contacto com o Parahyba, o Mogy guassú, o Paranapanema, e, depois de confluir com o Paraná, punha-o ainda em contacto com os affluentes do Paraguay (CAPISTRANO DE ABREU, 1883, p. 79-80).

Essa rede fluvial é bem nítida quando observamos os rios que conectam a costa brasileira com o Paraguai e Rio da Prata. A utilização dessa rede foi constante desde inícios da ocupação do planalto de São Paulo. Capistrano destaca que “os paulistas começaram a descer o Tietê desde os primeiros tempos, provavelmente antes do meado o século XVI. Uns foram subindo pelos seus afluentes, Juquiry, Jundiahy, Piracicaba, Sorocaba. Outros foram até o Paraná” (CAPISTRANO DE ABREU, 1883, p. 80).

Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e fronteiras*, apresenta a rede de caminhos como de fundamental importância para a mobilidade no planalto. Afirma que “alguns mapas e textos do século XVII apresentam-nos a vila de São Paulo como

centro de um amplo sistema de estradas expandindo-se rumo ao sertão e à costa” (1975, p. 15). Esses caminhos não foram criação exclusiva dos colonizadores. Como pontua Sérgio Buarque, “neste caso, como em quase tudo, os adventícios deveram habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos moradores da terra” (1975, p. 15).

Mello Nóbrega, por sua vez, aponta que, até o primeiro quartel do século XVIII, “a atividade dos pioneiros mamelucos exercitou-se preferencialmente por terra; daí por diante, é que os rios tiveram a preferência das expedições. Desde muito antes, porém, quase todas as incursões acompanharam os caudais do sistema potamográfico paulista” (1981, p. 55). Tal evidência pode ser visualizada no detalhe do mapa, no qual o caminho terrestre segue o curso do rio Tietê no seu trecho não navegável.

O conhecimento do espaço americano pelos indígenas e a técnica desses é explicitada por Sérgio Buarque ao relatar que “a influência indígena, que também nesse particular foi decisiva, deve-se, por exemplo, o emprego entre os sertanistas, da canoa de casca, especialmente indicada pelos rios encachoeirados” (HOLANDA, 1975, p. 19), como era o caso da navegação no rio Tietê.

Jaime Cortesão, em *A fundação de São Paulo – capital geográfica do Brasil*, reforça a importância dos saberes indígenas na apropriação do espaço do sertão pelos europeus. Destaca que, “de que os índios brasileiros possuíam, nos séculos XVI e XVII, as notáveis qualidades de orientação, comuns aos primitivos, não escasseiam provas” (1955, p. 52). Citando Cardim, Cortesão fundamenta sua ideia, pois “têm os tupinambá grande conhecimento da terra, por onde andam pondo o rosto no sol, por que se governam com o que atinam grandes caminhos pelo deserto, que nunca andaram” (1955, p. 52). Cortesão ressalta a importância dos indígenas, visto que,

quando os primeiros portugueses se estabeleceram nas costas do Brasil, não tardaram, por certo, a dar-se conta da cultura geográfica dos seus primitivos habitantes, tão notória ela devia ser. Sabemos hoje que os aborígenes haviam traçado as suas trilhas – *apés* – ao longo de vastas áreas;

e se aproveitavam igualmente dos sistemas fluviais, como duma rede de caminhos (1955, p. 56).

Dessa forma, os caminhos trilhados pelos conquistadores, portugueses e castelhanos na América, seguiram a ideia de apropriação do espaço, através da combinação de conhecimentos prévios trazidos da Europa, com as habilidades dos grupos indígenas.

A constante mobilidade dos conquistadores, seja em busca de riquezas através dos mitos ou por conquista de novos territórios, gerou uma circulação de pessoas que transpassou as fronteiras políticas dos Impérios português e castelhano. Esse panorama contesta a visão tradicional da historiografia de sertões desocupados e denota uma situação dinâmica, composta por vários fatores e que propicia a circulação de pessoas, produtos e construção contínua de uma região cuja definição mais apropriada é associada à fluidez.

Considerações Finais

Com esse panorama notamos quais usos a fronteira passa a ter quando adquire conotações de ideologia política. Propomos, contudo, tratar dos sertões e, conseqüentemente, da fronteira de um modo diverso. Como esboçamos anteriormente, não podemos conceber, ao contrário da historiografia tradicional, os sertões como espaço vazio e desabitado. Concebemos, a partir dessas reflexões, esses como um espaço fluído, não muito bem delimitado e cuja espacialidade não corresponde a padrões conhecidos pelos europeus.

Para melhor definirmos esse espaço fluído, torna-se necessário que reflitamos também acerca de sua representação, isto é, torna-se necessário estabelecer o debate sobre a cartografia dessas regiões, as narrativas que descrevem seus caminhos e trilhas e as representações mentais que contribuem para a construção de um imaginário social. Observamos, pois, que as espacialidades na América portuguesa, notadamente

na região da capitania de São Vicente, adquirem características dinâmicas. As relações sociais desses sertões, que assumem características específicas em comparação aos sertões do norte, devem ser concebidos como territórios de fronteira, ao mesmo tempo que são territórios fluidos, isto é, áreas em constante construção.

Referências

Fontes documentais

TOSI COLOMBINA, Francisco. *Mappa da capitania de S. Palo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe foram tomados por Minas Gerais, como também o caminho de Goyazes, com todos os seus pouços e passagens*. [entre 1761 e 1775], 1 mapa ms: colorido, desenhado a nanquin; 65x45,2 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Disponível em http://objetodigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415.htm, acesso em 05/12/2016.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

BLUTEAU, Rapahel. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes, 1712, v. 7.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.

_____. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, vol. 1, 1966.

_____. *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CALVO, Thomas. “Cidades e povoados de índios (séculos XVI-XVII)”. In: Fania Fridman (org.). *Cidades do Novo Mundo. Ensaios de urbanização e história*. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2013.

CAPISTRANO DE ABREU, João. *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger e Filhos, 1883.

CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo: capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

_____. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

ELLIS JR. Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recúo do meridiano. Pesquisas nos documentos quincentistas e seiscentistas publicados pelos governos estadual e municipal*. São Paulo: Nacional, 1934.

FARAGHER, John Mack. “The frontier trail: rethinking Turner and reimagining the American West”. *The American Historical Review*. Vol. 98, n. 1, (fev. 1993).

FRIDMAN, Fania. “Apresentação”. In: Fania Fridman (org.). *Cidades do Novo Mundo. Ensaios de urbanização e história*. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2013.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GARFIELD, Seth. “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na Era Vargas”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 20, n. 39, 2000.

GILLIS, John R. Gillis. *Islands of the mind. How the human imagination created the Atlantic world*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

KOK, Glória. *O sertão itinerante, expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 2004.

LEITE, Cassiano Ricardo. *Marcha para oeste. A influência da 'bandeira' na formação social e política do Brasil*. São Paulo: J. Olympio, 1940.

MELLO NÓBREGA. *História do rio Tietê*. São Paulo; Belo Horizonte: Edusp, Itatiaia, 1981.

METCALF, Alida C. "Vila, reino e sertão no São Paulo colonial" In: Francisca L. Nogueira de Azevedo e John Manuel Monteiro (orgs.). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural; São Paulo: Edusp, 1996.

PEREIRA DE SOUSA, Washington Luís. *Na capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, 2004.

PIERSON, George. "The Frontier and American Institutions a Criticism of the Turner Theory". *The New England Quarterly*. Vol. 15, n. 2 (jun., 1942).

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

_____. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Brasiliense,

1983.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: O Pensamento, 1914.

SANTOS, Milton. *A construção do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHAEFER, Joseph. "Turner's frontier philosophy". *The Wisconsin Magazine of History*. Vol. 16, n. 4 (jun. 1933).

SHORT, John. *Geographic encounters: indigenous people and the exploration of the New World*. Londres: Reaktion, 2009.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Fronteiras no Brasil colonial". *Revista Oceanos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, n. 40.

TAUNAY, Afonso. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. I. Canton, 1928, v. 4.

_____. *São Paulo nos primeiros anos e São Paulo no século XVI*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TURNER, Frederick Jackson. "The significance of the frontier in American history". *Rereading Frederick Turner*. New Heaven; Londres: Yale University Press, 1999.

VIANA MOOG, Clodomir. *Bandeirantes e pioneiros. Paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2011, [1ª edição, 1954].

WEGNER, Robert. *A conquista do oeste. O papel da fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

WILLIAMS, William. "The Frontier Thesis and American Foreign Policy". *Pacific Historical Review*, vol. 24, n. 4 (nov., 1955).

PARA A CIDADE, UM GABINETE DE LEITURA

Paulo Henrique Oliveira³¹

Artigo recebido em: 11/09/2016

Artigo aceito em: 28/11/2016

Resumo:

O artigo tem por objetivo compreender o processo de surgimento do Gabinete de Leitura de Jundiaí e sua representação no espaço citadino em que foi construído. Fundado no ano de 1908, no município de Jundiaí, localizado na região oeste do Estado de São Paulo, a instituição foi criada por um grupo de trabalhadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Tinha por finalidade ser um espaço para a instrução, promovendo uma sociabilidade livresca, através de conferências e cerimônias literárias e uma escola de primeiras letras aos associados e frequentadores. O presente artigo analisa as atas de reuniões da instituição e outras fontes escritas e impressas, como relatórios estatísticos do Estado de São Paulo, para tecer a hipótese que o Gabinete de Leitura de Jundiaí configurou-se como um espaço destinado aos livros, aos leitores e à prática da leitura, sendo a primeira biblioteca pública da cidade de Jundiaí. O tempo e o espaço em que surgira a instituição são reveladores de um período de transformação urbana, gerando a representação de um ambiente de letramento para os frequentadores, onde novos arranjos sociais eram experienciados, na ordem da Primeira República.

Palavras-chave: Espacialidades; Gabinete de Leitura; Cultura; Jundiaí.

³¹ Mestre em História Social pela PUC/SP, professor de Educação Básica na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e no Colégio da Polícia Militar de São Paulo. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1949525092831495>

Abstract:

The article aims to understand the process of the emergence of the Jundiaí Reading Office and its representation in the city space where it was built. Founded in 1908, in the municipality of Jundiaí, located in the western region of the State of São Paulo, the institution was created by a group of employees of Companhia Paulista de Estradas de Ferro. It was intended to be a space for instruction, promoting a book sociability, through literary ceremonials and ceremonies and a school of first letters to associates and regulars. This article analyzes the minutes of meetings of the institution and other written and printed sources, such as statistical reports from the State of São Paulo, to make the hypothesis that the Jundiaí Reading Office has been configured as a space for books, To the practice of reading, being the first public library of the city of Jundiaí. The time and space in which the institution emerged are revealing of a period of urban transformation, generating the representation of an environment of literacy for the patrons, where new social arrangements were experienced, in the order of the First Republic.

Keywords: Spatiality; Reading Office; Culture; Jundiaí.

* * *

Introdução

Foi durante um dia de expediente, na repartição da contadoria da Companhia Paulista, de Estradas de Ferro, no ano de 1907, entre contas a pagar e a receber, análises de fluxo de caixa, leituras de escrituras e um ambiente repleto de números, cálculos e finanças, que o funcionário Benedito de Godoy Ferraz, aos 18 anos de idade, teve uma ideia.

Rapidamente ele a anotou em uma folha de papel. Seu propósito compreendia uma ação coletiva; para tanto, tratou logo de repassá-la a seus companheiros de

trabalho da contadoria na expectativa de que a aprovassem. O primeiro a receber a folha foi o vizinho de mesa de Benedito Ferraz, Conrado Augusto Offa, que “leu atentamente, sorriu e assinou”. Posteriormente foi a vez de Francisco de Andrade, outro colega de trabalho, leu e “assinou sem hesitar”, seguido ainda por Morivalde Lobo da Costa e outros companheiros como Carlos Hummel Guimarães, Carlos Mendes do Amaral, Arthur Basílio de Oliveira, João Xavier Dias da Costa, Cassalho Junior e Ignácio Ventania da Costa Wilke (TOMANIK, 2005, p. 168).

Passada a folha e com a ideia inicial aprovada, logo organizaram uma reunião para tratarem do assunto então proposto. A reunião ocorreu na casa de Conrado Offa, que, segundo Benedito Ferraz, “foi quem deu corpo e forma à ideia” (TOMANIK, 2005, p. 169) por ele pensada.

Muitos outros encontros se seguiram para que a ideia saísse do papel e ganhasse concretude. Todos os que inicialmente assinaram a folha participaram dos encontros em que conversavam sobre possibilidades da realização do projeto, levantavam questões, pensavam e repensavam a ideia. Depois de inúmeras confabulações, o número de adeptos aumentou significativamente, sendo necessário executar o projeto. O primeiro passo foi organizar a eleição de uma diretoria. Com este objetivo, foi convocada uma Assembleia Geral.

No ano de 1908, contando com sessenta e cinco pessoas, a Assembleia Geral reuniu-se, no dia 28 de Abril, às 19h00, na Rua do Rosário, número 153, bem no centro da cidade de Jundiá, no estado de São Paulo. Na ocasião, abriu-se um livro de atas para que fossem registradas as reuniões.

A primeira ata destaca a eleição para uma diretoria provisória, quando foram eleitos os senhores Conrado Augusto Offa (Presidente); Arthur Basílio de Oliveira (Vice – Presidente); Carlos Hummel Guimarães (1º Secretário); Benedito de Godoy Ferraz (2º Secretário); Manoel Martins de Azevedo (Orador); Ignácio Ventania da Costa Wilke (Tesoureiro) e João Xavier Dias da Costa (Bibliotecário). Compondo-se assim a diretoria, foram definidas as tarefas atribuídas a cada cargo da “sociedade”,

termo que aparece no registro da reunião³². Em seguida, foi eleita uma comissão, que teria a incumbência de elaborar os estatutos e regimentos internos para essa autodenominada sociedade.

Para integrar a comissão, foram escolhidos: Conrado Augusto Offa, Thomaz da Silveira, George L. S. e João Xavier Dias da Costa.

A folha inicialmente passada por Benedito Ferraz aos seus companheiros de trabalho trazia escrito, em seu alto, “Lista dos que apóiam o plano de fundação de um centro literário em Jundiáhy”. O gosto pela literatura era partilhado por praticamente todos os funcionários da contadoria. Versos e poesias eram escritos e lidos durante o expediente. Contudo, Benedito Ferraz, salienta que não possuía tanta vocação para as letras, pois, segundo ele, era mais uma derivação. Ao contrário de seus colegas e amigos, não lhe foi possível seguir os estudos acadêmicos em São Paulo. Possivelmente essa falta o motivou a criar um espaço destinado às letras na cidade de Jundiáí. Como foi proposto inicialmente, o projeto seria um centro literário; Dessa forma, poderiam “organizar uma biblioteca, ler, escrever, falar e aprender” (TOMANIK, 2005, p. 169).

Os demais funcionários partilhavam o mesmo propósito. Francisco de Andrade possuía um irmão poeta, falava sempre com veemência sobre ele aos demais companheiros da contadoria. Ele mesmo, sempre que podia, escrevia seus versos e os dava a Benedito Ferraz, para que fossem lidos. Morivalde da Costa, por sua vez, de acordo com Benedito Ferraz, era um dos homens mais cultos da contadoria, pois não somente era o autor de poemas admirados por todos os que liam, como também estimulava os próprios companheiros da contadoria para o exercício de se expressarem por meio das letras versadas. O ambiente letrado e humanístico, onde o gosto pelas letras estava presente, não se limitava às dependências da contadoria, mas também, segundo Benedito Ferraz, fazia parte do cotidiano dos jovens da cidade de

³² Livro de Registro das Atas de Assembleia Geral, 28.04.1908, p.1.

Jundiaí. Em suas palavras “os rapazes apreciavam a arte, o jogo da inteligência, escreviam contos, sonetos, faziam discursos e aprimoravam a arte fina do trocadilho e dos ditos humorísticos”³³.

O fato é que a ideia de criação de um centro literário foi se concretizando e, após várias Assembleias Gerais, foi instalado o Gabinete de Leitura de Jundiaí.

No dia 21 de Junho de 1908, em uma nova reunião, os estatutos dessa sociedade foram aprovados. A ata de reunião desse dia registrava, “O Gabinete de Leitura de Jundiahy, fundado em 28 de Abril de 1908, é uma associação de indivíduos sem diferença de sexo, nacionalidade, religião e sem limitação de tempo e número”³⁴.

Entre as finalidades da sociedade estavam: “1º manter uma bibliotheca para uso exclusivo dos associados; 2º crear escolas de instrução primária e secundária para os associados e seus filhos, e 3º promover conferencias essencialmente litterarias e também cerimoniais”³⁵. Os sócios seriam os fundadores da instituição e os futuros membros que desejassem se associar seria dividido em duas categorias: sócios contribuintes, “os que concordassem com a jóia e as mensalidades determinadas por estatuto” e os sócios benfeitores “os que prestarem relevantes serviços ou fizerem donativos à sociedade”³⁶. A jóia tinha o valor estabelecido em 5\$000 (cinco mil réis) e a mensalidade 2\$000 (dois mil réis)³⁷.

³³ Idem.

³⁴ Livro de Registro das Atas de Assembleia Geral, 21.06.1908, p. 2.

³⁵ Idem.

³⁶ Ibidem, p. 3.

³⁷ O salário mínimo pago para um funcionário de escritório da Companhia Paulista, segundo a historiadora Ana Lúcia Duarte Lanna, em consulta aos prontuários dos funcionários, era de 120\$000 réis. Portanto, para termos um parâmetro, a jóia cobrada pelo Gabinete de Leitura correspondia a 4% deste salário e as mensalidades 2%. Contudo, os prontuários indicam promoções com aumentos salariais durante a carreira do funcionário, desse modo, temos que considerar variações. Os salários dos funcionários das oficinas e armazéns variavam entre 70\$000 réis, portanto, 7% jóia e 3% mensalidades e 100\$000 réis, 5% jóia e 2% mensalidades.

Os estatutos ainda estabeleciam que os sócios contribuintes tivessem como obrigação “cumprir as disposições contidas no regulamento”³⁸ o que não era pouco, pois os estatutos estavam organizados em 13 capítulos, contendo 41 artigos com a discriminação dos direitos e dos deveres de todos os membros da sociedade, porém em maior proporção para a categoria de sócio contribuinte.

Entre os deveres de todos constavam: comparecer às reuniões de Assembleia Geral e tomar ciência de suas deliberações; aceitarem cargos e/ou comissões para os quais fossem eleitos ou nomeados; cooperar com a sociedade e oficializar, junto ao presidente sua saída, caso não desejasse mais ser sócio contribuinte. Sobre os direitos, poderiam propor e discutir, em Assembleia Geral, decisões da diretoria ou questões de interesse à sociedade; votarem e ser votados para a eleição de cargos e recorrer ao presidente da Assembleia Geral, contra ações prejudiciais do presidente do Gabinete de Leitura, conjuntamente com um número mínimo de 10 sócios³⁹.

Os sócios benfeitores não poderiam votar ou serem votados para a eleição de cargos e sua nomeação, na condição de benfeitor, deveria ser posta em pauta em Assembleia Geral ou de Diretoria, por meio de um relatório detalhado da ação benfeitora, realizada pelo candidato.

Anualmente também seria eleita uma diretoria incumbida de gerir as questões financeiras e administrativas da sociedade. Entre as atribuições desse conselho estavam representar a sociedade; fazer cumprir os estatutos aprovados em assembleia; nomear bibliotecários; contratar professores e demais empregados que se fizessem necessários à sociedade, devendo a diretoria acompanhar suas atribuições e desempenho, demitindo-os em caso de falta grave; zelar pela organização interna; convocar assembleias extraordinárias sempre que necessário e dela receber as propostas discutidas e aprovadas; comprar livros indicados por uma comissão

³⁸ Livro de Registro das Atas de Assembleia Geral, 21.06.1908, p. 2.

³⁹ *Ibidem*, p. 4.

formada em assembleia e entregar, ao final do ano e de sua administração, um relatório minucioso com um balanço da instituição⁴⁰.

Apenas o cargo de bibliotecário seria ocupado através de uma nomeação realizada por um conselho fiscal, composto por três pessoas pertencentes à diretoria. Entre as suas atribuições estavam o registro da entrada e retirada de livros; a apresentação de um relatório, ao final de cada ano, à diretoria, sobre as condições da biblioteca; o registro das obras mais procuradas pelos leitores e posterior relatório, à diretoria, sobre essa demanda; e o registro de todas as compras de livros.

Os livros poderiam ser emprestados aos sócios, que, por sua vez, deveriam devolvê-los no prazo máximo de 10 dias. Em caso de não devolução ou perda, o sócio deveria ressarcir a importância financeira do livro em questão à biblioteca⁴¹.

Segundo os estatutos da sociedade, a receita auferida com a verba das mensalidades e possíveis donativos seria destinada ao pagamento das contas que “deveriam ser pagas mensalmente e, havendo saldo, 20% seriam destinados a um fundo reserva e o restante utilizado para a compra de livros”⁴². A eleição para nova diretoria ocorreria sempre em Assembleia Geral, com oito dias de antecedência para o término de administração da diretoria vigente, não excedendo o primeiro domingo do mês de janeiro de cada ano. Para realizar a assembleia era necessária a presença da metade dos sócios contribuintes.

Os sócios poderiam ser penalizados pela diretoria da sociedade, nos seguintes casos: por não pagamento das mensalidades; por não obediência ao estatuto vigente; por desacato a qualquer membro (diretoria, sócios, empregados ou visitantes) nas dependências do Gabinete de Leitura; por desvio de qualquer verba destinada à sociedade; por retirada de livros sem devolução no prazo estabelecido e por deterioração do patrimônio físico⁴³. Dentre as penalidades, encontra-se descrita

⁴⁰ Livro de Registro das Atas de Assembleia Geral, 21.06.1908, p. 4.

⁴¹ *Ibidem*, p. 6.

⁴² *Idem*.

⁴³ Livro de Registro das Atas de Assembleia Geral, 21.06.1908, p. 6.

somente à expulsão pelo não pagamento da mensalidade durante três meses consecutivos, mas que poderia ser revogada, caso fosse comunicado por escrito à diretoria o motivo do não pagamento.

Descritas todas as normas e o estatuto então aprovado em Assembleia Geral, as atividades do Gabinete de Leitura de Jundiá se iniciaram, mantendo-se a diretoria provisória eleita na primeira reunião. A eleição para uma nova diretoria ocorreu somente em Janeiro de 1909. O número inicial de sócios contribuintes do Gabinete de Leitura era de setenta e sete, doze a mais, em relação aos que assinaram a primeira ata de reunião.

Um mês após a abertura, em junho de 1908, era lançado, na imprensa local, pela própria instituição, um jornal noticioso dos objetivos e das atividades, intitulado “*O Gabinete*”, anunciando o que tencionavam:

Surge na arena da publicidade O Gabinete, jornal literário e noticioso, consagrado aos interesses da esperançosa associação que lhe empresta o nome. Consiste o seu programa em pregar pelo desenvolvimento do Gabinete de Leitura, instituição que felizmente, para o bom renome desta terra, tem merecido applausos das pessoas cultas. Vem elle proporcionar aos habitantes de Jundiah, na sua quase totalidade, composta de operários, não só os livros com que possam augmentar a somma de conhecimentos que possuem como também um centro de agradável e proveitosa diversão.

A verdade contida no velho adágio – nunca é tarde para se aprender, é incontestável. Em Samuel Smiles (escritor britânico) vemos entre muitas notabilidades que iniciaram seus estudos em idade avançada, Franklin o notável physico e Boccaccio, o apreciado literato.

Mesmo entre nós, dentre outros, dois exemplos belíssimos: um professor publico, contando mais de trinta e cinco anos de idade, inicia agora seus estudos na Faculdade de Direito em São Paulo e outro vae fazer exame perante um estabelecimento de ensino superior afim de diplomar-se.

Se outros não fazem o mesmo é por que o seu pequeno ordenado não o permite. O gabinete a esses ávidos de saber proporcionará os competentes livros, lacuna essa lamentada e que elle vem preencher. Um bravo aos propugnadores de tão elevado ideal e farta messe de felicidade ao seu orgam de propaganda – “O Gabinete”. S.N.⁴⁴

⁴⁴ Jornal, O Gabinete: Orgam do Gabinete de Leitura Jundiahense. Anno I, N° 1. p.1.

O impresso de cunho “literário e noticioso” não teve longa duração⁴⁵. De efêmera atuação, a divulgação das atividades realizadas internamente fazia-se pela frequência ao local, através de comunicados apregoados nas paredes do salão social ou por meio de circulares, limitando a comunicação extramuros.

Com o passar dos dias, os membros da instituição recém-criada buscaram praticar as ações propostas em reuniões e no estatuto, angariar um maior número de sócios contribuintes; ampliar o acervo de livros e tornar o Gabinete de Leitura um espaço de cultura e de sociabilidade livresca.

Espaço de Letras

A espacialidade e a temporalidade que conformam o aparecimento do Gabinete de Leitura de Jundiá são dois elementos que contribuem na busca pela compreensão sobre o que representava esse espaço de cultura letrada na cidade, ou qual o motivo e a finalidade de criá-lo? Ao se questionar sobre os possíveis sentidos de sua existência, nota-se que a conjuntura espaçotemporal, pode revelar alguns indícios.

Olhar para os traços históricos de Jundiá, na virada para o século XX, possibilita adentrar em sua dinâmica sociocultural, observar a ocorrência das transformações urbanas, o crescimento e o deslocamento populacional, a inserção de novas tecnologias e a injeção de novos recursos que alteravam a fisionomia e o modo de vida na cidade. Através de um processo heurístico, pode-se perceber o que poderia simbolizar um Gabinete de Leitura para a região, e assim, delinear sua especificidade.

⁴⁵ Em consulta ao acervo de documentos do Gabinete de Leitura de Jundiá se localiza apenas a primeira edição do jornal *O Gabinete*. Em pesquisas anteriormente realizadas pela atual diretoria foi localizada uma edição do ano de 1970, dentro da mesma linha editorial, “literária e noticiosa”. Percorreram-se ainda outros caminhos, no Centro de Memória de Jundiá e na Biblioteca Municipal, na tentativa de localizar edições das décadas de 1910 e 1920, entretanto sem êxito.

Procurou-se traçar um olhar externo sobre o Gabinete de Leitura. Entretanto, na ausência de fontes diretas, daqueles que de algum modo, pudessem ter vivido e registrado suas impressões, até mesmo na imprensa local, optou-se por um olhar fragmentado quase que míope, numa alusão a Machado de Assis, em crônica intitulada, *A Semana*, publicada na gazeta de notícias do Rio de Janeiro, no início da primeira década de 1900, onde o mesmo escrevia “(...) a vantagem dos míopes é enxergar onde as grandes vistas não pegam”. Portanto, um olhar pormenor, a partir da bibliografia sobre a cidade de Jundiáí, indiretamente, forneceu pistas sobre o que poderia representar a criação de um espaço de letramento, numa região que crescia, diversificava-se e mudava.

Segundo Angel Rama:

Toda cidade pode parecer-nos um discurso que articula variados signos-bifrontes de acordo com leis que evocam as gramaticais. As cidades desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais, e, graças a essa leitura, reconstruir a ordem. Há um labirinto das ruas que só a aventura pessoal pode penetrar e um labirinto dos signos que só a inteligência racionante pode decifrar, encontrando sua ordem. (RAMA, 1985, p. 53.)

Desde a chegada da ferrovia à cidade de Jundiáí (1867), um processo de intensas modificações do espaço urbano se iniciou. Pode-se até mesmo dizer que a urbanização na região, signo de uma modernidade, começou a partir de então (IZAÍAS, 2012, p. 208). O “lugar de passagem” foi aos poucos se transformando com a formação de um centro urbano e o constante crescimento populacional. Passou das lavouras de subsistência à cultura cafeeira, a partir do último quartel do século XIX, e teve seus traços e paisagens modificados.

Diversas mudanças ocorreram, especificamente a partir do aumento da produção nas fazendas de café, existentes na região e próximas a ela. O incremento dessa produção decorria da alta demanda dos mercados europeus consumidores do

café brasileiro. A ferrovia, São Paulo Railway, de origem e capital totalmente inglês, era responsável por escoar essa produção, oriunda das fazendas do interior da Província de São Paulo, até o porto de Santos, garantindo sua lucratividade e participação no processo da economia nacional agroexportadora, através de seu ramal ferroviário (Santos/Jundiá)⁴⁶.

Estações e linhas férreas passavam a dar novos contornos à cidade, circundando a malha urbana central, que, aos poucos, expandia-se com a criação de novos bairros, acompanhando a chegada de novos agentes sociais, vindos com a ferrovia.

⁴⁶ Os ingleses eram lucrativamente beneficiados com as estradas de ferro no Brasil, desde o material para a construção das linhas férreas, a tecnologia empregada para a manutenção e funcionamento, a mão de obra técnica e especializada para o desenvolvimento do trabalho e os empréstimos realizados para a construção das ferrovias. O mercado inglês e seu capital geravam ônus aos cofres do governo brasileiro. São Paulo Railway era proprietária do principal trecho agroexportador de São Paulo (Jundiá/Santos) com 139 quilômetros (km) de extensão. Grande parte dos produtos comercializados, que vinham do interior da Província passavam por aquele trecho ferroviário, o que proporcionava elevados ganhos na cobrança de tributos à companhia, o escoamento de gêneros agrícolas, em específico o café, recaía num ponto estratégico sob a concessão dos ingleses. Para um aprofundamento sobre o tema consultar: BRAY, Silvio Carlos. **As Companhias Ferroviárias e Os Ferroviários no Processo de Estruturação Urbana e Socioeconômica de Bebedouro**. São Paulo, IMESB-VC, 2011; CALVO, Célia Rocha. **Trabalho e Ferrovia: A Experiência de Ser Ferroviário da Companhia Paulista (1890 -1925)**. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994; DEBES, Célio. **A Caminho do Oeste: História da Companhia Paulista de Estradas de Ferro**. São Paulo: Edição Comemorativa de Fundação da Cia Paulista, 1968; DIAS, Marcio Augusto Saliba. **Nos Trilhos do Silêncio: Por Dentro das Estradas de Ferro Paulistas (1920 – 1940)**. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

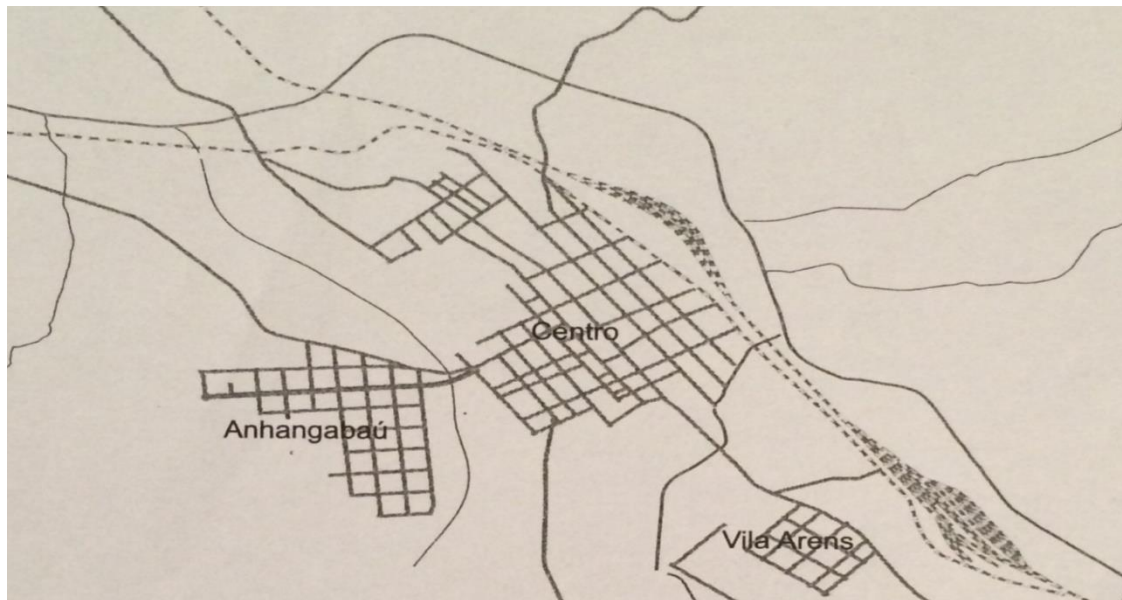


Figura 1 - Loteamentos e ruas abertas, em Jundiáí, até 1900. As linhas tracejadas, próximo ao centro, representam as estradas de ferro existentes na região. Os bairros, Anhangabaú e Vila Arens, surgiram após a instalação das ferrovias, no final do século XIX.

Salienta que algumas cidades surgiram precisamente com a chegada da ferrovia; outras, como no caso de Jundiáí, simplesmente “passaram a unir o que fora, até então, somente à cidade da praça e da igreja, a marca das estações ferroviárias” (LANNA, 2002, p. 3). O território jundiáense, de várzeas e terrenos planos e baixos, passou a se constituir como ponto de acesso aos produtos agrícolas, desempenhando a função de integração a outras regiões do oeste paulista. Paulatinamente, passava a se caracterizar, não somente pelo símbolo da praça ou da igreja, mas também, por suas novas possibilidades de investimento, economia, transportes e acessibilidade, irradiadoras de uma cidade e sociedade que se transformavam.



Figura 2 - Igreja Nossa Senhora do Desterro de Jundiá, localizada na praça da matriz, região central, símbolo de fundação da cidade, originalmente construída em 1651. (data da foto não localizada). Fonte: FERREIRA, 2014.

O ramal Jundiá/Campinas da Companhia Paulista, quando iniciou suas atividades (1872), acentuou ainda mais as transformações ocasionadas pela ferrovia na região, que passava a receber um elevado número de pessoas, fossem comerciantes, buscando produtos e praças à sua prática; fossem profissionais liberais dos mais diferentes ofícios; ou ainda, mão de obra especializada para os armazéns e estações da ferrovia, bem como um elevado número de imigrantes, em sua maioria, italianos, que chegavam à região, como mão de obra para as lavouras de café. Todas essas mudanças se sucederam, em decorrência do funcionamento e da manutenção necessária as estradas de ferro, principal aparato urbano da época na região.

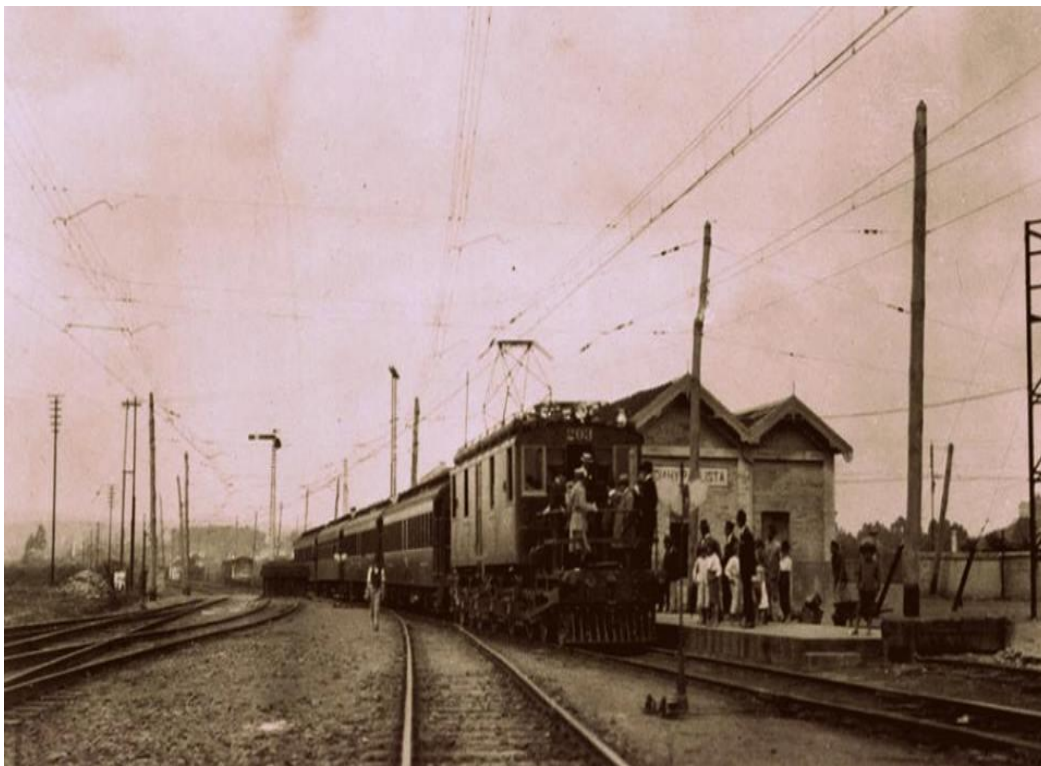


Figura 3 - Estação da Companhia Paulista em Jundiá em 1909. Fonte: FERREIRA M., 2014.

As mudanças não cessaram. A partir de 1890, ocorreram reformas de nivelamento, calçamento e regularização de ruas. Em 1893, houve a inauguração de linhas de bondes puxadas por animais, o alargamento do perímetro central, no largo da matriz e o surgimento de novos bairros, dentre eles: São Bento, Vila Torres Neves e Anhangabaú. A administração municipal passou a ceder loteamentos aos trabalhadores ligados às atividades da ferrovia e aos operários da fábrica Companhia de Fiação e Tecidos São Bento. Os terrenos que se localizavam no bairro Anhangabaú, foram loteados e divididos em ruas e avenidas para a construção de moradias e expansão da urbanização. Territórios, que até a pouco, eram áreas desabitadas, na parte alta ou baixa da cidade, foram ocupados com moradias.

Em 1905, ocorreram melhorias na infraestrutura, no saneamento e no sistema de abastecimento de água e instalação de luz elétrica nos diferentes bairros da cidade. Nessa ação, os políticos e industriais, Eloy Chaves, Edgard Egydio de Souza e Alberto

de Queiroz Telles, tiveram importante participação, junto ao governo estadual, conseguindo a criação da empresa, *Força e Luz de Jundiá*⁴⁷, para o fornecimento de eletricidade.

As ruas Cândido Rodrigues, Rosário, Torres Neves, Barão de Jundiá, Rangel Pestana e Senador Fonseca foram as primeiras a serem iluminadas com “postes de ferro tubulares, lâmpadas incandescentes, de poder iluminante de 32 velas, que funcionariam toda a noite, desde o anoitecer até o amanhecer, variando durante as estações do ano”⁴⁸.

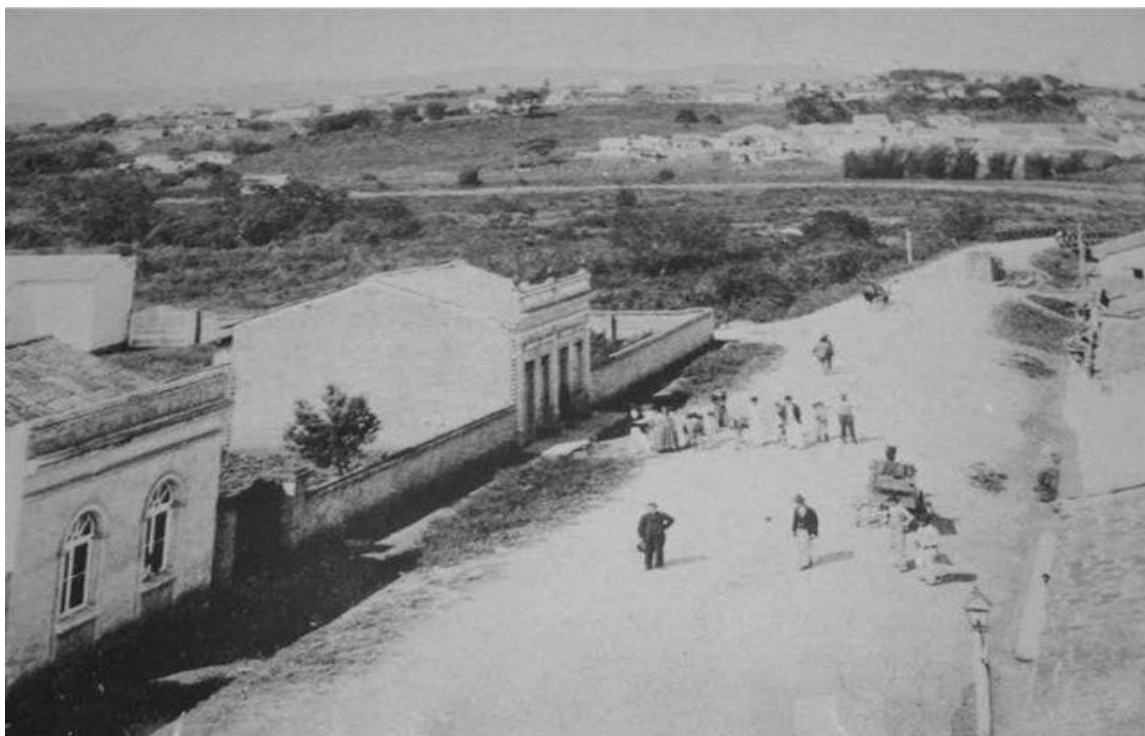


Figura 4 - Arruamento da Avenida São João, em 1897, localizada próxima ao centro da cidade. Fonte: FERREIRA, M., 2014.

⁴⁷ TOLETO, K.; MARTINI, S.; DONIZETTI, A. Museu da Energia – Núcleo de Jundiá. Disponível em: <http://www.energiaesaneamento.org.br/media/28713/toledo_karina_pardini_museu_da_energia_de_jundiai.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2015.

⁴⁸ Idem. p. 5.

Em 1899, inaugura-se ainda o hospital São Vicente de Paula, com instalações improvisadas e adaptadas para o seu funcionamento, sendo sua sede definitiva, construída em 1902. Contratos para a limpeza pública da cidade foram fechados pela municipalidade. O cemitério da cidade, construído na década de 1860, passou por reformas, atendendo as questões de saúde pública e higiene implantadas por reformas sanitaristas⁴⁹. Todas essas melhorias fizeram parte do cotidiano da cidade até meados de 1920, visavam adequações do espaço urbano, do comércio, dos transportes e da acessibilidade, aos moldes de uma cidade em processo de modernização.

Segundo a historiadora Lanna, em consulta ao *Almanach de Jundiáí* do ano de 1912, os moradores da cidade assistiam a essas transformações e viam “diversificaram-se as atividades profissionais, que passavam a contar com médicos, farmacêuticos, professores de piano, padeiros, professores e evidentemente empregados de estação ferroviária” (LANNA, 2002, p. 180). Um relatório apresentado a Câmara Municipal de Jundiáí, em outubro de 1892 descrevia, “levanta-se uma nova cidade, as construções multiplicam-se dia-a-dia e os terrenos que não tinham valor hoje custam preços fabulosos” (*Almanach de Jundiáí para 1912*, p. 41, apud. LANNA, 2002, p. 181).

⁴⁹ Em 1854 foi promulgada uma lei no Rio de Janeiro abolindo os enterros nas igrejas.



Figura 5 - Rua Barão de Jundiá, década de 1910. FERREIRA, M., 2014.

A imigração foi outra marca importante na transformação da cidade. Em 1887, chegaram os primeiros agrupamentos de imigrantes italianos, para morarem no Núcleo Colonial Barão de Jundiá⁵⁰. Setenta era o número aproximado de imigrantes que chegaram e, a partir desses, muitos outros vieram. Vários membros do Gabinete de Leitura tinham descendência italiana.

Segundo Elizabeth Filippini, as relações dos imigrantes com o trabalho, a terra e a família, herança de um modo campestre de vida, engendraram-se na constituição sociocultural de Jundiá (FILIPPINI, 1980, p. 182). Os italianos trouxeram seus

⁵⁰ Os núcleos coloniais eram estratégias adotadas desde o governo imperial para abrigarem os imigrantes que chegavam ao país, com o intuito de atender aos interesses dos grandes latifundiários e produtores de café, os núcleos foram criados para fixarem residências dos novos trabalhadores livres próximos às fazendas, facilitando o trabalho, custo e a cultura cafeeira. Desta forma, a mão de obra era garantida, dentro de um empreendimento, onde os mais beneficiados eram os grandes proprietários de terras, que em Jundiá, resume-se a figura de, Antonio de Queiroz Telles (1831-1888), proprietário de muitas fazendas e incentivador no plano financeiro, para a fundação de um núcleo colonial na região.

conhecimentos e interferiram no comércio e crescimento da região, muitos eram ligados ao ramo da construção, dando uma importante parcela de contribuição na arquitetura e urbanismo da cidade⁵¹. As lavouras foram o esteio dos trabalhadores imigrantes, porém, com o passar dos anos também atuaram em outras frentes como a cerâmica, plantação de videiras, comércio ambulante, nas companhias ferroviárias e na indústria têxtil. A região ocupada pelos italianos acabou por ser denominada de bairro Colônia, área com pequenas propriedades agrícolas, localizada a três quilômetros (km) do centro da cidade.

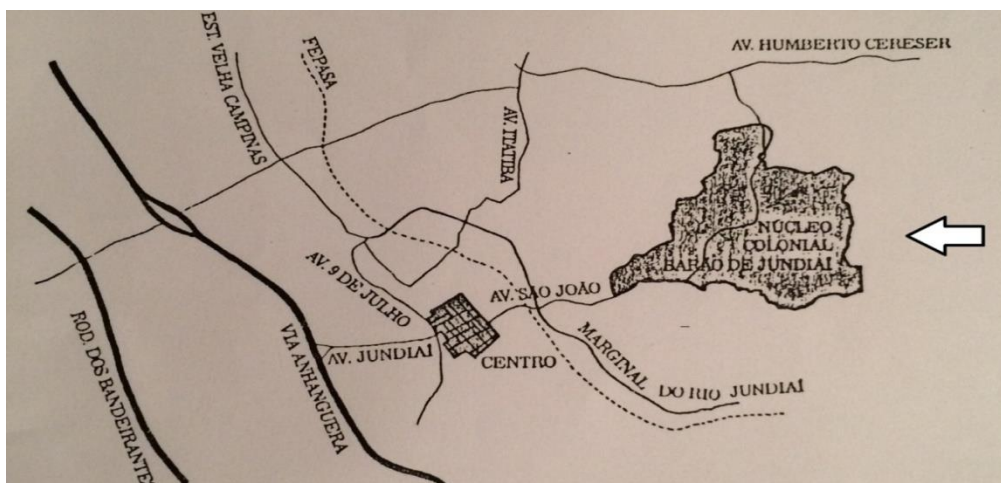


Figura 6 - Território ocupado pelo Núcleo Colonial em Jundiáí (data não localizada Fonte: FILIPPINI, Elizabeth. Terra, Família e Trabalho: O Núcleo Colonial Barão de Jundiáí, 1990, p. 89)

A partir da entrada de imigrantes italianos, o estabelecimento das estações e ramais das companhias ferroviárias, (1867/1872), início do processo de urbanização e o surgimento e a expansão de bairros, a população da cidade cresceu. No período de 48 anos (1872-1920), esse crescimento chegou a aproximadamente 82%. Ao se desmembrarem esses dados, observando-se cada decênio, de acordo com o gráfico

⁵¹ Para um aprofundamento sobre o registro e a incorporação à dos imigrantes italianos na arquitetura rural e urbana de Jundiáí, consultar: FILHO, Walter da Costa e Silva. Jundiáí na História. São Paulo, Ed. Porto de Ideias, 2008.

abaixo, pode-se verificar o crescimento numérico e gradativo, acompanhando às inúmeras transformações da época, a partir de 1872.

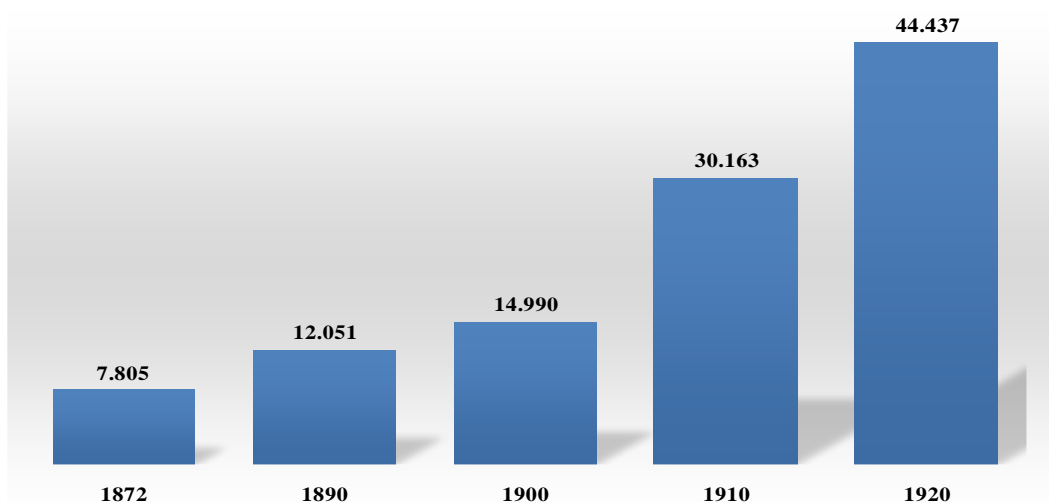


Gráfico 1 - Número de habitantes da cidade de Jundiáí (1872-1920). Fonte: IPEADATA

Entre 1890-1900, houve um aumento de 19%; em relação ao número de habitantes; entre 1900-1910, 50% e entre 1910-1920, 32%. Para Lanna, o crescimento populacional de Jundiáí acompanha as transformações urbanas ocorridas no início do século XX, durante o processo de embelezamento das cidades, nas melhorias de infraestrutura, saneamento e salubridade, ocorrendo em Jundiáí, “como de resto em quase todas as cidades brasileiras, marcando um período de *belle époque tropical*” (LANNA, 2002, p. 185).

De acordo com o historiador Nicolau Sevckenko os “belos tempos” em um primeiro momento chegavam pelas transformações “científico-tecnológicas,” que mudavam a feição das sociedades, suas culturas e costumes seculares. Essas modificações, aos poucos, se inseriram no cotidiano de Jundiáí. A atividade industrial se expandia. Fábricas de tecelagem, de cerâmicas e olarias foram se instalando ao longo do século XX. Para o historiador “o consumo de novas e modernas

mercadorias e o aumento do comércio confirmava a sociedade do progresso republicano que se pretendia formar (SEVCENKO, 1998, p. 20).

Em sua singularidade, a cidade delineou-se como “operária”. Sua população era composta, na grande maioria, por trabalhadores rurais, industriários e ferroviários. As elites de Jundiaí, tão logo as fazendas de cafés geraram riquezas e possibilitaram um crescimento econômico e material, transferiram-se para cidades maiores como São Paulo e Campinas. A ausência de elites na região, conforme define Lanna, “pode ser percebida pela inexistência de casarões na cidade. O único existente é o Solar do Barão, que foi construído em 1862, pelo Barão de Jundiaí” (LANNA, 2002, p. 181). Em diversos bairros, as moradias edificadas eram para atenderem a demanda de habitações para os operários. Aliás, A Companhia Paulista recebeu da Câmara Municipal loteamentos próximos ao cemitério e as suas instalações, para que fossem construídas casas para os seus empregados.

Os terrenos foram concedidos como estímulo da localidade para a instalação das oficinas da Paulista na cidade. A Companhia afirmava que, para conveniente acomodação de seus operários, a exemplo do que se praticava nos grandes centros industriais faria construir, perto das oficinas pequenas habitações, que alugaria aos seus empregados mediante preço razoável. Achavam-se já prontas 40 casas, em 1894. Em 1924, esse número sobe para 140 casas. (LANNA, 2002, p. 181).

A maioria dos trabalhadores ferroviários e os operários das indústrias habitavam as ruas: XV de Novembro, Prudente de Moraes, Rangel Pestana, Capitão Damazio (hoje Marechal Deodoro) e Rua do Rosário. Algumas localizadas no centro da cidade, outras circundantes a ele. As casas nos bairros operários, próprias ou alugadas, possuíam um padrão em sua construção bem semelhante: “eram geminadas, sem recuo do lote, em geral porta e janela. As melhores ocupadas por chefes de estação e de oficinas tinham porão e um pequeno recuo lateral, que fazia as vezes de varanda e criava um distanciamento em relação à rua” (LANNA, 2002, P. 185) ⁵².

⁵² A autora ainda destaca que atualmente, na cidade de Jundiaí, existem casas e arruamentos que preservaram essa configuração de moradia e acrescenta, como contribuição para o estudo sobre o

Por outro lado, a ferrovia, os estabelecimentos comerciais e de serviços e as possibilidades de crescimento dentro das indústrias ocasionaram a emergência de uma alta camada de trabalhadores, na estratificação social de Jundiá; uma camada social que, aos poucos e a partir das novas gerações (filhos), se configurou numa expoente parcela da sociedade, que ocupava cargos do funcionalismo público ou como profissionais liberais (médicos, advogados, dentistas e comerciantes).

As classes sociais naquele período eram pouco definidas, pois a cidade experimentava grandes transformações e, nesse contexto, como compreende Hobsbawm “as classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam a mudar” (HOBSBAWM, 2000, p. 279).

Considerando-se o contexto da Primeira República (1889-1930), verifica-se que a camada social mais definida eram os trabalhadores, rurais e urbanos, e a burguesia agrária. Segundo Jorge Nagle, “até a palavra povo, anteriormente empregada num sentido vago e indiferenciado – pois resumia diversas modalidades de camadas sociais – vai-se decompondo em outras palavras que traduzem camadas cada vez mais diferenciadas (classes)” (NAGLE, 1974, p. 74). Como em Jundiá essa burguesia deslocou-se para regiões citadinas mais prósperas como São Paulo e Campinas, foram os operários que caracterizaram a ascensão de uma classe média composta por uma alta camada de trabalhadores, muito semelhante ao que Hobsbawm define como uma “aristocracia operária”.

Com o estabelecimento de indústrias e, sobretudo, com a ferrovia, os trabalhadores poderiam ser definidos como os símbolos da nova ordem capitalista e da cidade. As empresas locais, fontes diretas e até mesmo indiretas, contribuíram para a constituição de uma “aristocracia operária”. Ao verificar os salários pagos pela

distanciamento da casa e do lote como um padrão constitutivo das elites durante o século XIX, o trabalho de Nestor Goulart Reis Filho, **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

Companhia Paulista, descritos nos prontuários e indicador do poder de compra dos empregados, Lana define que eles variaram de acordo com as funções exercidas.

Conrado Offa, quando se empregou na contadoria da empresa, em 1892 recebia o ordenado de 120\$000 (cento e vinte mil réis), recebendo um aumento, em 1900, passando a ganhar 200\$000 (duzentos mil réis). Morivalde Costa inicia, em 1893, com o salário de 320\$000 (trezentos e vinte mil réis), chegando a ganhar 900\$000 (novecentos mil réis), em 1928. Tibúrcio Siqueira, empregando-se na Companhia Paulista em 1896, recebia o salário inicial de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) para exercer a função de escriturário. Em 1919, recebe uma promoção passando a ocupar o cargo de sub-auxiliar com um salário no valor de 570\$000 (quinhentos e setenta mil réis). No ano de 1923, após uma nova promoção, passa a receber o salário de 700\$000 (setecentos mil réis), ocupando o cargo de auxiliar⁵³.

Esses dados mostram que a empresa possuía uma política de promoção de seus empregados e possivelmente muitos eram contemplados com aumento salarial, mas também pode-se inferir que os gastos com habitação, alimentação e vestuário, certamente consumiam significativa parcela da renda doméstica.

Segundo Lanna, os custos com habitação, vestimenta e alimentação, em cidades interioranas de São Paulo, no início do século XX, chegava a 80% dos salários dos trabalhadores ferroviários, por tanto, com um menor salário, citado anteriormente, em torno de 120\$000 (cento e vinte mil réis), aproximadamente 96\$000 (noventa e seis mil réis) eram destinados a subsistência das famílias.

Muitos funcionários da Companhia Paulista, de acordo com os prontuários (LANNA, 2002, p. 200), iniciam e encerram suas carreiras profissionais na empresa. Pode-se assim presumir como os funcionários conseguiam prover sua subsistência e a de seus familiares, trabalhando nos diferentes setores da ferrovia (escritórios, armazéns e oficinas), o que parecia não ocorrer em outras áreas de trabalho da região,

⁵³ Ficha 929. Caixa n° CP 75.4-166. Prontuário 2019; Ficha 52. Caixa n° CP 75.484. Prontuário 1686; Ficha 438. Caixa n° CP 75.490. Prontuário 1746.

como no campo e nas fábricas têxteis. Segundo Decca, os trabalhadores rurais e das indústrias tecelãs possuíam baixos salários, insuficientes até mesmo para as necessidades básicas como moradia, alimentação e vestuário (DECCA, 1983, p.54).

Dentro do próprio conjunto de ferroviários da Companhia Paulista, tal situação ocasionava rivalidade entre os empregados, os respectivos salários e as posições que ocupavam (trabalho físico e trabalho intelectual). Utilizando termos da época eram os “macacões” (oficinas e armazéns) e os “engravatados” (escritórios), os “colarinhos azuis” e os “colarinhos brancos”⁵⁴. Essas denominações foram usualmente utilizadas pelos funcionários para designar posições e hierarquias em seus cargos funções e, possivelmente, salários. Numa das eleições para a diretoria do Grêmio C.P., essas distinções foram até mesmo, questões de embates e discussões, quanto à alternância na direção da instituição, de um “colarinho branco” para um “colarinho azul”, como que muitos não concordavam. Considera-se ainda que os nomes de Tibúrcio Siqueira, Arthur Oliveira, Carlos Guimarães e Conrado Offa, são mencionados nos quadros da diretoria do Grêmio C.P. Eles trabalhavam nos escritórios da Companhia Paulista, eram os chamados, “colarinhos brancos”, ou seja, levantando-se a hipótese de constituição de uma “aristocracia operária”, pode-se inferir que eles pertenciam a esta condição.

Por ser uma cidade cuja população, em sua grande maioria, era composta por operários, mesmo aqueles que constituíam uma “aristocracia”, houve também na região reivindicações por melhorias nas condições de trabalho. A greve do transporte ferroviário, ocorrida em 1906, nas cidades que possuíam setores de atividades das companhias de estradas de ferro é um exemplo.

Jundiáí, por ter grande parcela de empregados da ferrovia, teve destaque naquele momento. A greve na região tomou impulso. Os funcionários da Companhia Paulista cobravam melhores condições de trabalho e redução da tarifa da caixa de

⁵⁴ GRÊMIO RECREATIVO DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO. Edição comemorativa do centenário, 2000, p. 26-28.

pensão, descontada na folha de pagamento. Uma agitada e intensa paralisação ocorreu em diversos ramais da Paulista (1.057 quilômetros de trilhos em 119 estações atingindo aproximadamente 3.800 ferroviários em diferentes cidades), (SANTOS, 2015, p. 10). A greve ganhou o apoio da população e dos comerciantes, estes últimos por terem suas atividades também afetadas com a paralisação das ferrovias.

Apesar disso, a greve arrefeceu, principalmente após a morte de dois operários da Companhia Paulista, em Jundiáí, num confronto com a polícia durante uma passeata. Contudo, a greve mostrou-se como um instrumento de articulação das mudanças nas relações de trabalho e firmou-se como um dos marcos do movimento operário da Primeira República. Vale lembrar que em território jundiáicense, havia muitos imigrantes italianos veiculadores das ideias anarquistas. Os grevistas e a população mostraram-se inconformados com as formas da “administração do empreendimento símbolo da modernidade e respaldada pelas forças do Estado, a ferrovia” (SANTOS, 2015, p. 22).

A cidade também possuía um demasiado entusiasmo perante as rápidas transformações sociais e culturais ocorridas, acompanhando o processo de modernização da época, o modo cosmopolita de sociabilidade e os desdobramentos que essa estrutura e conjuntura poderiam lhe conferir.

A inauguração do Teatro Polytheama, em meados da década de 1910, localizado na região central, na Rua Barão de Jundiáí, foi motivo de agitação popular, pelos espetáculos em si e também pelas novidades tecnológicas e cinematográficas do período, também exibidas nas sessões do Cinema Rio Branco. Entre os anos de 1911-1920 as duas casas de entretenimento apresentaram em média 204 representações por ano⁵⁵, exclusivamente cinematográficas.

⁵⁵ Média extraída dos registros de existência de teatros e cinemas na cidade de Jundiáí em conformidade com a consulta aos Anuários Estatísticos de São Paulo para os anos de 1906 até 1926, disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Dentre os lugares de prestígio, ainda na Rua Barão de Jundiá, a padaria e confeitaria *Pauliceia* – recebeu esse nome, justamente por ser o local de encontro e discussão sobre os acontecimentos e as notícias vindas da capital – surgiu em 1898. Tornou-se ponto de encontro para os cafés, para o “desfrute de completos sortimentos de bebidas finas”⁵⁶ e para os momentos de reuniões e debates políticos e culturais. Ambiente frequentado pelos profissionais que trabalhavam nos arredores, nas tipografias, papelarias, escritórios, comércios em geral, redação de jornais e na administração pública. O local também servia para os que estavam de passagem, a caminho da onde a ferrovia pudesse chegar (da capital ao interior).



Figura 7 - Padaria e Confeitaria Pauliceia, em 1906. Fonte: FERREIRA, M., 2014.

A imprensa local, certamente teve um papel sociocultural importante no plano de divulgação e circulação das ideias no cenário das transformações ocorridas, noticiando todas as mudanças, sendo ainda um mecanismo de representação da sociedade (ou em parte de seu grupo ideológico e editorial). As informações veiculadas por impressos caracterizavam-se de forma inerente ao processo urbano,

⁵⁶ Propaganda da Pauliceia. Almanach de Jundiáhy: Literário, Histórico, Commercial e Biographico, 1911. Apud Livro do Grêmio Recreativo dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Edição comemorativa do centenário, 2000, p. 30.

jornais, folhetins, revistas e periódicos disseminaram-se por toda a sociedade brasileira, na ordem da Primeira República.

O desenvolvimento tecnológico (...) permitia que a imprensa, ampliasse enormemente o número de rodagens por edição, além de, cada vez mais, oferecer recursos como ilustração e fotos, que conferiam novas formas a veiculação de informações estabelecendo relações entre jornal, anunciantes, política, leitores e a própria cidade. (O'Donnell, 2008, p. 73).

A pesquisa não teve acesso aos jornais locais de Jundiáí, que poderiam conferir um interessante panorama do contexto aqui analisado⁵⁷. Em consulta aos Anuários Estatísticos de São Paulo (1908-1926), pôde-se verificar somente o registro de alguns jornais que circularam na cidade, contemporâneos aos acontecimentos supracitados, possibilitando apenas informações sobre periodicidade, valor de assinatura e tiragens. Apesar de as fontes serem escassas, pode-se constatar a existência e a circulação da imprensa local.

⁵⁷ Consultas foram realizadas nos cervos das instituições, Centro de Memória de Jundiáí (CMJ), Museu Histórico e Cultural de Jundiáí (Solar do Barão), Biblioteca Municipal, Professor Nelson Foot, no acervo do Gabinete de Leitura e no Arquivo do Estado de São Paulo. Em ambas as instituições não se localizaram exemplares de jornais, que circularam na cidade, no período entre 1880-1940.

Tabela 1 - Jornais locais de Jundiá (1908-1926)

JORNAL	LÍNGUA	PERIODICIDADE	ASSINATURA MENSAL	TIRAGEM MÉDIA
A Folha	Português	Bisemanal	20\$000	Até 5.000 exemplares
O Jundiahense	Português	Bisemanal	20\$000	Até 5.000 exemplares
O Escoterio	Português	Semanal	20\$000	Até 1.000 exemplares
O Jundiahy	Português	Semanal	20\$000	Até 1.000 exemplares
O Artilheiro	Português	Mensal	20\$000	Até 1.000 exemplares
O Município	Português	Semanal	20\$000	Até 1.000 exemplares

Fonte: Anuários Estatísticos de São Paulo

De modo peculiar, esse rápido painel permite que se possa penetrar, ainda que de forma fragmentada, em uma sociedade que vivenciava um processo de intensa transformação histórica, a partir da reconfiguração de sua vida urbana e social. Para além de suas especificidades econômicas e espaciais, Jundiá, inseria-se, cada vez mais, no “mundo moderno”, transformando-se aceleradamente.

Essa concepção *modernista e modernizante* é característica de um tempo marcado pela novidade de um sistema político, a República, e de uma espacialidade em vertiginosa transformação, o urbano, refletindo-se em diferentes dimensões e de maneiras diversificadas em toda a nação brasileira, adequando-se à conjuntura do capitalismo internacional e àqueles novos tempos (CLODOALDO, 2008, p. 150-153).

Jundiá constituía um caso peculiar de crescimento econômico e urbano, dentro dessa ordem nacional, alinhando-se ao progresso e ao desenvolvimento, “de um sistema agrário comercial para o urbano industrial” (FURTADO, 2005. p. 13). Desde suas origens, pode-se depreender que a cidade não fora pacata, esteve sempre atrelada às transformações ocorridas no estado de São Paulo e sobremaneira no Brasil. As inúmeras mudanças na região tiveram como base de reestruturação o contexto da economia cafeeira, da imigração, a ferrovia, a urbanização e a industrialização. Todos

esses elementos estavam pautados no eixo de leitura do pensamento social brasileiro da Primeira República, ou seja, Positivismo e o Nacionalismo, que reverberaram sobre a nação conjuntamente com os ideais de progresso, civismo e instrução (OLIVEIRA, 1990, p. 35).

No campo da Educação, importante aparato urbano, elemento da modernidade e pauta constante dos ideários nacionalistas da época, a cidade caminhava a passos lentos, no que se refere à ampliação e à disseminação do ensino público. Percorrendo sua espacialidade, constata-se que eram poucos os espaços existentes para a instrução pública, ou seja, escolas e bibliotecas, sendo que esta última, até 1908, não existia na cidade.

Esse panorama certamente ancorava-se nas quase que inexpressivas ações políticas para educação do governo brasileiro no período entre 1900-1910 (INFANTOSI, 1983, p. 56). As escolas existentes em Jundiá, em sua maioria, vinham da iniciativa privada, restringindo acessos, limitando ações e impondo condições. Na esfera particular, ainda no século XIX, e em maior quantidade, surgiram os colégios, Florence em 1895, um “educandário de meninas”, transferido de Campinas para Jundiá, em decorrência da epidemia de febre amarela e posteriormente o Hydecroft, em 1897. Novas escolas foram criadas em Jundiá, na virada para o século XX, mas, em sua maioria, particulares.

A primeira escola estadual criada na região foi o grupo escolar Coronel Siqueira de Moraes, em 1894, teve seu prédio inaugurado na Rua Barão de Jundiá e o início de suas atividades em 1896. A escola era frequentada pelos filhos dos latifundiários da região e também pelos filhos de funcionários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Era uma escola de primeiras letras, portanto, seu ensino voltava-se para o aprendizado da leitura, escrita e cálculos matemáticos.

Tabela 2 - Escolas existentes em Jundiá (1908-1926)

TIPO	ANO DE FUNDAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Escola Particular	1895	Colégio Florence
Escola Estadual	1896	Coronel Siqueira de Moraes
Escola Particular	1897	Colégio Hydecroft
Escola Particular	1900	Escola Elementar Portuguesa
Escola Municipal	1901	Escola do Núcleo Colonial Barão de Jundiahy
Escola Estadual	1906	Conde de Pamahyba
Escola Particular	1907	Externato Coração de Jesus
Escola Particular	1907	Colégio Moinho
Escola Particular	1907	Escola do Sagrado Coração de Jesus
Escola Particular	1908	Escola da Varzea
Escola Particular	1912	Escola Parochial Nossa Senhora do Desterro
Escola Particular	1913	Escola e Creche Asylo Anália Franco
Escola Particular	1914	Escola da Sociedade Protetora da Companhia Paulista
Escola Municipal	1915	Escola da Vila Arens
Escola Municipal	1915	Escola do Bairro Travihu
Escola Municipal	1915	Escola Santa Clara

Fonte: Anuários Estatísticos de São Paulo

As ações na esfera privada para a promoção da instrução e da formação de uma sociedade condizente com as novas questões da República – trabalho assalariado, industrialização, ciência e tecnologia, transformações urbanas, transportes, redes de comunicação e processos eleitorais– foram significativamente mais presentes em Jundiá do que as de esfera pública, ou seja, o poder público, entre 1900 e 1920, promoveu poucas ações visando o desenvolvimento da educação pública na cidade.

Ainda que as poucas reformas no Governo Federal buscassem incentivar o surgimento de mais escolas de ensino primário e secundário⁵⁸ no território nacional, observando-se o quadro das escolas existentes na cidade, no período destacado, nota-se a preponderância de instituições educacionais privadas. Setores mais humildes, trabalhadores da indústria têxtil, pequenos comerciantes, trabalhadores rurais ou mesmo alguns grupos de ferroviários, cujos vencimentos não possibilitavam mais do que a própria subsistência, possivelmente não tinham acesso à instrução formal.

Aos que não pudessem pagar para se educar, o Gabinete de Leitura, como anunciara em seu jornal, em 1908, proporcionaria os competentes livros, talvez não preenche-se a lacuna até então existente, porém constituía-se como um lugar destinado aos livros e ao leitores, no espaço citadino.

O Gabinete de Leitura era a primeira biblioteca pública da cidade, que, na ordem das transformações e reconfigurações do espaço urbano e de toda a sua materialidade, ainda não existia. Sonia Gomes, em seu trabalho sobre *Bibliotecas e Sociedade na Primeira República*, diz que “uma das condições sociais que exerce influência positiva sobre o surgimento de bibliotecas é o aparecimento de centros urbanos, que em suas múltiplas atividades, produzem registros que requerem sistemas sofisticados de informação” (GOMES, 1983, p. 13).

Para além dessa acepção, lendo o Gabinete de Leitura de Jundiáí como um símbolo de uma realidade social construída (CHARTIER, 1991, p. 12), pode-se perceber que sua criação representava a institucionalização de um lugar público para as letras.

⁵⁸ A partir da proclamação da República, o ministério da Instrução Pública Correios e Telégrafos, criado em 12 de abril de 1890, cujo Ministro era de Benjamin Constant, deliberou o decreto nº 981 de 8 de novembro do mesmo ano, regulando, no âmbito do Distrito Federal, a instrução primária e secundária, seus componentes curriculares e séries. Desse modo, essa ação, denominada de “Reforma Benjamin Constant” funcionava como ponto de referência e modelo para outras iniciativas públicas ou particulares no campo da instrução nacional, promovendo um ensino livre, leigo e gratuito. Ver mais detalhes em: CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. Benjamin Constant e a Instrução Pública no Início da República. Campinas: UNICAMP, 1994.

Outros lugares que poderiam promover uma aproximação com os livros, a leitura e a instrução de um modo geral, seriam os acervos de livros, na esfera privada, o que possivelmente deveria existir. Contudo, seria temerário para a pesquisa negar ou afirmar essa possibilidade, uma vez que o livro, naquele período, não era um item de baixo custo e ter uma coleção deles muito provavelmente não estava entre as aquisições elementares de operários.

Uma análise sobre acervos privados contribuiria para a elucidação dessa questão. Nas fontes e bibliografias consultadas não há nenhuma menção. Conquanto, pode-se, de certo, afirmar que eles circulavam, fossem comprados, emprestados ou doados e passaram a circular ainda mais, após a fundação do Gabinete de Leitura.

É nessa perspectiva que se pode melhor compreender o nascimento da Instituição. Em meio ao “espaço urbano” em que se transformava emergia um novo símbolo para as letras e todos os demais sentidos que delas pudessem derivar. Construía-se um ambiente de instrução e ilustração, através do Gabinete de Leitura, para uma realidade em processo de transformação, em que novos arranjos sociais eram experienciados.

A construção desse novo ambiente fixava-se na cidade, como uma instituição representativa de um espaço para as letras, podendo ser lida e apropriada pelos sócios e pela população de Jundiá.

Referências bibliográficas

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*, 1991. Estud. av. vol.5 n°.11 São Paulo Jan./Apr. 1991.

CLODOALDO, Bueno. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FILIPPINI, Elizabeth. *Terra, Família e Trabalho: O Núcleo Colonial Barão de Jundiá (1887-1950)*. São Paulo, 1990, p. 182. Dissertação (Mestrado em História Econômica) FFLCH-USP, 1990.

FURTADO, André Tosi. Celso *Furtado e a economia brasileira*. Fortaleza, julho de 2005. Texto apresentado no seminário “Celso Furtado e o desenvolvimento regional”, promovido pelo Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza, julho de 2005.

GOMES, Sônia Conti. *Bibliotecas e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, Pioneira; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-memória, 1983.

HOBSBAWM, Eric. J. *Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

INFANTOSI, Ana Maria. *A escola na República Velha*. São Paulo: EDEC, 1983.

IZAÍAS, Kátia. *População e Dinâmica Econômica na Formação da Cidade de Jundiáí (1615-1890)*. Campinas, 2012. 208 p. Dissertação (Mestrado em Demografia). UNICAMP, 2012.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Ferrovias, Cidades e Trabalhadores (1870-1920)*. São Paulo, 2002, p.190. Tese (Livre Docência) FAU-USP, 2002.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. EPU: Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

O'DONNELL, Julia. *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Paulo Henrique de. *Lugares de memória em Jundiáí: uma leitura através de Aldo Rossi*. Faculdade de Ciências Sociais, PUC/SP – Campus Monte Alegre. Comunicação Pessoal, 2013.

RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

SANTOS, Fábio Alexandre. *Rio Claro e a Greve dos Trabalhadores da Cia. Paulista de Estradas de Ferro em 1906*. Revista: América Latina En La Historia Económica n. 25 jun. 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In: ____ (Org.); NOVAIS, Fernando. (Coord). *História da Vida Privada no Brasil*. vol 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLETO, K.; MARTINI, S.; DONIZETTI, A. *Museu da Energia* – Núcleo de Jundiáí.

Disponível:

em:<http://www.energiaesaneamento.org.br/media/28713/toledo_karina_pardini_museu_da_energia_de_jundiai.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2015.

CIDADES: TEORIAS E GRAFIAS

Leno José Barata Souza⁵⁹

Artigo recebido em: 30/10/2016

Artigo aceito em: 22/11/2016

Resumo:

O artigo busca repensar alguns conceitos e historicidades sobre o tema cidade, confrontando inicialmente ideias próprias com a de alguns autores clássicos que estudam tal temática e que será discutida aqui como uma experiência social e uma problemática política, postas cotidianamente em debate por diferentes modos de vida que se encontram e se desafiam. Assim, nos valendo de fontes jornalísticas e, sobretudo orais, propomos para o aprofundamento sobre o tema as desconhecidas experiências culturais, urbanas e econômicas da “cidade flutuante” de Manaus que, entre a década de 1920 e 1967, tomou quase todas as águas do litoral da capital amazonense, se tornando uma das mais impactantes e originais expressões urbanas.

Palavras-chaves: Cidade; Manaus; Cidade Flutuante.

⁵⁹ Pós-doutor em História pela Universidade de Veneza Ca' Foscari; Professor titular da Faculdade Sumaré-SP. Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2909398134411127>.

Abstract:

The article seeks to rethink some concepts and historicities on the subject city, initially confronting own ideas with some classic authors who study this issue and will be discussed here as a social experience and a problematic policy, put daily debate by different ways of life that meet and challenge. Thus, the worth of journalistic sources and especially oral, we propose to deepen on the subject unknown cultural, urban and economic experiences of the "floating city" of Manaus that between the 1920s and 1967, took almost all the waters of coast of amazonense capital, becoming one of the most striking and original urban expressions.

Keywords: City; Manaus; Floating City.

* * *

Cidade é isso!

Tema espinhoso que historiadores, sociólogos, geógrafos e outros cientistas sociais têm enfrentado nos últimos anos são as questões sobre cidades e cultura urbana. Longe de querermos esgotar o intrigante assunto, mas reconhecendo que ele sempre tangenciou nossos estudos, decidimos confrontar, nos limites desse artigo, algumas de nossas opiniões, teóricas e empíricas, com as de outros estudiosos. Menos do que a busca de conceitos, nos move o abrasamento das inquietações.

Fazendo um exercício de imaginação, as imagens urbanas modernas espelham os gigantes de aço, vidro, luz, néon e impessoalidade. As cidades, como um polvo sempre voraz que a tudo engloba, atingem inexoravelmente a tudo e a todos. Onipresente, ela está aberta a todos os rumos e sentidos; narcisista, cotidianamente transforma seus espaços, reinventa lugares, põe à prova os encontros e, sobretudo, subjuga seus próprios horizontes.

No ideário que se desdobra das cidades contemporâneas pode-se observar uma espécie de “epíteto do caos” codificada pelo filósofo Henri Lefebvre (1973, p. 104) nos seguintes termos: “as ciudades monstruosas, tentaculares, ciudades-moloc”. Tal perspectiva é ainda tributaria de um mundo global conectado as “nets” multimídias que cotidianamente “bombardeiam” nossos sentidos (MOURA e ULTRAMARI, 1996, p. 07), ou das “megacidades pós-industrial” de Raquel Rolnik (1995, p. 83-84). Tais ideias acabam por cristalizar cenários urbanos estereotipados como Nova York, Tóquio e São Paulo, adestrando, finalmente, as formas urbanas a uma cidade modelo.

Todavia, ao elevar o olhar para além dessas imagens consagradas pela mídia moderna, pode-se discutir o tema por intermédio de outras dimensões históricas, surpreendendo formas urbanas originais – como os da desconhecida “cidade flutuante de Manaus” – e mesmo certa beleza que possa suavizar o aspecto “carrancudo” da cidade de Lefebvre, a midiática de Moura e Ultramari e a exclusivamente capitalista de Rolnik.

Não saberíamos precisar quando e nem porque as cidades foram inventadas e mesmo em obras fundamentais a questão não é esgotada. Pressupomos que a necessidade de proteção tenha sido o sentimento que, inicialmente, moveu alguns humanos, em um determinado contexto histórico, a abandonar sua milenar vida errante para se agruparem em torno do propósito de aumentar suas chances de sobrevivência em um mundo que lhes era, via de regra, hostil e desfavorável.

Sentindo-se mais abrigados, os humanos do neolítico puderam “filosofar” sobre si, os outros e os espaços onde pisavam, agora um mundo de possibilidades, sobre os quais começaram a imprimir marcas próprias, signos culturais que vão das conhecidas pinturas rupestres em cavernas aos primeiros colossos urbanos do “Mundo Antigo”, no Nilo egípcio e no crescente fértil mesopotâmio.

Assim, o espaço gradativamente deixa de ser apenas local de passagem e paragem para se enraizar como uma paisagem social, lugar prenhe de culturas diversas,

necessidade humana de proteção, espaço melhor para se viver e trabalhar. Por esses vieses, as cidades podem representar um potencial exemplo do encontro entre o tempo politizado, carregado, portanto, de disputas e crenças, e o espaço enquanto lugar social, outro dos “punto central” das ideias de Henri Lefebvre para com a relação espaço-tempo:

Hay un **punto central** resultado de nuestros análisis: la **relación entre espacio y tiempo**. Para mí, su importancia es extrema. Se trata de llegar a encontrar la relación entre el espacio y el tiempo según la idea general, o si se prefiere el principio de análisis, de que todo espacio social es un empleo del tiempo. **El espacio es la manifestación de un empleo del tiempo** en una determinada sociedade (LEFEBVRE, 1973, p. 221, grifo nosso).

Relação esta, carregada e mediada por disputas e valores diversos que agem no sentido de transformar o meio em lugar social, território de histórias e memórias. As cidades como a grande invenção humana, redefinidora do espaço-tempo, o “onde” e “quando” os homens puderam potencializar a complexa relação do “eu(s) com o outro(s)”, facultando aos homens um decisivo exercício de alteridade que reinventaria a sua própria humanidade enquanto condição de vidas que se encontram, convivem e se desafiam.

Acreditamos que as cidades possam também responder a duas indagações de Milton Santos: “Como ultrapassar o enunciado gratuito de um tempo unido ao espaço, mediante a relativização de um e de outro?” e “Como traduzir em categorias analíticas essa mistura que faz com que o espaço seja também o tempo e vice-versa?”. Santos, nos trechos seguintes, tentando encontrar os elos dessa corrente comenta: “[...] o ponto de partida é a sociedade humana em processo [...]”, que só se dariam “[...] sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições [...]”, o espaço, para Santos, “[...] não existe sem a materialidade” (SANTOS, 2006, p. 50 e 54).

As cidades, de certo, não são a única ligação capaz de unir/interagir tempo e espaço, mas, sem dúvida, é o mais significativo elo que pode vincular aquela “base

material” aos usos do tempo com suas “diversas formas e feições” que, segundo Antonio Arantes, longe de ser um mosaico de vidas inertes e separadas, se anima por intermédio de um palimpsesto social rescrito cotidianamente que, segue Arantes: “É hoje o sítio onde ganham configuração concreta experiências que ao mesmo tempo formam referenciais **espaço-temporais** flexíveis e identidades em processos de constante reconfiguração” (ARANTES, 2000, p.161).

Elas passaram a ser o lugar onde as pessoas puderam experimentar a condição de moradores, trabalhadores, vizinhos, inaugurando um sentido de comunidade, um sentimento de pertencer política e culturalmente a uma mesma coletividade, entre as mais destacadas na história, burguesia que, ao fim do medievo, começou a reconfigurar as cidades como lugar do capital comercial em contraponto ao campo agrário/feudal, redefinindo o conceito de cidadania para além da simples etimologia: morador da cidade, pensado agora como uma questão pública que atravessa os mais diversos e controversos temas como sociedade, economia, política, religião, migração, trabalho e consumo, para ficarmos apenas nos mais emblemáticos pontos sobre cultura urbana.

Outro momento chave que as cidades, como seus lemas e dilemas urbanos passaram a frequentar a pauta das preocupações de historiadores, sociólogos, filósofos e urbanistas foi a última metade do século XIX, quando do caos urbano que grassava no seio das sociedades europeias, fruto das cidades industriais, cujo avanço reconfigurava as noções de espaço, territórios – sobretudo no tocante a relação campo e cidade – e cidadania, aí envolvendo, em maior relevo, as relações do mundo do trabalho como suas nervosas questões de classe. A cidade, por excelência, torna-se o lugar do capital.

Se os homens criaram as cidades, elas, por outro lado, redimensionaram a sua humanidade, matizando identidades históricas, dilemas sociais, questões culturais, embates políticos que, ultrapassando os significados etimológicos, definem a cidade, e sua cultura urbana, como um direito em questão e em aberto, tal como se mostraram

sensíveis os estudos clássicos de (LEFEBVRE, 1991), (WILLIAMS, 1989) e (FENELON (org.) 1999).

Chegar a uma cidade, mais do que vencer seus marcos de pedra, aço e vidro, é principalmente entrar em um tempo não domesticado, um outro tempo. As cidades nunca são integralmente aprendidas a luz das necessidades e vontades de seus moradores, elas dão sempre um jeito de escapar as pesquisas, aos códigos, aos sentidos ou qualquer outro tipo de controle que tente conhecer, quantificar, identificar, domesticar e, mormente, domar seus limites.

Outro ponto inquietante sobre as cidades é que mesmo identificando certa “linha mestra” que as une, qualquer definição se mostra limitada na medida em que elas se manifestam de forma extremamente plural e desigual, esgarçando um leque de projetos e modelos que podem ir das idílico-utópicas, comunidades igualitárias fortalecidas pelo imaginário do século XIX como um contraponto a cidade real e dura do capital, as urbes virtuais-futurísticas pós-década de sessenta, massificada por uma linguagem de ficção científica de filmes como *Blade Runner* (CHOAY, 2005).

Nestes termos, o que anima a trajetória histórica das cidades é uma multiplicidade de formas cartesianas e tortas que mesmo campos multidisciplinares assentados e complexos, como o urbanismo, arquitetura, história e literatura, por exemplo, não conseguiram dimensionar integralmente.

Por outro lado, sobretudo as políticas oficiais nas últimas décadas vêm patrocinando uma série de tentativas de classificá-las, ordená-las, mensurá-las e mesmo, como discutia uma sociologia e psicologia urbana nos anos sessenta e setenta, de lhes instituir “personalidades urbanas” vinculadas as mais diferentes sensibilidades humanas que, de resto, são as grandes animas que dão vivacidade as cidades enquanto pacatas, agitadas, violentas, tranquilas, nervosas, neuróticas, alegres, impessoais (LEDROUT, 1971, p. 168-173). A cidade foi posta no “divã”, de onde não saiu mais tamanho os seus dilemas sociais e suas psicoses incuráveis.

Nos anos quarenta encontramos uma das primeiras “Tentativa de Classificação das Cidades Brasileiras”, como o trabalho foi nomeado. Em que pese os esforços dos organizadores, algumas classificações e conceitos se mostram extremamente pueris ou mesmo cômicos, como os que procuram definir e/ou categorizar “cidade pequena” e “muito pequeninas, às vezes, tão interessantes e tão agradáveis” (SILVA, 1946, p. 283-315).

Em meio a tal arranjo, Manaus, com os seus 110.000 habitantes a época, foi posta no “escaninho” classificatório das cidades médias brasileiras. Nossas reservas, sobretudo teóricas, a estes estudos correm no sentido de que eles procuram dar conta de conjunturas históricas múltiplas e desiguais, exclusivamente por intermédio de índices numéricos.

Buscando superar esses exercícios classificatórios gostaríamos de destacar os importantes estudos de Milton Santos, que também procurou mensurar realidades urbanas, escapando, todavia, de classificações e conceitos unicamente quantitativos, nos oferecendo principalmente a oportunidade de confrontarmos, em nossas discussões sobre cidades, as questões sobre a “cidade flutuante” de Manaus, um fenômeno social e urbano contemporâneo aos estudos de Santos e que nos possibilitou contextualizá-lo em meio a uma história mais geral das urbes brasileiras e latino-americanas a partir da segunda metade do século passado.

A “cidade flutuante” em particular, foi um modelo de ocupação dos espaços fluviais que se avolumou em Manaus a partir do final da década de cinquenta quando vários dos significados culturais, que codificam a existência de uma cidade, vão começar a ser experienciados sobre as águas urbanas da capital, nomeadamente na orla-sul sobre o Rio Negro, “frente da cidade”, e nos igarapés que, a partir do rio, sobem Manaus adentro.

Entre esses significados sobressaem o adensamento de casas flutuantes, o aumento populacional e a dinamização comercial que, além de reconfigurarem o lugar, passam a determinar novas e outras formas de sociabilidades arraigadas a um

cotidiano próprio com uma estrutura de prestação de serviços, atividades comerciais, industriais e culturais ligadas tanto a Manaus em terra, como com o interior do estado, dando formas a uma rede urbana muito próxima das encontradas em qualquer cidade.

Mas em que sentido os estudos de Milton Santos operam em nossas reflexões? Naquele período, o autor – diferente de uma maior corrente de estudos que se interessavam apenas pelas grandes cidades – voltou-se para a discussão sobre um fenômeno urbano que chamou de “cidades locais”, um modelo de ocupação em marcha nos países “subdesenvolvidos” observado a partir de 1950 contemporâneo, portanto, a “cidade flutuante” de Manaus.

A teoria de Milton Santos, de fato, nunca mencionou diretamente a “cidade flutuante” de Manaus, o mais próximo que o autor chegou dessa peculiaridade urbana amazonense foram as suas ideias sobre “[...] as invasões e os alagados de Salvador” ou, em “casos extremos”, com os de Lima e Salvador, “[...] onde bairros muito pobres têm sido construídos com auxílio do lixo urbano, que serve para aterrar e melhorar terrenos alagadiços ou insalubres” (SANTOS, 1965, p. 12-13).

Ainda assim, além da contemporaneidade mencionada, outros fatores nos ajudam aproximar a “cidade flutuante” de Manaus às “cidades locais” de Milton Santos. Não se trata apenas de uma questão de tamanho e demografia, o que mais nos interessa é observar os traços qualitativos que, segundo Santos, são os mais importantes para a definição de uma “cidade local” e que se mostram próximos aos pensados sobre a “cidade flutuante” manauense. Então, ouvimos Milton Santos:

Poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder as necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações (SANTOS, 1982, p. 71).

Sintonizada as ideias acima são as opiniões também do estudioso amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis que, em 1965, quando foi governador do Amazonas, pensou a “cidade flutuante” nos seguintes termos:

A “cidade flutuante”, ao contrário das aglomerações urbanas marginais de outras capitais do país, possui uma vida própria, com atividades econômicas de toda ordem, inclusive com prestações de serviços em geral, características as atividades citadinas, além de parte acentuada de habitantes colaborarem na vida do porto (REIS, 1965-1966, p. 86).

Todavia, apesar dessas cumplicidades históricas, a “cidade flutuante” de Manaus tinha particularidades próprias que escapavam as características das “cidades locais” de Milton Santos, uma das mais significativas diz respeito à localização. Se as “cidades locais sempre se acham na periferia do sistema urbano” (SANTOS, 1982, p. 74), a “cidade flutuante”, pelo contrário, nasceu e floresceu em plena área central da capital amazonense, “frente” e principal porta de entrada da cidade.

Por esses vieses, as conhecidas “cidades locais” de Milton Santos e a desconhecida “cidade flutuante” de Artur Reis acabam por fragilizar ou limitar qualquer conceito definitivo sobre cidades que, neste sentido, se mostra fugidivo, tênue, aplicável e inteligível apenas a espaços próprios e sociedades específicas, acabando por “implodir” com qualquer modelo teórico geral proposto. É, em síntese, este o sentido que anima as clássicas ideias de Lewis Mumford (1998, p. 9):

Não há definição que se aplique sozinha a todas as suas manifestações nem descrição isolada que cubra todas as suas transformações, desde o núcleo social embrionário até as complexas formas de sua maturidade e a desintegração corporal da sua velhice.

Outro autor renomado, o historiador Raymond Williams (1989, p. 11-12) também negou a relação identitária entre as cidades, preferindo enfatizar os caminhos insuspeitos, tortuosos, intempestivos, mas, sobretudo diferenciados trilhados por cada uma delas, restando-lhes em comum, como uma espécie de “DNA” histórico que as uniria, tão somente o nome “cidade”.

Ainda assim, não seria o nome a construção social que confere os primeiros sentidos e significados a uma identidade, seja ela qual for? Desse modo, ele carrega

uma força histórica significativa que deve ser considerada para além de sistemas, conceitos e senso comum que costumam aprisionar as ideias a uma camisa de força, retirando-lhes justamente o que lhe conferia sentido de existência: “os movimentos históricos” (WILLIAMS, 1979, p. 17-76) ⁶⁰.

Os conceitos, segue o professor Williams, representam apenas a ponta de uma lança, cuja trajetória, densa e sinuosa, indicava muito mais para uma questão do que para uma definição, cuja elaboração, como propõe Marcel Roncayolo, é extremamente problemática, “trata-se, pois, duma forma que admite conteúdos variáveis” (RONCAYOLO, 1986, p. 396) como os da “cidade flutuante” de Manaus que, além do mais, destacou-se ainda pela originalidade de suas formas e conteúdos.

Nestes termos, acreditamos desengessar o conceito de cidade, tal como defende Williams, procurando entendê-lo a luz dos “conteúdos variáveis” de Roncayolo, cuja natureza anima um leque histórico aberto no qual se articulam os mais diferentes modos de vidas entrecruzadas por sujeitos históricos diversos que significam a cidade e são por ela resignificados.

Partindo desse nicho teórico mais geral, e menos como um horizonte a ser alcançado e mais como uma estrada a ser trilhada, nos concentraremos agora em uma breve discussão sobre a construção histórica dos flutuantes de Manaus enquanto uma “cidade”, bem como à própria relação/confronto desta com a Manaus, urbe, capital oficial e nominalmente reconhecida.

⁶⁰ Ainda que o autor não tenha discutido especificamente o conceito de “cidade”, as advertências que faz logo no início da discussão sobre o conceito de “cultura” são sintomáticas no que diz respeito à consciência histórica que devemos ter dos conceitos: “É impossível, portanto, realizar uma análise cultural séria sem chegarmos a uma consciência do próprio conceito: uma consciência que deve ser histórica”. Além de cultura, o autor também discute os conceitos de língua, literatura e ideologia.

“Cidade Flutuante”: entre teorias e grafias

Manaus, enquanto categoria de cidade, centro que coaduna os grandes interesses políticos, econômicos e culturais de uma região, capital oficial de uma unidade da federação, não motiva nenhuma dúvida. O mesmo não se aplica a chamada “cidade flutuante”, pelo contrário, explicações se mostram necessárias no sentido de refletirmos sobre os conceitos e significados do termo “cidade flutuante”, algo que nem as próprias aspas dariam conta de relativizar ou dimensionar.

Se partirmos de princípios oficiais básicos que respaldam a burocracia administrativa inerente a qualquer cidade com governantes próprios, casas legislativas e judiciárias independentes, limites geográficos conhecidos e reconhecidos, malha urbana inteligível, com suas leis e posturas oficiais, de fato, a “cidade flutuante” não pode ser tomada como uma cidade.

Então onde podemos encontrar os sentidos históricos que batizaram e reconheceram, a partir da década de cinquenta, as moradias flutuantes sobre as águas do Rio Negro e igarapés de Manaus como uma “cidade”? Talvez para além das diretrizes políticas que codificam as cidades oficiais, atingindo os matizes socioculturais dos moradores locais que criaram e massificaram a construção do termo “cidade flutuante”.

A “cidade flutuante” de Manaus, tal como a maioria das cidades reconhecidas, não nasceu cidade e também se iniciou de forma muito tímida, não passando de um punhado de casas de madeira, cobertas de palha dispersas, habitadas a maioria das vezes sazonalmente por uma rarefeita população que, sobretudo depois da derrocada da indústria da borracha nos anos vinte, começou com suas habitações sobre as águas a interagir com a paisagem urbana da capital na qual ainda não passavam de pontos isolados e pouco perceptíveis.

A construção do termo “cidade flutuante” somente vai ser encontrado depois da Segunda Guerra, quando alguns dos significados sócio-políticos, que respaldam a

existência de uma cidade, vão começar a ser experienciados para além dos limites terrestres de Manaus, na forma do adensamento de casas flutuantes sobre as águas do Rio Negro e igarapés da cidade, do aumento populacional, dinamização comercial que, além de transformarem os espaços, passam a determinar novas relações de vizinhança, políticas, trabalhos, serviços e negócios.

Até então o que prevalecia nas fontes impressas e orais era o termo genérico “os flutuantes”, sua condição de “cidade” ainda estava por ser difundida. No entanto, a cumplicidade das fontes termina aí, se para as fontes impressas esse futuro se estendeu até 1966/67 quando a destruição das casas flutuantes é noticiada como o fim da “cidade flutuante”, para as narrativas orais a linha é mais estreita, nelas os flutuantes assumem a condição de cidade já na década de cinquenta.

JM, um de nossos entrevistados, de 71 anos, vendedor do Mercado Central desde 1948, manteve uma constante relação comercial com a “cidade flutuante” que se lembrou desde a sua infância. Porém, indagado sobre a partir de qual momento as aglomerações flutuantes se adensaram sobre as águas de Manaus, assumindo formas de cidade, ele, tentando organizar suas lembranças, recorreu ao marco histórico da Segunda Guerra, para a partir daí relatar: “[...] é porque a Segunda Guerra foi em 44 e eu vim pra cá em 48, ela (cidade flutuante) deve ter surgido na faixa de 50/52”. Mesmo depois da nossa insistência de remontar a “cidade flutuante” há tempos mais antigos, JM, em tom já bastante impaciente, sentenciou: “Não! Existia assim no meio do rio e tal, agora isso aí (a “cidade flutuante”) eu não sei, iniciativa de quem que expandiu [...]”(Entrevista, Manaus, 03/08/2005).⁶¹

O senhor João Cesário da Silva, morador, desde 1955, às margens do Igarapé dos Educandos, no momento em que estávamos explicando as razões da entrevista, tentando, “desesperadamente” sustentar um diálogo que nos escapava, para a nossa sorte, interferiu:

⁶¹ O entrevistado nos autorizou apenas a veiculação das iniciais JM de seu nome.

Não! Em 1920 já tinha flutuante, até no ano em que eu nasci (1931) já existia flutuante, mas era alguns, era raro de se vê. Aí o pessoal foram achando importante aquela moradia em cima d'água e foram fazendo né, e foi aumentando devagar, aí começou a ter vários por aí. Depois foi que inventaram de botar aí na frente da cidade (de Manaus) porque encostava muito motor de recreio, esses motor que transporta gente pro interior, que trás produto e tudo pra vender e eles acharam por bem botar (flutuantes) aí, por que ali era um ponto melhor pra eles e ali foi aumentando (Entrevista, Manaus, 17/06/2005).

A “cidade flutuante” lembrada por João Cesário segue uma cadencia lenta de formação, do “era alguns, era raro se vê” flutuantes, ao “ali foi aumentando”, sobre as águas do Rio Negro no centro de Manaus. Crescimento patrocinado pela dinamização das atividades de negócios e serviços sobre as águas fluviais da capital.

A luz das reminiscências de João Cesário, os flutuantes foram ganhando foros de “cidade” quando começaram a concentrar nos seus domínios uma gama de atividades típicas da Manaus em terra na qual ele era morador e trabalhador em sua oficina de barcos. Segundo nos contou, para além da margem de seu quintal, nas águas do igarapé, proliferavam “[...] flutuante de moradia, flutuante de comércio, de quase todo o tipo de comércio, estiva, ferragem, restaurante, gabinete de dentista, consultório médico, drogarias, oficinas mecânicas de conserto de motor marítimo, tinha tudo” (Entrevista, Manaus, 27/09/2008), ou seja, tudo que tinha na Manaus em terra, também era encontrado na Manaus flutuante, a caminho de se transformar em uma “cidade”.

Outro narrador, Mario dos Santos, irmão caçula de João Cesário, nascido em 1942 e morador de flutuante entre 1955 e 1959, também sustentou a equidade das duas cidades. Suas lembranças também são mediadas pela analogia entre a cidade oficial em terra e a cidade oficiosa na água: “Olha, na cidade flutuante existia de tudo que se pode imaginar, todo o tipo de atividade que tinha em terra também tinha na cidade flutuante” (Entrevista, Manaus, 17/06/2005), inclusive me asseverou o entrevistado, o meretrício, cujas atividades sempre foram comuns pelos entornos

portuários de qualquer cidade e, nestes termos, a “cidade flutuante” era estratégica e atrativa.

Outra entrevista que também repõe o lento compasso de formação da “cidade flutuante” foi a que tive com o arquiteto João Bosco Chamma, descendente de imigrantes árabes e pertencente a uma tradicional classe média de comerciantes de Manaus. João, hoje um renomado arquiteto de Manaus, nasceu em 1954, portanto, conviveu em sua meninice com a “cidade flutuante” que, para ele, não passava de um território propício para suas aventuras e fantasias infantis.

Portanto, não fomos nada felizes em nossa pergunta sobre já ser corriqueiro, ou não, o uso do termo “cidade flutuante” em sua época. O que um assunto, tão técnico, poderia interessar ao menino de antes que, no fim da “cidade flutuante”, em 1967, ainda não contava com treze anos de idade.

Achamos que, querendo escapar a situação delicada que nós mesmos criamos, João Bosco iria trazer a baila seus conhecimentos de arquitetura e a partir daí desfiar uma aula sobre cidade, formas urbanas, urbanização, conceitos, limites, planejamentos, plantas, um arsenal teórico no qual é bem mais versado do que nós e que também não era o foco de nossa conversa.

O que nos interessava eram as memórias do homem lembrando o menino de quarenta anos atrás e, para a nossa grata surpresa e alívio, foi isso que sobressaiu. João Bosco, nesse ponto da conversa, ao lembrar-se de suas peripécias nos espaços flutuantinos, reconta diálogos em que se flagra a concepção de “cidade” para os flutuantes já arraigada na sociedade local no início dos anos sessenta:

Era cidade flutuante, eu era pequeno, eu me lembro que quando eu caí nessa, que eu cheguei em casa, eu devia ter uns oito anos (1962), eu chegava, a minha irmã: ‘tu caiu na cidade, tu foi pra cidade flutuante’, ela falava: ‘tu foi pra cidade flutuante, tu ta molhado né’, porque eu caí n’água [...] (Entrevista, Manaus, 28/07/2005).

A luz das lembranças dos entrevistados acima, todos antigos moradores de Manaus, pudemos perceber o compasso da mudança de conceitos, de flutuantes da cidade para “cidade flutuante”, filigranas de memórias particulares, nas quais se capta a gradativa construção do termo e do conceito de “cidade flutuante”.

No discurso impresso, por sua vez, a terminologia de cidade para os flutuantes apareceria de chofre. Apenas para celebrar sua destruição foi que os flutuantes de Manaus foram elevados pela imprensa local à categoria de cidade. Assim, para os jornais de Manaus, os flutuantes “viram” cidade, justamente quando quase não existiam mais pelas águas da capital em uma clara indicação de que a súbita mudança de conceito foi utilizada não para reconhecer os flutuantes enquanto cidade, mas para justificar, frente a sua dimensão demográfica que no início dos anos sessenta chegou a mais de 12 mil moradores em cerca de 2 mil casas flutuantes e geográfica quando ocupou quase toda a orla sul no Rio Negro e as bocas dos igarapés da urbe, a própria destruição da cidade sobra as águas a partir de 1964.

O jornal A Crítica, por exemplo, dois anos antes da destruição definitiva, em 1967, já anunciava o futuro sombrio das casas sobre as águas: “Capitania dos Portos Demolirá Casas Comerciais ‘CIDADE FLUTUANTE’” (A Crítica, 16.11.1965, grifo do jornal). Em janeiro de 1966, seu confrade, o Jornal do Comércio, também parabenizou as autoridades com a seguinte manchete: “CAPITANIA DOS PORTOS CONCLUE A CAMPANHA DE EXTINCAO DA CIDADE FLUTUANTE: EXITO” (Jornal do Comércio, 06.01.1966, grifo do jornal) e ainda demoraria mais de um ano para que os desejos daqueles jornalistas se realizassem plenamente.

Por esta época, a “cidade flutuante” não lembrava mais as dispersas casas flutuantes com poucos moradores que, até o fim da década de 40, se espalhavam pelo complexo fluvial da cidade. Ela vivenciava uma expansão territorial, demográfica e econômica, capitaneada, sobretudo, pelo desenvolvimento comercial dos mais variados negócios, todos localizados em grandes empórios flutuantes nas margens do Rio Negro como projeta o mapa abaixo:

Mapa 1: **Localização dos Flutuantes em Manaus**



Fonte: SERRA e CRUZ, 1964, p. s/n

Estudos demográficos ou qualquer outro censo sobre a “cidade flutuante” só foram verificados a partir da década de 60, quando algumas pesquisas encomendadas pelas secretarias oficiais do estado procuraram por referências estatísticas da “cidade” sobre as águas. O que prevalecia até então era a pouca atenção das autoridades que, como informa o primeiro destes levantamentos, nunca tiveram nenhuma “[...] ideia da quantidade nem da época em que surgiram os flutuantes em Manaus” (SERRA e CRUZ, 1964, p. 21).

Neste momento, as incríveis dimensões territoriais e demográficas dos flutuantes de Manaus se transformaram em um fenômeno urbano e uma problemática social para os governantes em que o título: “cidade flutuante”, cada vez mais conhecido e reconhecido, é o índice histórico mais emblemático. Diante desta nova

realidade alguns poucos levantamentos oficiais começaram a ser feitos, visando melhor conhecer o “problema” para, em seguida, dar conta da sua “resolução” materializada na sua completa destruição em 1967.

Ainda assim, conseguimos organizar alguns dados estatísticos oficiais sobre a “cidade flutuante” que otimizamos no quadro abaixo:

Quadro 1: Censo Demográfico da Cidade Flutuante e de Manaus

Ano	Cidade Flutuante		Manaus
	Nº Flutuantes	Nº Moradores	População Total
1961	1.389	-	-
1964	2.145	9.788	-
1966	1.950	11.400	226.410

Fonte: SALAZAR, 1985, p. 77; SERRA e CRUZ, 1964, p. 37 e 41; LENZ, 1966, p. 07 e Revista da CODEAMA, mai/1966.

Infelizmente, para 1961 as autoridades precisaram apenas o número de casas flutuantes, as quais, em apenas três anos, sofreram um aumento de mais de 35% ou 756 novas casas flutuantes nas águas de Manaus. Se em 1966 a diminuição do número de casas já é um reflexo do processo de destruição da “cidade flutuante”, capitaneada pelo governador Arthur Cezar Ferreira Reis, o pequeno decréscimo das construções é compensado pelo aumento, em menos de dois anos, de 14% na quantidade de moradores da “cidade flutuante”.

Nas conversas com nossos entrevistados também pudemos recuperar particulares projeções estatísticas e que também dão a conhecer seus antigos espaços de moradia, trabalho e lazer. Mário dos Santos estimou para a “cidade flutuante” “uma

população aí de seus 20 poucas mil pessoas”, números não muito distantes dos oficialmente levantados (Entrevista, Manaus, 17/06/2005).

É preciso considerar que Mário, ao contrário da maioria dos depoentes, além de possuir formação acadêmica (ele é psicólogo), é um grande curioso dos assuntos amazônicos. As próprias questões urbanas, especialmente nos anos setenta e oitenta, passaram a ser assuntos obrigatórios no campo da psicologia, área do conhecimento na qual Mário, além de professor, até hoje trabalha.

João Bosco Chamma, que nunca foi morador de flutuante, mas tinha na “cidade” sobre as águas significava o parque a céu aberto de suas brincadeiras infantis, ao longo da entrevista, também não se furtou a mensurações demográficas próprias da “cidade flutuante” que, segundo ele, “chegou a ter 10.000 pessoas morando” (Entrevista, Manaus, 28/06/2005), dado mais próximo ainda aos oficiais.

Provavelmente, suas deduções estatísticas reflitam mais as experiências do conhecido arquiteto da atual Manaus, tanto que logo em seguida relembra que naquela época “[...] eu era pequeno, não era ligado [...]” (Entrevista, Manaus, 28/06/2005) nestas questões demográficas que acabávamos de lhe perguntar.

Em meio à vida de outros entrevistados, sem os mesmos refinamentos estatísticos de Mário dos Santos e Bosco Chamma, também pudemos captar outras importantes apreensões da “cidade flutuante”. Creuza de Andrade com exatos 70 anos de idade, moradora da “cidade flutuante” entre 1962 e 1966, a dimensiona a partir do momento em que foi obrigada a deixá-la, lembrando que o processo de retirada das famílias, ao contrário do que imaginávamos, foi longo e lento.

Para ela, as grandes dimensões da “cidade flutuante” são estimadas por este ritmo compassado da saída dos moradores, sobretudo dos seus muitos vizinhos, haja vista ser, segundo as projeções de Creuza de Andrade, “muita gente, pelo amor de Deus! Era muita gente e tudo, nós fomos quase os últimos, da metade pra nós é que ficaram, nós saímos é assim” (Entrevista, Manaus, 15/03/2008).

Para Francisca da Silva (nascida em 1913) e seu filho Francisco da Silva (nascido em 1949) que chegaram a “cidade flutuante” em 1964, a própria Manaus se confundia com a “cidade flutuante”, onde moraram apenas por um breve período. Se para ela, todos os moradores da capital “moravam era na água mesmo, é tudo era no flutuante; tudo era água”, para o seu filho, com quatorze anos a época, a Manaus em que aportou o impressionou por ser toda flutuante: “[...] *igbã!* Era flutuante, a cidade era toda flutuante (...) não tinha casa palafita não, tudo era flutuante, tudo ali era flutuante naquela época” (Entrevista, Manaus, 15/01/2008).

João Cesário, de sua casa e de sua oficina de barcos nas margens do igarapé dos Educandos, sempre andou muito por Manaus, tanto para fazer compras no Mercado do Centro quanto por conta de resolver as burocracias de sua oficina junto a Capitania dos Portos. Quando perguntamos sobre as dimensões da “cidade flutuante”, ele a retoma também em meio a uma destas rotineiras andanças que fazia pela cidade de Manaus, em cujo caminho, os flutuantes à medida que não paravam de aumentar, foram se tornando uma paisagem e uma passagem obrigatória:

Mas isso (cidade flutuante) era só mais ali na frente da igreja dos Remédios, naquela margem ali (do rio Negro) ía aumentando assim lá pro meio do rio, porque nas partes laterais já não tinha mais pra onde botar (casa flutuante) iam botando pro meio do rio, tanto que a gente andava, mais ou menos assim, eu calculo assim uns 150 metros da beira até o último flutuante, era muito grande, chegou a ter, mais ou menos, uns 850 flutuantes ali na frente da igreja dos Remédios; fora os que estavam dentro dos igarapés, na margem do rio Negro, ali pra baixo, porque nos igarapés tinham vários, tinham muitos flutuantes também (Entrevista, Manaus 17 de junho de 2005).

Outro entrevistado é o antigo comerciante da cidade Renato Chamma (tio de Bosco Chamma) e nascido em 1930. Ele também não foi morador de flutuante, mas acompanhou de perto o crescimento da “cidade flutuante” a partir das casas comerciais que sempre teve na orla central, frente de Manaus. Para dimensionar a “cidade” ele retoma antigas imagens da capital e, especialmente alguns cartões postais que exibia ao longo das nossas entrevistas.

Um destes postais trazia a imagem da “cidade flutuante”, ou melhor, de um trecho dela que, como enfatizou Renato Chamma com o postal em mãos, “estas fotos aí é só a metade, tem o total não” (Entrevista, Manaus, 30/08/2005), alcançado pela “cidade” sobre as águas do Rio Negro e igarapés de Manaus.

A seguir, o postal de Renato Chamma que eu já conhecia e há tempos também o possuía, mas que sob a luz de suas narrativas foi ganhando novos focos e perspectivas que nos aproxima das dimensões e formas conferidas a “cidade flutuante” pelos seus moradores no início dos anos sessenta:

Vista aérea da “cidade flutuante” de Manaus



Fonte: Postal de Manaus (*circa* 1964) do Arquivo Particular do Professor Dr. Otoni M. de Mesquita.

A “cidade flutuante” nas águas do Rio Negro no centro e frente de Manaus, retratada na imagem, como nos contou Renato Chamma, ainda transbordava as margens do postal, tomando quase toda a orla urbana de Manaus. Um território social

que, por intermédio das casas e ruas construídas pelos moradores, não parava de redesenhar as fronteiras líquidas, oficialmente traçadas para a cidade de Manaus.

E não era apenas a força demográfica e territorial que sustentavam os flutuantes manauenses enquanto uma “cidade” incrustada a Manaus. Ainda tinha o seu expressivo poderio econômico, o qual, frente a um Estado em graves dificuldades econômicas desde a derrocada das exportações de borracha nos anos vinte, se tornava mais significativo ainda.

Se até meados de 1950 prevaleceram na “cidade flutuante” apenas pequenos comércios negociando sobretudo com os gêneros agrícolas cultivados no interior do Estado, a partir de então, vão se consolidando os grandes flutuantes de comércio que, em 1964, chegariam a um total de 182. Número este, podendo ser maior ainda, “[...] se considerarmos que mesmo (alguns) flutuantes residenciais possuem uma pequena venda de café, banana, refeições” (SERRA e CRUZ, 1964, p. 25).

Os flutuantes que antes serviam basicamente de ancoradouros para a venda de comestíveis em uma extensão dos negócios das feiras e Mercado Central, passando em seguida a serem usados também como locais de vendas de gêneros e pequenos restaurantes de comidas, quase ao final da década de cinquenta, começaram a negociar com os cobiçados produtos extrativistas do estado como a borracha, a castanha, a juta, couros e peles animais.

A marcante presença dos grandes comerciantes também se fez sentir em meio às narrativas orais. Para os nossos entrevistados, recuperar trajetórias de sucessos e riquezas de famílias de posses da “cidade flutuante” serviu, principalmente, para revestir o seu antigo local de moradia e trabalhos de deferências e prestígios; território de fortunas acumuladas que, a partir da “cidade flutuante”, se perpetuaram até os dias de hoje, ajudando no próprio desenvolvimento da cidade de Manaus, desvinculando a “cidade flutuante” de uma tradição impressa e de uma memória hegemônica, nas quais ela é destacada apenas como reduto de pessoas miseráveis, desocupadas e

perigosas, reafirmando, finalmente o status de “cidade” para o território dos flutuantes de Manaus.

Um dos armazéns flutuantes da família Assayag, por exemplo, se tornaria à Casa do Óleo, a principal rede de supermercados de Manaus até o início deste século. JM foi quem nos contou, em tom de advertência e reverência sobre os Assayag e ainda lembrou-se da fábrica de gelo flutuante da família dos Alcântara.

Outras notórias famílias da Manaus atual, como os “Cordeiros” e os “Santana”, segundo outro ex-morador de flutuante (1949-1961) Vivaldo Correa, nascido em 1935 na ilha do Manaquiri, interior do Amazonas, “tinha também comércio deles, era na cidade flutuante tudo é daquela época”. A “Casa Anjo”, ainda uma das principais em Manaus na venda de material de construção, concluiu Vivaldo, começou na “cidade flutuante” (Entrevista, Manaus 20/11/2009).

Creuza de Andrade recordou a família Pinheiro que “[...] tinha um flutuante grande de depósito de mercadoria, disso, daquilo [...]” (Entrevista, Manaus 12/11/2008), onde recebiam variados produtos, negociando-os em seguida com o Mercado Central. Francisca Malta, imigrante nordestina chegada a Manaus em 1943 aos 06 anos de idade e moradora da “cidade flutuante” a partir de 1958 e Vivaldo Correa, nos contaram, com riqueza de detalhes, sobre a fortuna amealhada pelos irmãos cearenses Arqueiro de Paiva.

Tratava-se de três irmãos que permaneceram na cidade após o fim das políticas de incentivos dos Acordos de Washington,⁶² “Zequinha”, Raimundo e Ivan. Eles, narrou Francisca Malta, passaram a investir no comércio da orla litorânea do Centro, nos arredores de uma “cidade flutuante” em expansão (Entrevista, Manaus, 15/03/2006). Segundo Vivaldo Correa, “os três irmãos vieram do Ceará sem nada; aí

⁶² Trata-se dos acordos da Segunda Guerra assinados entre EUA e Brasil, no qual o Amazonas voltou a fornecer borracha para os aliados. Produto este controlado pelos japoneses que tomaram as colônias inglesas na Ásia grandes produtoras de borracha e material importante para a produção de equipamentos bélicos. Neste curto período (1942-1946) aconteceu um breve ressurgimento econômico da borracha amazonense, motivando um significativo aumento de imigração para a Amazônia, sobretudo, mais uma vez, do nordeste brasileiro.

começaram a vender roupa ali na frente do Mercado, na praia, botavam aqueles montes de corte; aí saía vendendo pro pessoal do interior, que chegava do interior” (Entrevistas, Manaus, 01/10/2008).

João Cesário fez alguns barcos, “para um cidadão que tinha flutuante ancorado ali na frente, que era comprador de juta, de borracha”; lembrou-se ainda que o mesmo “cidadão” comprou um flutuante feito no interior, rebocando-o em seguida para as águas do rio Negro na frente de Manaus. Esse flutuante era tão grande que, segundo João, pegava “[...] 300 toneladas de peso em cima dele [...]”, comprando, armazenando e negociando “[...] juta, borracha, pirarucu, couro de jacaré, essa coisa toda [...]” que, como explicou, já tinha compradores certos em Manaus, “a juta era na Brasil-Juta (fábrica local), os couros de jacaré era geralmente pra esses curtumes que tinha, pirarucu vendia pra esses comerciantes que exportava pirarucu e assim por diante” (Entrevista, Manaus, 27/11/2008).

Outro grande comerciante da “cidade flutuante”, lembrado por vários entrevistados, foi o chamado “Paraíba”. Seu nome nunca conseguimos descobrir, sua trajetória muito menos, podendo, partindo do apelido, se tratar de um nordestino, entre tantos vindos para Manaus nas levas da década de quarenta, fixando-se na capital e, à exemplo dos Arqueiros de Paiva, também começou a vender miudezas na praia do Mercado, adquirindo em seguida um flutuante de comércio nas águas vizinhas onde prosperou na venda tanto de estivas e comestíveis, como dos gêneros de exportação.

De qualquer forma, bastava perguntar pelo Paraíba e todos sabiam de quem se tratava na “cidade flutuante”. “tinha o flutuante do ‘Paraíba’ que era um grande comércio aqui na frente, bem na frente da cidade, era um dos maiores comerciantes”, enfatizou Mário dos Santos que conheceu o flutuante do “Paraíba” principalmente porque era lá que ele tomava os barcos com destino ao interior onde nasceu (Entrevista, Manaus, 17/06/2005).

Na década de sessenta, alguns comerciantes da “cidade flutuante” foram sendo arrolados pelas burocracias fiscais do governo que, não podendo conter o avanço da “cidade flutuante”, procurou retirar qualquer quinhão dos mais de “Um Bilhão de Cruzeiros” que, segundo Serra e Cruz, representavam a movimentação comercial da “cidade”, apenas para o primeiro semestre de 1964, rendendo as receitas do Estado quase 53 milhões de cruzeiros (SERRA e CRUZ, 1964, p.32).

Mesmo considerando a fragilidade desses números frente a um comércio que escapava a um controle oficial e que cômputos superlativos, comuns nestas pesquisas, estavam mais a serviço das justificativas de destruição da “cidade flutuante”, eles não deixam de sinalizar a força econômica destes comerciantes do lugar como o “Paraíba”, “os Cordeiros”, “os Nobres” e “os Assayag”, sublinhados nas narrativas orais como expressão de riquezas e prestígios do lugar, cada vez mais pensado como uma “cidade” reclamada pelos mais diferentes moradores de Manaus, como alguns dos nossos entrevistados.

Conclusão: a “cidade flutuante” culturalmente grafada

Morar para os moradores da região Amazônica, especialmente para o caboclo ribeirinho do interior, significa principalmente estar em contato íntimo com a água que lhe serve não somente para saciar sua sede e matar sua fome, mas representa ainda sua estrada, seus chão, seu trabalho, seu elemento mediador com o mundo e sua identidade enquanto sujeito histórico.

No Amazonas, sempre foram comuns as migrações, sazonais ou definitivas, entre o interior e a capital. Esses migrantes ribeirinhos, ao aportar na capital traziam consigo toda essa milenar bagagem cultural fortemente marcada pela relação com as águas e umas das mais vigorosas expressões dessa cultura em Manaus seria a própria construção da “cidade flutuante”, onde vários desses ribeirinhos poderiam continuar

dando vazão aos seus modos de morar, trabalhar e viver, nos quais a interação com as águas representa um dos elementos culturais mais significativos.

Por esses vieses, a força dos flutuantes de Manaus, enquanto uma cidade propriamente dita, não se mede apenas pela sua impactante demografia ou pela sua relevância econômica, mas revela-se ainda por uma força cultural, própria da região amazônica, da qual aqueles caboclos ribeirinhos sempre foram os maiores portadores e produtores, procurando, por intermédio de experiências específicas, como as moradias flutuantes, reclamar seu direito à cidade de Manaus.

Assim, retomamos às consagradas ideias de Raymond Williams sobre “campo e cidade”, das quais é estratégico para nossas reflexões o seguinte trecho: “A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões” (WILLIAMS, 1989, p.19) como as tomadas por muitos dos ribeirinhos amazonenses, recém-chegados a Manaus, entre os quais alguns dos entrevistados cujas variadas experiências começaram, como apregoa Williams, a se movimentar e a se entrelaçar no interior da urbe.

É também recorrendo a experiências próprias do poeta amazonense Thiago de Mello que, como tantos outros, também aportou com a família na capital amazonense na década de vinte, “a força de toda uma vivência interiorana, que chegava e se manifestava na vida da capital” (MELLO, 1984, p.30).

Reflete-se ainda a luz das ideias do “*continuum*” entre “cidade e zona rural” de Alessandro Portelli. Estudando um caso específico, Portelli percebeu as influências e choques dos mais variados modos de vida experimentados a partir da década de cinquenta na cidade industrial de Terni na Itália, quando diferentes culturas de aldeias vizinhas se movimentaram para Terni, pondo à prova antigos e tradicionais códigos e valores culturais urbanos (PORTELLI, 2003, p.47-63).

A própria “cidade flutuante” de Manaus, nesses termos, pode representar a mobilidade das relações humanas aludidas por Williams, ser um dos mais poderosos

exemplos das manifestações culturais interioranas aludidas por Mello e também expressar o complexo “*continuum*” que liga o urbano e o rural analisado por Portelli.

Se a cidadania, como apregoa o antropólogo Antonio Augusto Arantes, se vincula a um sentimento de pertencer a algo que nos localiza em um mapa social (ARANTES, 2000, p. 132-144) o “endereço” urbano que nos leva aos ribeirinhos amazônicos é o rio, o igarapé, o lago, o furo, o paraná, a várzea, o alagado.

É a este “mundo”, a esta coletividade que eles pertencem, transformam e são por ele transformados, movendo, levando, transitando com este mundo de culturas próprias por onde quer que andem. A “cidade flutuante” de Manaus também se justifica e se reconhece a partir dessas culturas peculiares e isso não tem nada de determinismo, exótico e/ou romântico como prega determinada historiografia.

Em meio as suas “tintas”, morar sobre as águas constitui uma prática que ora se adequa a uma explicação determinista natural/geográfica em que o homem, tal como uma árvore ou um rio, compõe uma paisagem natural dentro da qual não interage, apenas mimetiza-se instintivamente a ela; ora explica-se por um contingente de motivações econômicas em que as necessidades de moradias obrigam pessoas pobres a irem morar em flutuantes. Tanto em uma, quanto em outra, as explicações são processadas quase à parte das vontades humanas.

A explicação determinista natural/geográfica sobressaiu principalmente nos instantes iniciais dos flutuantes, antes de seu *boom* demográfico nos anos 50 e 60. Até então, moradias flutuantes costumavam ser referendadas como práticas bucólicas, inata do caboclo/ribeirinho em que se ressalta uma predisposição romantizada destes sujeitos sociais a irem morar, instintivamente, nas ribeiras e nos igarapés, onde poderiam dar vazão aos hábitos da pesca, da rede e do ócio.

Tal perspectiva pode ser flagrada em trabalhos importantes como os do geógrafo amazonense Moacyr Silva que em meados de 1943, quando palmilhava os rios da região, pintou um quadro natural amazônico em cujas tonalidades o homem local ajusta-se, conforma-se, rende-se aos espaços:

O homem amazônico que ainda não pode vencer a **lei determinista** permanece ao gosto do espaço, **mimetizado** principalmente as várzeas. Com seu profundo senso de acomodação geográfica o caboclo seleciona a foz dos igarapés, o ângulo das confluências, as margens mais bucólicas para ali levantar sua habitação, fazer **vida calma e sem ambições**, saqueando o rio para comer, dormindo **preguiçosamente** catorze horas por dia, dançando rezando nas ladainhas.

A maromba, as jangadas, a morada palafita, **o flutuante** representam elos dessa cadeia em que o homem se ajusta gostosamente (SILVA, 1943, p. 84, grifo nosso).

O sociólogo local, André Araújo, também deixou registrada a questão determinista na qual a moradia flutuante surge como um cenário do meio na medida em que: “A água impunha isso. Os animais, a floresta, os meios de condução, a casa de moradia, as **habitações flutuantes** (...) o sol, a terra caída”. E, mais adiante, sentença o condicionante hídrico que define o rumo das vidas nos interiores amazônicos: “Os alagadiços, a várzea, o igapó, a canoa, **o flutuante**, a jangada, o remanso, a corredeira (...) o rendilho fluvial, toda a terra impera com o seu determinismo liquido sobre o individuo” (ARAÚJO, 1948, p. 43-44, grifo nosso).

Em 1956 quando a “cidade flutuante” vivenciava uma marcha crescente de moradias e serviços, Araújo também apreende estas mudanças à luz de outro determinismo, o econômico, percebendo as moradias flutuantes que “[...] crescem errantemente, de rio a rio [...]”, apenas como uma estratégia de “negócio (comercial) do chefe da casa”. O que se flagra em suas construções é a justaposição de uma e outra perspectiva. Assim, nas páginas seguintes, o autor volta a tecer considerações deterministas do meio sobre a vida amazônica:

Há um **sentido hídrico** na vida do homem amazônico, que sobrepuja ao sentido telúrico (...). Daí a vida amazônica ser toda dirigida no rumo das águas (...). O Caboclo tem **sentido inato da geografia das águas** de sua terra (...). Dá-lhe as estradas para as canoas, para as igarites, para as montarias, batelões, regatões, **flutuantes**, gaiolas, vaticanos, lanchas e motores (ARAÚJO, 1956, p.324 e 332-333, grifo nosso).

Estes reducionismos influenciariam o próprio trabalho pioneiro de Serra e Cruz nos anos sessenta. Estes, em síntese, mesmo pretendendo um levantamento de

informações quantitativas sobre a “cidade flutuante” (utilizadas para justificar sua demolição) deixaram explicações bastante influenciadas pelos fatores condicionantes do rio ou, como pouco conheciam a região, acabaram por adotar o discurso determinista dos intelectuais locais. O historiador amazonense Samuel Benchimol, prefaciador do livro de Serra e Cruz, em determinada passagem destaca o homem da região como apenas um “hidróbio” que chegando à capital procuraria instintivamente “o meio ambiente para se fixar nas casas palafitas nas beiras dos igarapés ou nas casas flutuantes” (SERRA e CRUZ, 1964, p.20).

André Araújo, anos mais tarde, verticalizando seus estudos sociológicos para Manaus, descreve os flutuantes como quase uma geração espontânea, como se fossem uma criação dos rios e igarapés da cidade e não dos homens. Em suas análises, aqui e ali os sujeitos ribeirinhos despontam, no entanto mais como fator secundário, um apêndice, mais uma criação dos flutuantes do que o contrário:

Neste aspecto de cultura em Manaus um ponto que não nos deve passar despercebido é o dos “flutuantes” que se multiplicavam nos nossos igarapés.

A paisagem social dos “flutuantes”, com os seus telhados oscilantes, era das mais originais. Em todas as margens dos igarapés estavam surgindo diversos “flutuantes”, que mercadejavam em tudo.

Famílias ali vivem, anos e anos, criam filhos, e não se apercebem de certas dificuldades e perigos; tem sua vida social, dali não saem.

Era um fenômeno que alarmava essas cidades fluviais; que cresciam pelos igarapés; que se esticavam e avançavam de rio adentro, com inúmeras casas flutuantes, onde havia um forte comércio, que compra e vende de tudo, onde famílias vivem e se desenvolve sobre a água.

É o flutuante, um dos aspectos da economia da água que dirige grande parte da vida amazônica. A enchente, a seca, o repiquete [retorno incomum das águas durante a vazante, quando ocorrem as grandes cheias], o inverno, a praia, o lago, a várzea comandam, em meia simbiose, a vida do povo.

O **flutuante de residência**, o **flutuante de comércio** tem sua característica própria, sua psicologia especial, sua feição de necessidade, seus motivos comerciais fáceis a certos negócios escuros.

Há, entretanto, ali também gente honesta, que trabalha, que luta com dignidade pela vida. (ARAÚJO, 1974, p.168, grifo nosso).

Não é nossa intenção desconsiderar o meio natural e nem tão pouco os fatores políticos e econômicos; o que não comungamos é da premissa que estes formam uma cultura à parte, pré-existente, como se “corressem” indiferentes ao homem amazônico pairando e atravessando natural e imperativamente as suas vidas. Inanimados, os sujeitos não interferem nem no meio e nem na história, apenas são ajustados por uma cultura condicionante alheia e independente de suas vontades que de fato, dentro dessa perspectiva, não existem.

Pelo contrário, quando homens e mulheres decidiram morar e trabalhar sobre as águas de Manaus, fundando a “cidade flutuante”, uma confluência de fatores políticos, econômicos e experiências culturais acumuladas de morar próximo aos rios, concorreram para isso, mas o fizeram igualmente por acreditar e depositar naqueles espaços suas esperanças por melhores dias, conferindo assim, novos traços à frente, ao rosto de Manaus, seu portão de entrada para o mundo, a partir do qual os moradores da “cidade flutuante” recriaram territórios próprios, mas, sobretudo reivindicaram seu direito à cidade e a cidadania.

Finalmente, retomo o entrevistado Renato Chamma que nenhuma afeição guarda pela “cidade flutuante” da qual, na condição de tradicional comerciante e morador do Centro, fora vizinho.

Apesar do laconismo e impaciência do velho comerciante, consegui “arrancar” algumas lembranças da “cidade flutuante” e da Manaus de outrora, traços de “duas cidades” que não existem mais, a não ser nas lembranças de quem as sentiram e as reconheceram:

[...] eu morei na rua Barão de São Domingos n° 47, não existia a cidade flutuante, só lanchas que vinham do interior e ficavam no barranco, quando secava tinha praia, então os ribeirinhos traziam mercadoria pra vender frutas, legumes, tudo, melancia, tudo que era de fruta, tudo. Eu tenho uma fotografia aí na beira quando era porto de lenha, tinha dois vendedores de lenha aí: seu Rodrigues e o Lampião, quando tinha fogueira, a gente fazia, a gente tirava as lenhas dele, fazia fogueira, eles tinham que ficar de vigia. Sim, mas aí eu acho que 1945, eu me mudei da Barão de São Domingos pra rua dos Barés, foi aí que eu não sei exato o ano, mas deve

ser 1950, 50, 51, começou a formar a cidade flutuante. Tinha o Clube Amazonense de Regata, a gente jogava muito futebol (...) bem aqui na antiga [avenida] Joaquim Nabuco, tiraram tudo, tiraram tudo! Mas antes deu um temporal, desabou e quebrou tudo, todos os barcos. E aí eu acho que o flutuante começou assim em 1951, 52, 53 (...) depois foi aumentando, aumentando, aumentando, como uma praga, aí já tinha flutuante, já tinha até telefone, luz tinha, pagavam e esticavam, iam esticando, ia secando o rio, o fio ia esticando, tinha telefone rapaz! (Entrevista, Manaus, 03/08/2005).

Referências bibliográficas

ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: UNICAMP, 2000.

ARAÚJO, André Vidal de. Aspectos Géó-Sociológicos da Amazônia. *Boletim da ACA* (Associação Comercial do Amazonas). Manaus, nº 88, nov.1948.

_____. *Introdução á sociologia da Amazônia*. Manaus: Governo do Estado, 1956.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FENELON, Déa. (Org.). *Cidades. Pesquisa em História*. São Paulo: Olho D' Água, 1999.

LEDRUT, Raymond. *Sociologia Urbana*. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

LEFEBVRE, Henri. *De Lo Rural A Lo Urbano*. Barcelona: Gráficas Román S.A., 1973.

_____. *O Direito à Cidade*. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.

LENZ, Matias M. et al. Os Flutuantes de Manaus. *Revista da CODEAMA*. Manaus, nº 2, p. 02-314, Jun. 1966.

MELLO, Thiago de. *Manaus: amor e memória*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MOURA, Rosa e ULTRAMARI, Clóvis. *O que é periferia urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PORTELLI, Alessandro. Dividindo o mundo: o som e o espaço na transição cultural. *Projeto História*. São Paulo, n. 26, p. 47-64, jun. 2003.

REIS, Arhur Cezar Ferreira. *Plano de Desenvolvimento Econômico e Social*. Manaus: Gráfica do Amazonas, 1965-1966.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RONCAYOLO, Marcel. *Cidade*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986.

SALAZAR, João Pinheiro. *O Abrigo dos deserdados*: estudo sobre a remoção dos moradores da Cidade Flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 1985.

SANTOS, Milton. *A Cidade Nos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. *Espaço e Sociedade*: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

SERRA, Celso Luis Rocha e CRUZ, Wilson Rodrigues da. *Aspectos econômicos e sociais da Cidade Flutuante*. Manaus: Gráfica Amazonas, 1964.

SILVA, Moacir M. F. Tentativa de Classificação das Cidades Brasileiras. *Revista Brasileira de Geografia*. São Paulo, n. 3, p. 283-315, 1946.

SILVA, M. P E. *Sobre uma geografia social da Amazônia*. Manaus: DEIP, 1943.

SOUZA, Leno José Barata. *Cidade Flutuante: uma Manaus sobre as águas, (1920-1967)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2010.

_____. *Vivência Popular Na Imprensa Amazonense: Manaus da borracha, 1908-1917*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GONÇALO M. TAVARES E O ESPAÇO DA GUERRA: OS LIMIARES ENTRE A FICÇÃO E A NÃO-FICÇÃO

Sandra Beatriz Salenave de Brito⁶³

Artigo recebido em: 31/05/2016

Artigo aceito em: 10/11/2016

Resumo:

A literatura pode associar-se a outras áreas do conhecimento para auxiliar na reflexão sobre a realidade. O presente trabalho analisa *Um Homem: Klaus Klump* (2007), romance de Gonçalo M. Tavares, integrante da série O Reino que, segundo uma perspectiva filosófica e geográfica, recria o espaço de guerra em uma cidade sem localização no espaço e no tempo, elaborando um cenário contemporâneo de dor e sofrimento. Nesta obra, o conflito bélico desconfigura e reconfigura todos os elementos da narrativa e propõe a análise histórica em paralelo.

Palavras-chave: Gonçalo M Tavares; O Reino; Espaço de guerra; Literatura Portuguesa Contemporânea

Abstract:

Literature can be associated with other areas of knowledge to assist in the reflection of the reality. This paper analyzes *A man: Klaus Klump* (2007), Gonçalo M. Tavares' novel, member of the series *The Kingdom* which, according to a philosophical and geographical perspective, recreates the war room in a city with no location in space

⁶³ Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora de Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Literatura do Instituto Federal Sul-rio-grandense Câmpus Camaquã. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7068593865414813>

and time, developing a contemporary setting of pain and suffering. In this work, the armed conflict unconfigures and reconfigures all the elements of narrative and proposes historical analysis in parallel.

Keywords: Goncalo M Tavares; The Kingdom ;War Space; Contemporary Portuguese Literature.

* * *

Literatura e História

Um Homem Klaus Klump, primeiro livro da tetralogia O Reino de Gonçalo M. Tavares analisa o ser humano em situações limite, tendo como cenário principal a instalação, o desenvolvimento e o as sequelas de uma guerra que, por vezes, se aproxima da realidade da 2ª Guerra Mundial. No universo da narrativa, o conflito se passa em uma cidade sem indícios de nomes ou localização.

O paralelo traçado entre realidade e ficção é abstrato e os dados são reinterpretados frente a verdades descontínuas, que nem sempre permite uma separação possível entre a ordem e o caos. Como Tavares esclarece a Victor (2010), a série tem por finalidade refletir sobre o passado calamitoso que ainda ressoa no século XXI. No entanto, O Reino configura-se numa releitura sócio-psico-filosófica deste evento somado a diversas leituras e reflexões do escritor sobre essa temática.

Não é a transposição da história para o plano literário, mas uma resignificação do contexto vivido, aproximando-o do cotidiano e da atualidade. A máquina invade o território alheio impiedosa e destemidamente, a ocupar todos os espaços, seja físico, ou sonoro, o mais importante é marcar a sua presença: “Os tanques entravam na cidade. O som militar entrava na cidade e a música calma escondia-se na cidade.

(TAVARES, 2007, p. 8). Tavares propõe uma reflexão sobre a ética, a moral, o instinto de violência, o egoísmo que este contexto introduz.

Theodor Adorno (1973) salienta que somente a educação pode ser a responsável pelo fim de experiências como Auschwitz. De certa forma, essa contenção do impulso à prática da barbárie se relaciona às ideias freudianas (2012) que amparava na cultura a adstração do instinto que permanece aparentemente invisível. Gonçalo M. Tavares, ao trabalhar ficcionalmente a realidade da guerra e do pós-guerra, permite uma aproximação entre literatura e história, que podem se tornar grandes aliadas.

O Reino retrata um passado traumático, cujos horrores amedrontam através de feridas jamais cicatrizadas, que não podem ser esquecidas nem emudecidas. O sofrimento da guerra não é vivenciado individualmente pelo escritor Gonçalo Tavares, mas representa a memória coletiva: “Sou um escritor pós-Auschwitz. Tenho a consciência do que aconteceu”(FARIA, 2009, p. 1).

Tavares, através de sua obra, procura findar com a interpretação simplista, em que os crimes terríveis foram cometidos por assassinos loucos contra vítimas indefesas. O instinto da destruição é assíduo e silencioso e, por isso, segue sendo investigado, tanto no eu quanto no outro, para que não avance. O discernimento de que, em circunstâncias excepcionais, qualquer um pode praticar atos horrendos e inesperados, traz a necessidade do autoconhecimento para evitar a ilusão da ininterrupta bondade humana.

E o que eu gostaria é que esses livros servissem para que os leitores percebessem melhor o funcionamento dos seus motores, soubessem como é que se pode reduzir a velocidade do motor da maldade que nós temos, como é que se pode travá-lo, como é que se pode desviar a aplicação da sua força. Acho que isso é muito mais útil do que partir da ideia, errada, de que somos bons, feitos de outra massa que não a igual a daquelas pessoas terríveis. Acho que isso é que é perigoso: se nós assumirmos que nunca iremos praticar uma maldade... São as pessoas que assumem isso que mais rapidamente entram em atos absolutamente terríveis (VICTOR, 2010).

A incivilidade não foi um episódio desafortunado no curso normal da história, e sim uma prática tecnológica da sociedade industrial e burocrática, por meio da corrupção moral dos fatos, repercutindo um progresso obscuro. “O Holocausto nasceu e foi executado na nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no desenvolvimento cultural humano e por essa razão é um problema dessa sociedade, dessa civilização e cultura” (BAUMAN, 2008, p. 12). Por isso a importância de compreender o presente como intermédio entre a memória e a mudança. E a literatura pode incitar a ponderação, através de uma frase impactante, em que o leitor é impulsionado a reconsiderar toda a sua existência.

O projeto literário de Gonçalo Tavares

Por muito tempo, a literatura portuguesa esteve condicionada à sua realidade social adversa, advinda da censura salazarista e, posteriormente, reflexiva deste momento sócio histórico como uma tentativa de autoanálise e denúncia: quem é este português, ex-imperialista, agora livre ou liberto? A partir dos anos noventa, questões de identidade se desvincularam da temática literária e a variedade de autores e diversidade de temas muito enriqueceu a produção das obras. (REAL, 2012)

Gonçalo M. Tavares é reconhecido pela crítica literária contemporânea como um dos mais importantes escritores portugueses atuais. Sua escrita é baseada na observação, no olhar crítico que fez da literatura seu projeto de vida. A obra analisada neste ensaio, *Um Homem: Klaus Klump*, faz parte da tetralogia denominada *O Reino*, também conhecida como “Livros Pretos”, composta por *Um Homem: Klaus Klump* (publicado em Portugal em 2003), *A máquina de Joseph Walser* (publicado em Portugal em 2004), *Jerusalém* (também publicado em Portugal em 2004) e *Aprender a rezar na Era da Técnica* (publicado em Portugal em 2007). Os dois primeiros romances desta série estão centrados no conflito bélico, enquanto os demais ocorrem após este evento, o qual deixou suas marcas na narrativa e nos personagens.

Gonçalo M. Tavares, que aos quarenta e cinco anos já publicou mais de trinta livros, editados e premiados em inúmeros países, planejou esta série com o objetivo de desencantar. Nela, não ambiciona o prazer estético que a literatura pode promover, e sim um estímulo à reflexão por parte do leitor, como uma provocação que incomoda e exige uma reação, ao retratar cenas inesperadas de violência.

A obra que introduz O Reino é composta predominantemente por capítulos curtos, escritos em uma linguagem simples, algumas vezes, com a repetição proposital de palavras, através de estruturas frasais também muito curtas, que exploram o sentido filosófico das afirmações. *Um homem: Klaus Klump* é dividido em duas partes, mas os capítulos são apenas numerados, sem títulos que orientem o leitor. É uma obra que, em muitos momentos, propõe uma leitura vagarosa, frase a frase, palavra a palavra, um romance que versa sobre a transformação do homem na era dos extremos. A tetralogia apresenta pessoas comuns, assim como “pessoas estranhas”, que não produzem coisas significativas, mas que formulam um pensamento espontâneo e original no instante em que se encontram frente a um acontecimento sem precedente. (BOZIC, 2010).

Os espaços

Antes de dar início à discussão propriamente dita, cabe ressaltar que a definição de um conceito de espaço perpassa diversas áreas do conhecimento, como a arquitetura, a geografia, a arte, a física, a literatura. A abordagem deste texto visa a demonstrar que as ações dos personagens são influenciadas pelo espaço e também o constroem. Por isso, a análise está centrada nos excertos da obra, para mostrar essa (trans)formação do espaço.

Luiz Alberto Brandão (2007) delimita quatro modos de abordagem para observar o espaço na literatura, sendo estes: a representação do espaço, o espaço como forma de estruturação textual, o espaço como focalização e o espaço da

linguagem. O âmbito da estruturação textual vincula-se aos procedimentos e recursos que fundamentam o texto, enquanto a focalização analisa “a voz” ou o “olhar” do narrador e dos personagens, ao passo que o espaço da linguagem concebe a palavra conforme sua materialidade espacial.

A representação do espaço trabalha com a perspectiva de lugares de pertencimento ou movimentação dos personagens, e também com o espaço social, ou seja, a circunstância histórica, econômica e cultural, do mesmo modo que o ambiente psicológico, que engloba os sentimentos e emoções como expressão da subjetividade na concepção da obra. Esta será a perspectiva adotada ao longo desta exposição. A literatura, na qualidade de representação artística autônoma, pode buscar na história sua fonte de inspiração, reinterpretando e até mesmo subvertendo os fatos através da paródia e da ironia, segundo prevê a estética pós-modernista.

Em *Um Homem: Klaus Klump*, ocupar o espaço, além de preencher o ambiente com a presença física, significa impor a sua música, ironicamente calma, que em pouco tempo infligirá angústia, medo e inquietação. E, nesse contexto, a mulher passa a ser percebida como um objeto do homem local que também deve ser ocupado, violado. Frágil, inativa, desrespeitada, perde a dignidade:

Os homens que são mais fortes entram para o exército, os homens que são mais fortes violam as mulheres que ficaram para trás, as mulheres dos inimigos que fugiam.

Um soldado de rosto muito vermelho baixa as calças masculinas fortemente contra o chão. Fortemente as mãos tiram o vestido, como se os cortinados fossem arrancados e mostrassem uma anatomia em estado raro: seios de tamanho grande que tremem. O homem tem o rosto ainda mais vermelho e o pênis também vermelho. Matéria vermelha fornicava longamente uma mulher fraca. (TAVARES, 2007, p. 9).

Johana é a mulher que observa a apropriação de todo este cenário, mas ainda não é ela a mulher estuprada. Seu olhar não é indiferente: urina-se. Neste mesmo momento, Klaus, seu namorado, está lendo e percebe o ruído dos aviões que agora se apodera do céu da cidade. É a guerra a ganhar seu espaço, nas ruas, nos sons, nas ações dos soldados: “Os tanques passam nas ruas. As ruas têm o nome dos nossos

heróis. Eles não conhecem a língua (...) E os tanques não têm tempo para aprender línguas.” (idem, p.10). A escultura está sendo modelada pelo superior que desconsidera o oponente.

Que sons, afinal, eram aqueles – o da bala, o do gatilho a ser preparado, o da granada? O de um certo som preto – ele não conseguia encontrar uma melhor definição – som preto que ele ouvia sair dos sítios onde uma bomba havia rebentado há segundos – que sons eram esses? (idem, p.87)

Neste espaço de violência, espera-se sempre os piores valores: “Na guerra não há caridade e a dor diminui bruscamente de valor.” (idem, p.45). E ainda mais: “Quando o inimigo é simpático é sinal de que somos completamente inofensivos. És tão fraco que até o teu inimigo te ajuda.” (idem, p.65)

Um homem: Klaus Klump

Já na primeira página da obra se instaura o antagonismo entre geografia e história, que aclara o princípio humano de desejar a ampliação do seu território e, para que cumpra esse objetivo, o massacre é o preço a ser pago por tamanha conquista.

Avançamos sobre a geografia, estamos ainda no sítio antes da geografia, na pré-geografia. Depois da História não há geografia.
O país está inacabado como uma escultura: vê a geografia de um país: falta-lhe terreno, escultura inacabada: invade o país vizinho para finalizares a escultura. Guerreiro-escultor.
O massacre visto de cima: escultura. Todos os restos de corpos podem ser o início de outros assuntos. (idem, p. 7)

Com estes três pequenos parágrafos, Gonçalo retoma uma grande parte da história em que as diversas nações estabeleceram múltiplos combates para ampliar e manter o território conquistado ao preço de muitas vidas. E a partir da invasão da cidade, jamais nomeada ou situada no mapa, como já foi dito anteriormente, todas as relações, sejam elas entre personagens, as ações ou os espaços: tudo é modificado.

Esta perspectiva está focada nos vencedores que buscam ampliar suas fronteiras, insensíveis ao sofrimento daqueles que mais do que um local perdido, acabam tendo suas trajetórias devastadas, como o desenrolar da narrativa salienta. A ironia tavariana, ao comparar a guerra com o ato de esculpir, retira, em um primeiro momento todo o transtorno que estas desavenças trazem através da brutalidade dos atos dos combatentes. Mas inclui a crítica acre que constata a atrocidade que tal evento traz consigo: “O massacre visto de cima: escultura. Todos os restos de corpos podem ser o início de outros assuntos.” (TAVARES, 2007, p. 7). E que outros assuntos poderiam ser estes? Talvez seja necessário uma narrativa inteira para nomeá-los. De todas as perdas, a morte é a mais imediata.

Vale ressaltar, que desde o início, há um espaço interdito às mulheres. A guerra nem tinha se instalado por completo e Johana, que ignorava seu avanço, “saiu do velório e entrou num bar onde se cantava estupidamente o hino porque havia um jogo importante. Baixou os olhos, pediu um copo de vinho, às mulheres não damos vinho disse o homem, rude, não se interrompem homens quando cantam o hino.” (TAVARES, 2007, p.8)

Aqui está uma das tantas desconstruções sobre o patriotismo: cantar o hino antes de jogos que são considerados importantes em detrimentos de outros elementos, irrelevantes, como se destes símbolos dependessem a força da nação. “A bandeira de um país é um helicóptero: é necessário gasolina para manter a bandeira no ar; a bandeira não é de pano mas de metal: abana menos ao vento, frente à natureza.” (TAVARES, 2007, p.7). Os símbolos da pátria ocupam um espaço frívolo diante do ataque alheio. O que move uma nação, muito mais do que o patriotismo ilusório é o seu poder financeiro e militar representado pelas máquinas e metais, que garantirão a manutenção do território, da soberania, e, se possível, a ampliação das fronteiras.

Em relação a Johana, desprestigiada neste local em favor dos homens que lá estão, não se intimida: “tinha uma pedra no bolso, uma pedra forte; (...) pequena, mas

densa, há energia nas coisas e energia violenta que os olhos percebem, Johana tirou a pedra do bolso, colocou-a em cima do balcão.” (TAVARES, 2007, p.8)

A natureza mostra a sua força, não é necessário ser grande, apenas eficiente, da mesma forma que Johana, na segunda página da obra desafia o comportamento padrão esperado para ela naquele contexto. “Se funcionar, cega-te. Mas ela não disse isso, pensou isto. O homem percebeu. Disse: se quer vinho eu dou-lhe. Foi buscar um copo, encheu-o de vinho.” (idem, p.8). Num primeiro momento, a jovem baixa os olhos, como quem evita olhar para um cão que impõe medo, conhece a força alheia, mas comporta-se de maneira meticulosa para não enfurecê-lo.

Por outro lado, diminuída pelo desprezo e pela aspereza do comportamento do outro, usou a mesma violência para sobrepor-se. Ao evidenciar a sua força, o homem acabou respeitando-a. Neste momento, Johana detém um utensílio de potência, mas quando não tiver mais nada para se apoiar, a jovem sucumbirá. Mas frente a atual oposição, as palavras não fizeram falta, a partir dos olhares e dos gestos, o homem aceitou a reação daquela mulher que segurava uma pedra.

Com a evolução do conflito, o espaço da mulher se torna cada vez menor, pois ela própria será invadida pelos agressores. A visão de que o homem é o sexo forte e por isso domina a mulher que é frágil é uma constante na política de guerra, e diante do afrouxamento da rigidez social que já não impõe um comportamento moral neste contexto, “não há como se enganar, no fundo de todas essas raças nobres é impossível não reconhecer a fera loira que ronda, em busca de presa e de vitória; esse fundo oculto tem necessidade de aflorar de quando em quando, é necessário que o animal saia novamente, que retome à amplidão selvagem. (NIETZSCHE, 2009, p.44) O bárbaro está contido no cidadão comum, esperando o momento de se manifestar, não é um ser diferente dos padrões, a circunstância é que o traz à tona, cria o seu espaço.

Na primeira obra da tetralogia, qualquer indício do outro que agride é motivo para temor e cautela. Johana chora ao ouvir a música estrangeira e corre para casa. “A

música é um sinal forte de humilhação. Se quem chegou impõe a sua música é porque o mundo mudou, e amanhã serás estrangeiro no sítio que antes era a tua casa.” (TAVARES, 2007, p.20). A música passa a prenunciar as ações do inimigo, expandindo a implantação do medo: “Uma orquestra militar ascende pelo edifício central e a música desce como os aviões que querem atacar. Transformaram a música numa peste, numa forma de doença que vem pelo ar. Até a água está contaminada com a música.” (idem, p.26) E o condicionamento da música auxilia a expandir o temor aos que ficaram na cidade: “As mulheres e as crianças ganharam medo da música. Esta música anuncia-os. Eles chegam ao início da rua e as mulheres e as crianças afundam-se nas cadeiras. (idem, p.26).

Klaus, no início da narrativa, é um editor de livros, alheio a guerra, tanto aos militares que invadem a cidade, quanto aos revoltosos que resistem escondidos na floresta. Um militar fez com que ele beijasse suas botas para não lhe quebrar os óculos e Klump se submeteu, apesar de contrariado, em silêncio. Neste momento, Klaus é um homem fraco e suas ações revelam sua personalidade. “Exigir da força que não exteriorize sob forma de força, que não seja um querer conquistar, um querer subjugar, um querer tornar-se dono, uma sede de inimigos, de resistência e de triunfos, é tão insensato quanto exigir da fraqueza que se exteriorize como força.” (NIETZSCHE, 2009, p.48)

Klaus ainda não tinha força, mas irá adquiri-la ao logo de sua trajetória. Por enquanto, assume sua fraqueza sem constrangimentos ou reflexões. “A vergonha não existe na natureza. Os animais sabem a lei: a força, a força; a força. Quem é fraco cai e faz o que o forte quer. (...) A natureza avança com o que é forte e a cidade avança com o que é forte: qual a dúvida? Queres o quê?” (TAVARES, 2007, p.12). Aquele que é mais forte sempre se vangloriará em humilhar o mais fraco, pois “os bárbaros orgulhavam-se dos vestígios deixados em sua ação” (NIETZSCHE, 2009, p.44).

Klump não é um patriota de seu país, “sua pátria” é seu trabalho de editar livros perversos, contrários a política e a economia vigente. Ele “não apreciava de

maneira particular a pátria, cuspiam nela, mas era capaz de morrer pelos seus livros e pelos hábitos.” (TAVARES, 2007, p.18) Está alheio à morte de seus amigos, e aos mortos que foram assassinados por eles. Como não fora diretamente atingido, tentava manter-se neutro, afirmando que “um homem durante a guerra deve ser surdo-mudo até se possível.” (idem). Quando mexem na pátria de Klaus, ou seja, quando estupram a sua namorada, ele precisa desacomodar-se e começa a complicação da narrativa. Klaus também parte para a mata, separando-se definitivamente de Johana. “Um homem insignificante com raiva torna-se forte.” (idem, p. 36).

Esse jogo de poder, em que cada espaço se converte em uma nova batalha, irrompe nos sons e nos silêncios: “Cada lugar dos meus já deve ter outros sons. Os lugares mudam de sons de acordo com as pessoas. Se há mais pessoas a falar outra língua em cima de um lugar esse lugar muda: são os sons que mais mudam um lugar.” (TAVARES, 2007, p. 64). Enfim, no panorama como um todo há uma mecanização dos comportamentos: “Na paisagem as máquinas substituíram os animais. As máquinas não deixam fezes nos passeios.” (idem, p. 33).

Neste novo cenário, é preciso adquirir outros costumes, sempre na tentativa de escapar, de se precaver, já que o medo já se consolidou: “E a cidade tem uma poeira diferente. A claridade é um indício de que pode ser visto, e isso não é bom. A claridade tornou-se negativa. A claridade é uma coisa que te bate como um pau, não é algo que pouse sobre ti.” (idem, p. 42). É quase impossível sentir-se seguro, em casa, como propôs Bachelard (1974), neste contexto tão adverso, todos os elementos são desfavoráveis.

Espaço de proteção

Bachelard (1974) percebe na casa a imagem mais concreta de um espaço de proteção, mas em tempos de guerra, o lar é desfeito e apoderado por outros, esta ideia

desmorona, pois não existe mais a separação do público e do privado, todo e qualquer recinto deve ser profanado. Os irmãos e os maridos são os protetores das mulheres, na ausência destes, estão completamente desprotegidas. Johana é estuprada por Ivor, que, no início, necessita da presença de outros soldados para efetivar sua ocupação, mas com o tempo, a moça já não resiste mais.

A mulher fraca se não quiser morrer precisa agir como se forte fosse, o instinto de sobrevivência é a garantia da proteção masculina reajustada na figura do soldado que vem visitar para satisfazer seus instintos. Enquanto os “seus” homens não retornam, é necessário desenvolver a própria maneira de resistir. “A brutalidade instalou-se e já não magoa ninguém.” (idem, p.48). Os valores antes e depois da guerra estão totalmente invertidos:

E as mães já não se comovem quando um soldado viola as filhas. As velhas beijam soldados, não choram quando eles saem: preparam a ceia, dizem à filha: vamos continuar, é urgente preparar a comida: endireita a cama, dizem elas. E os filhos masculinos vão orgulhar-se de essas mulheres não terem chorado. (idem, p.26)

As crianças, desalentadas, tentam adquirir esta força, e, para cultivar a esperança, o refúgio pode estar na imaginação e na literatura. Ainda que as professoras, fingindo segurança, tentem lhes ensinar atitudes práticas, como fugir em caso de perigo, os pequenos não compreendem a situação que vivem, e necessitam de uma ilusão que os abasteça. “A professora chora. A criança pede-lhe uma história. A professora conta-lhe a história e a criança adormece ao colo dela. Está cheia de fome e ainda adormece.” (idem, p.33). Entretanto, outras crianças já perderam a inocência e foram lutar com os homens, muitas dando a própria vida por este objetivo.

Há apenas duas possibilidades: esperar ou lutar. Herthe é uma mulher que faz de seu corpo o território da força. “Nunca pensava no que já havia sucedido. Entendia-se com os militares. As suas ancas já tinham entregado vários guerrilheiros. Herthe era uma mulher que queria manter o seu jardim.” (idem, p.43). Ambicionava preservar sua família, seus pais e seu irmão de doze anos. “Poucos militares tinham

dormido com Herthe. Só os mais poderosos, e eram esses que a protegiam.” (idem). O lar desfeito já não é acolhedor, necessita-se criar outro refúgio, esteja este no próprio inimigo, na fantasia, no teu novo afazer.

A mata

Klaus era um homem das palavras, na floresta foi emudecendo, na prisão endureceu as poucas palavras que pronunciava. “A personalidade é uma obra prima que se faz dia e noite. Não demora meses, demora mais tempo que a fazer um palácio. A personalidade é um trabalho onde se entra, requer esforço.” (idem, p.25). Klump vai lutar na guerra e, paulatinamente, transforma-se em outro homem, com novas ideias, ações e hábitos. “Klaus falava agora de gramática errada, falava confuso.” (idem).

Klump possui duas faces: a coletiva e a individual. É o cidadão: “Um Homem”, como define o título, em sua luta singular pela sobrevivência. Para atingir suas metas, abandonou seus princípios, mas antes de se tornar este novo sujeito, integrou uma comunidade que lutava contra a guerra, fazia parte de um grupo que o resgatou da prisão, depois de enfrentar alguns obstáculos sozinhos e deixar tantas pessoas de suas relações para trás, desenvolveu seu egocentrismo.

Na mata, Klump conheceu Alof, que carregava um balde preto cheio de água com flautas claras. Antes da guerra, Alof era dono de uma loja de instrumentos musicais, mas queimaram sua casa e levaram sua mulher. O balde agora representava a sua história e levava-o sempre consigo aonde fosse. A música era sua maneira de amenizar a força, isso antes da guerra, pois agora também estava se tornando bruto, já não tinha sensibilidade para tocar.

A paisagem seguia mudando para muito além da dicotomia cidade *versus* mata, a guerra conquistava novos espaços, interferia na realidade e nas lembranças de todos. Ninguém toca num cavalo morto que está na rua há mais de uma semana.

Está no meio da rua, já não passam carros, já não passam casais simpáticos de sombrinha na mão. Há um muro entre o ano passado e hoje. Um muro altíssimo: ninguém percebe o que sucedeu: como se constrói um muro no tempo? Como se tapa na cabeça das pessoas aquilo que aconteceu? (idem, p.26)

Ao longo de todo o primeiro romance, a natureza vai perdendo seu espaço para os elementos bélicos: “Há infiltrações do metal por toda a cidade. Antes havia aquilo a que chamavas pequenos jardins. O cinzento enquanto cor é bem mais guerra do que o verde.” (TAVARES, 2007, p. 41). E essa provação vai modificando tanto o cenário externo quanto interno. “As armas são o que resta de uma série de instrumentos e experiências.” (idem, p. 45). As distâncias não são mais as mesmas: “Na guerra os corpos estão mais perto uns dos outros, tanto dos amigos como entre inimigos.” (idem, p.45). Deve-se ter cautela com a observação, mas acima de tudo é necessário agir, visto que "o pensamento torna-se uma parte da paisagem quando não se transforma em acto. E a paisagem é uma coisa que se pisa ou vê." (idem, p.100)

A deteriorização pela guerra

O espaço narrado, ainda que contenha poucas descrições, é predominantemente urbano, mas há uma oposição entre o comportamento anterior e posterior ao conflito. Quando Klaus e Johana se veem pela primeira vez, a harmonia prevalecia na cidade, depois, a selvageria foi imposta nas ruas, como o estupro das mulheres, furto de objetos, sequestro de pessoas. “Os cadáveres colocavam-se em sítios altos para que os inimigos os vissem bem. Mesmo os nossos cadáveres. Ao longe ninguém percebe se é nosso ou deles. Os cadáveres expostos assustam mais do que os tanques.” (idem, p.55).

É a guerra que agora segrega o tempo, como um antes e depois do evento: “Antes de os tanques entrarem e de o cavalo estar meses a apodrecer no centro da rua, antes, disse Herthe, antes, eu tinha um pequeno jardim. Como muitos dos habitantes da cidade.” (TAVARES, 2007, p.38)

O ambiente é o mesmo, é a mesma cidade, mas as ações mudaram-na completamente, tornando-o um novo território, reflexo dos novos proprietários. A ambientação implícita confirma que é o espaço atroz que molda as ações das personagens, que vão muito além da oposição antes e depois da guerra, depois de certos acontecimentos, os personagens não são mais os mesmos: Alof não retoma sua carreira, Johana não sai do hospício, Klaus e Herthe mudaram completamente suas vidas a partir da vivência durante o conflito.

A prisão

Klaus, inocentemente, procura os serviços sexuais da prostituta Herthe, sem suspeitar que o verdadeiro ofício desta mulher é entregar os revoltosos aos militares. A cadeia também é um espaço da incultura, perceptível na nudez constante dos presos e no estupro dos novatos.

O homem com um arame aproximou-se: outros 3 homens aproximaram-se. Klaus virou-se ligeiro e o homem com o arame babou-lhe a nuca com os lábios. Klaus tentou reagir, os homens agarraram-no, o homem continuava com a sua boca na nuca de Klaus, ouviu ainda alguém assobiar, e o arame, enquanto muitos homens o seguravam e ele tentava sair. Alguém lhe agarrou no pênis com força, empurraram-no para baixo, e foi aí que sentiu de novo, como nojo, a baba na nuca que não parava.” (idem, p.39).

Klaus aprendeu a ser um estrategista, desde as partidas de xadrez com Alof, jamais perdeu. “O preso Klaus era um homem que já não hesitava.” (idem, p.46). Pertencente a uma família rica, seu pai Mikhael Klump era dono de duas fábricas e a economia “não deve sofrer influência da alteração dos mapas” (idem, p.19). E não seria a falta de roupa de Klaus dentro de uma cela imunda com sete homens que alteraria seu pertencimento ao clã dos Klump. O protagonista, agora forte e astuto, percebe a importância do dinheiro neste espaço hostil.

A prisão se configura em um não espaço, em que o tempo psicológico predomina junto com a incivilidade. Este não lugar se assemelha ao vazio. “Estar afastado das coisas é nojento”. (TAVARES, 2007, p.63). “Na prisão terminaram com o céu. Se me dissessem que os planetas e os astros tinham deixado de existir eu acreditava. Até a chuva. Às vezes ouço um som que pode ser da chuva, mas também pode ser de botas raspar no chão, a tirarem lama das botas.” (idem, p.63)

E este novo local esculpe um novo tempo, em que reina a desilusão. "Para mim a História terminou. Se me fecham numa sala durante anos, onde é que existe o país? Nenhum país veio para me salvar, cuspo no país e o país não é um lobo que te morde, é uma paisagem estúpida e subserviente que aceita." (idem, p.63). O cenário poderia ser outro, mas essa possibilidade inexistente no período de guerra, em que o invasor tudo impõe. “Se o muro fosse alto, mas se para o outro lado existisse o mar, e não terra e terra. A terra usa calças e botas, e enjoja-me.” (idem, p. 64)

E o espaço da prisão é opressor: “O frio é mortal em certos ossos desprevenidos. Pouca roupa. Havia cheiro a sémen, a urina e excrementos. Os vômitos eram raros. Em certas noites dorme-se.” (TAVARES, 2007, p.40). E a rotina imutável interfere no tempo e no espaço: “A arquitetura não é difícil: o local é plano, sem sobressaltos, por vezes um homem daria todo o dinheiro só para construir na cela um pequeno socalco, ou um buraco, uma variação no lugar.” (idem, p.40). Somente a claridade pode trazer a tranquilidade. “De manhã há uma tensão educada e sólida. A breve luz acalma os doidos: muita luz não, totalmente escuro não. A melhor fase do dia é quando o dia começa.” (idem, p.40). Percebe-se uma oposição entre a luz que beneficia o encarcerado, mas revela aquele que se esconde.

Com o passar dos dias, os lábios de Klump ficaram pretos e ele falava palavras pretas que queimavam os lábios. “Os lábios escureceram ao mesmo ritmo que o interior do corpo, dizia Klaus, quase divertido.” (idem, p.61). O tempo cronológico da prisão é muito menor ao tempo psicológico do sofrimento que modela o caráter do homem.

O conflito termina e quase tudo volta ao normal, os fortes seguem no comando. “Klaus recebeu os negócios da família como há tempos atrás recebia uma arma: com tranquilidade e frieza.” (idem, p.111). O homem temido, que os militares queriam exterminar, transformou-se no prestigiado senhor de negócios: “Klaus era agora um homem bastante respeitado pelos políticos: além de rico tinha sido combatente, um dos mais brilhantes.” (idem). Assim como “de noite os instrumentos que curam têm os mesmos contornos que os instrumentos que matam.” (idem, p.75), Klump apresenta uma outra face após o final da sua escuridão.

Herthe, que parecia ser manipulada pelos militares, estrategicamente ganha privilégios na sua casa, na sociedade, conquista seu espaço através da sensualidade, realiza um bom casamento, torna-se a viúva respeitada de Ortho, a esposa bem-sucedida de Leo Vast, posteriormente herdeira de sua fortuna, ao fim, passa de antagonista a aliada de Klaus.

Ficção e não-ficção

Através do que foi exposto, pretendeu-se mostrar que a literatura pode dialogar com a história, principalmente em relação à compreensão e à problematização da realidade e do passado. No recorte aqui selecionado, optou-se por privilegiar o espaço da guerra como reflexo e construção das próprias personagens, em constante conflito entre a força e a falta da mesma, das ações mais ou menos morais no contexto da violência.

Os trechos da obra *Um Homem: Klaus Klump* (2007) evidenciam uma preocupação psico-filosófica em relação ao comportamento do homem frente ao outro, em um contexto de conflito, em que a besta humana não é facilmente controlável. Isso torna-se ainda mais claro quando se lê a tetralogia por inteiro.

Noções de espaço, território, paisagem estão pressupostas ao longo deste trabalho que não teve como foco a definição de conceitos, mas a explicitação de que

a literatura também pode refletir sobre estes termos através de uma narrativa que desencanta e provoca o impacto, como pretende os livros pretos tavianos.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. *Consignas*. Trad. Ramón Bilbao. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1973.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. In: *Os Pensadores XXXVIII*. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOZIC, Kristina. *Entrevista de Gonçalo Tavares*, 2010. Disponível em <http://www.berlinda.org/pt/pessoas/goncalo-m-tavares-odeio-a-ideia-de-que-tudo-o-que-se-faz-seja-novo/> Acesso em 20 de dezembro de 2015.

BRITO, Sandra Beatriz Salenave de. *Algumas notas sobre o processo criativo de Gonçalo M. Tavares*. *Nau Literária*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, jan.-jun. 2014. p.272 – 284. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/46940/30161>.

_____. *O Reino de Gonçalo M. Tavares e a voz dos silenciados no espaço da guerra*. *Grau Zero*, Bahia, v.3, n.1, jan-jun 2015. p.243 - 258. Disponível em <http://www.revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/2101/1442>

FARIA, Ângela Beatriz Carvalho. *A grande barbárie é a infidelidade do homem à sua própria humanidade — a propósito de Jerusalém*. In: *Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC*, São Paulo, 2009. Disponível em http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/001/ANGELA_FARIA.pdf.

FREUD, Sigmund. *O mal estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2012.

MELLO, Ramon. *Literatura como projeto de vida*: entrevista de Gonçalo M Tavares. Disponível em: <http://www.saraivaconteudo.com.br/Entrevistas/Post/10333>.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. Coleção grandes obras do pensamento universal. 3ª edição Editora Escala, 2009.

REAL, Miguel. *O romance português contemporâneo*. Alfragide: Editorial Caminho, 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A escritura da memória*: mostrar palavras e narrar imagens. São Paulo: Remate de Males – 26(1) – jan./jun. 2006. Disponível em www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.

TAVARES, Gonçalo M. *Um homem: Klaus Klump*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VICTOR, Fábio. Entrevista de Gonçalo M. Tavares a Folha de São Paulo. *Português* Gonçalo M. Tavares fala sobre maldade, Saramago e o Brasil em 17/07/2010. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/767901-portugues-goncalo-m-tavares-fala-sobre-maldade-saramago-e-o-brasil.shtml>

REGIÕES AGRÁRIAS E AMBIENTAIS DO BRASIL NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Fábio Roberto Krzysczak⁶⁴

Artigo recebido em: 23/08/2016.

Artigo aceito em: 06/11/2016.

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo fazer um breve panorama histórico sobre a definição de região numa perspectiva agrícola e ambiental. Para isso, trabalha com conceitos como de regiões ambientais, regiões agrícolas e ecossistemas. Com o estudo, constatou-se que a região é uma construção do próprio pesquisador, que pode ou não coincidir com um recorte administrativo ou com uma região geográfica preconizada nas cartas geográficas.

Palavras-chave: Região; Região agrária; Região ambiental; Ecossistemas.

Abstract:

This article aims to give a brief historical overview of the definition of an agricultural region and environmental perspective. For this, it works with concepts such as environmental areas, agricultural areas and ecosystems. In the study, it was found that the region is a construction of the researcher himself, who may or may not coincide

⁶⁴ Mestre em Ambiente e Desenvolvimento. Doutorando do Programa de Pós Graduação em História Regional da Universidade de Passo Fundo. Servidor Público do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão. Pesquisador dos grupos de pesquisas: Linguagens, Cultura e Educação (IFRS) e Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (UPF). Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/2231250432559450>.

with an administrative cut or a geographical region recommended in geographical maps .

Keywords: Region; Agrarian region; Environmental region; Ecosystems.

* * *

Introdução

Este artigo propõe tratar dos desafios históricos e jurídicos existentes em relação à definição de região, em especial as ambientais e agrícolas. Pois, hodiernamente, muito se tem discutido sobre regiões ambientais e agrícolas, mas para muitos não há ainda uma identificação clara sobre tais definições. Pois, estudar a região significa penetrar em um mar de relações, formas, funções, organizações e estruturas, com seus mais diversos níveis de interação e contradições.

Então para tal compreensão, inicialmente, é imprescindível entender a região como um todo, caracterizar o que se entende por zona rural, pois a partir destas definições é que vamos passar a identificar o que se interpreta por regiões agrícolas e ambientais. Esses conceitos são básicos também para se compreender as relações entre natureza e história.

Considerando que na contemporaneidade, tende-se a considerar a região muito mais um campo de ações concomitantes de complexas e intensas variáveis do que uma inscrição espacial precisa, equilibrada e de caráter homogêneo.

Breves considerações sobre definição de região

A região é objeto de estudo das mais diversas áreas do conhecimento, como geografia, história e ecologia, e em vista de sua abrangência, para melhor compreensão se faz necessário recorrermos à origem etimológica da palavra. Segundo Gomes

(1995), Corrêa (1997) e Lencione (2003) deriva do latim *regere* que significa governar, o que atribui ao termo região, em sua concepção original, uma conotação eminentemente política, se referindo à unidade político-territorial que dividia o Império Romano. *Regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma (GOMES, 1995, p. 49-50).

O aparecimento da noção de região teve origem quando a necessidade de articulação entre o poder centralizado e sua extensão sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial, exigiu a segmentação do espaço. O termo região passa então, como afirma Corrêa (1997, p.186), a designar uma dada porção da superfície da terra, que por diferentes razões e critérios se diferenciava de outra porção.

Desta forma, a expressão região é empregada no senso comum, no cotidiano, como uma forma de referência a lugares que se diferenciam uns dos outros. Segundo Gomes (1995, p.53), na linguagem cotidiana a noção de região está relacionada essencialmente aos princípios de localização e de extensão, podendo assim ser empregada como referência associada à localização e à extensão de um certo fato ou fenômeno, ou ainda ser uma referência a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial [...] [ou ao] domínio de determinadas características que distingue aquela área das demais.

Nas ciências em geral, o termo região é empregado, basicamente, quando em associação a localização de certo domínio, ou seja, conforme Gomes:

[...] domínio de uma dada propriedade matemática, domínio de uma dada espécie, de um afloramento, ou domínio de certas relações como, por exemplo, na biogeografia, inspirada na ecologia, onde dividimos a Terra segundo associações do clima, da fauna, e da flora. (GOMES, 1995, p.53).

A respeito do assunto Barros esclarece que:

Grosso modo, uma região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. Vale dizer, a região também pode ser compreendida como um sistema de movimento interno (BARROS, 2005 p.98).

Nesta perspectiva, Santos (2003) relata que o desenvolvimento da história, foi lento, por muito tempo permitindo que a região fosse vista como espaço de identidade. Essa identidade regional, que se modificava a passos vagarosos, trazia o enorme peso do passado, das tradições. Os objetos que representavam uma região, que nela se consolidavam, forneciam a impressão de algo praticamente contido em si. As regiões, que se formavam a partir da solidariedade orgânica entre os povos e seus territórios, produziam identidades consistentes ao longo do tempo e limites espaciais coesos entre elas. A solidariedade era fruto de uma organização local, econômica, social, política e cultural que satisfazia as necessidades de cada região. Assim, a diferença entre as regiões se dava pelas peculiaridades das relações internas entre os homens e a natureza, sem a presença, necessariamente, de mediação externa.

Os elementos essenciais da realidade regional apontados por Kaiser (1973) são: o caráter concreto e a realidade histórica da região que enquadra a dimensão física como ponto inicial da realidade regional; o equilíbrio de forças em que pesa a importância do passado; as relações e características comuns de seus habitantes, como sua organização econômica e social; sua organização a partir de um centro urbano. Por fim, ele afirma que a região autossustentada não existe mais; ela é funcional em relação ao exterior e dele depende para sua própria dinâmica.

Neste sentido Kaiser afirma:

Espaço limitado, a região participa de um espaço mais amplo; nesse sentido, ela é dominada, e essa dependência desempenha em sua evolução um papel muitas vezes preponderante, porque ela é ao mesmo tempo aberta e integrada. O poder, financeiro e político, isto é, a capacidade superior de decisão, escapa sempre à região; ele é deslocalizado (KAISER, 1973, p. 281-282).

Ainda, no que tange à sua conformação histórica, cada região é resultado da combinação incessante de variáveis distintamente datadas, de vários tempos da

divisão internacional do trabalho. Os tempos, de acordo com os lugares, tornam-se diferenciados uns dos outros devido às exigências da demanda externa e da própria lógica interna existente em cada região.

Em uma região onde a composição orgânica do capital é alta e favorece a circulação de mercadorias, as trocas configuram um ambiente regional com alta capacidade produtiva, o que conduz à integração com outras regiões complementares. Nesse processo, o rural torna-se industrializado, objeto de ações capitalistas industriais, transgredindo as antigas relações tradicionais agrícolas.

Mesmo as áreas agrícolas não atingidas diretamente pela modernização são incorporadas à dinâmica do processo pela migração campo-cidade e pelo consumo de produtos urbanos. Santos relata que:

Do mesmo modo, a designação região agrícola muda de conteúdo. Áreas dedicadas à produção agrária, mas utilizando relativamente baixos coeficientes de capital, necessitam de aglomerações urbanas, fornecedoras de meios de consumo pessoal e produtivo (SANTOS, 1985, p. 69).

Ainda, Santos (1985) esclarece, que em termos de produção industrial e de serviços, a cidade exerce o papel de distribuidora de mercadorias indispensáveis à reprodução das áreas agrícolas. O que diferirá a região urbana da região agrícola será a densidade das relações mantidas no espaço. A noção de oposição entre campo e cidade ganha ares de complementaridade. O espaço urbano é complementar ao espaço rural. Há, porém, exceções, como os enclaves, zonas produtivas caracterizadas por elevada densidade de capital, que não estabelecem relações de complementaridade com seu entorno.

Refletir sobre a região, então, implica não somente a compreensão da produção e da circulação de coisas e de objetos em seu espaço, mas também o entendimento da criação de resistências, de desejos, de vontades que correspondem às necessidades e carências específicas de cada lugar, que podem estar conectadas às necessidades e carências de outros lugares.

Contudo, nos faz um alerta Chiaramonte:

Las infroctuosas tentativas de definir el concepto de región provienen de supuestos inconscientes que han convertido el vocablo em um cliché, carente de real sustancia histórica. Esto es notório em la historia económica, cuando se parte de la supuesta correspondencia entre um espacio natural definido – como el de una región geográfica – y um conjunto de actividades económicas (CHIARAMONTE, 2008, p.07).

Por isso, a compreensão dos conceitos de produção e reprodução social enriquece a reflexão sobre a região, à medida que se percebe que ela está ligada ao mundo, não só pelo processo produtivo, mas também pelo processo de reprodução social. A região produziria e criaria suas especificidades conforme suas particularidades históricas e culturais.

Assim, temos as teorias desenvolvimentistas, e os conceitos de dependência e de colonialismo interno, que eram as preocupações básicas dos geógrafos. Aos poucos, a própria expressão região foi sendo expulsa das discussões para ser substituída pela noção de espaço. Essa, desprovida da carga histórica que acompanharia o conceito de região, passou a ser compreendida como algo novo, ou seja, como uma aglomeração estruturada, lugar específica da produção, determinado pelos imperativos da economia espacial.

Importante, que o espaço definir-se-ia, enquanto quadro constituído como o centro, que permitiria a explicitação dos conflitos e rivalidades sociais. Assim, o espaço tornar-se-ia o cenário, por excelência, da luta de classes.

Já Yi Fu Tuan (1983) para o tema recorre a uma abordagem voltada a cognição e a psicologia, tratando da afetividade produzida pela humanidade e sua relação com o conceito de lugar. O conceito de espaço surge como espécie de meta-conceito, destacando ainda que o Materialismo histórico entende o lugar como uma expressão geográfica da singularidade; e a corrente Humanística percebe o lugar como uma porção do espaço em relação ao qual se desenvolvem afetos a partir da experiência individual ou grupos sociais.

Este autor aborda a relação entre espaço e tempo na construção do lugar. Para Yi Fu Tuan o lugar é uma área que foi apropriada afetivamente, transformando um espaço indiferente em lugar, o que por sua vez implica na relação com o tempo de significação deste espaço em lugar. "O lugar é um mundo de significado organizado." (1983, p. 198).

Tais constatações levaram os pesquisadores da história a buscar sua própria percepção de região. Tratava-se, agora já com uma consciência crítica do fenômeno, de reconstruir a região histórica, independente dos critérios da moderna geografia. Assim, a região não se impunha previamente como um recorte que delimitava-se e definisse o campo de ação do pesquisador.

Nesse contexto, o termo região continua a designar uma determinada área na superfície terrestre que se diferencia do todo, como afirmou Corrêa (1997). Porém, tal conceito é cada vez mais abarcado por um grande gama de conotações, que possibilitam, de acordo com a aplicação de diferentes critérios, a criação das mais distintas regionalizações.

A categoria região é, nesse sentido, de uso corrente e está disseminada tanto na linguagem comum, como na científica. Ela foi incorporada ao nosso cotidiano, e é também entendida como o resultado de uma divisão regional, no qual é reconhecida na perspectiva de unidade administrativa.

Região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos. Ou em outras palavras, é a realização de um processo geral, universal, em um quadro territorial menor, onde se combinam o geral, o modo dominante de produção, o capitalismo, elemento uniformizador, e o particular, as determinações já efetivadas, elemento de diferenciação.

Regiões agrícolas

Com a expansão do agronegócio e em paralelo também da agricultura familiar e da orgânica, a expressão mundo rural, da mesma forma se disseminou nas mais diversas áreas do saber, como na geografia, ciências sociais e na história. O mundo rural é caracterizado por tudo aquilo que é abrangido pela zona rural, que conforme a legislação brasileira, esta zona vem a ser tudo aquilo que não faz parte do perímetro urbano, ou seja, o campo vem a ser tudo aquilo que não é cidade.

Para que se possa compreender o que se entende por regiões agrícolas, é necessário desmistificar o que é Rural. Para isso devemos recorrer à sua origem que vem do latim, *ruralis*, que é um adjetivo que corresponde ao que pertence ou relativo a campo (um terreno extenso que se encontra fora das regiões mais povoadas e que são terras de cultivo). É exatamente o oposto do que conhecemos como urbano, zona de cidades.

Assim, o rural é a exceção do urbano, estando este rural na legislação brasileira sobre responsabilidade da união, frente a um urbano que se encontra sobre responsabilidade da esfera municipal, no que se relaciona à delimitação, manutenção e cobrança de impostos. Essa delimitação entre urbano e rural é realizada pelo município, o qual tem plenos poderes para caracterizar o limite da sua área urbana da rural.

A autonomia administrativa que os municípios possuem para essa delimitação dentro do seu território, deve ser reavaliada, pois não existem critérios como históricos, culturais, políticos e econômicos para caracterizar um espaço como urbano ou rural, assim, uma simples linha imaginária define também quem é a população urbana e quem é a rural.

O Decreto-Lei 311, de 03 de março de 1938 estabeleceu que as cidades (sedes de municípios) e as vilas (sedes de distritos) são urbanas e que o restante do território é rural. Desde então, cabe às prefeituras definir, através de lei, os perímetros urbanos

tanto de umas quanto de outras. Não há qualquer restrição, havendo mesmo municípios que são inteiramente urbanos.

Assim, o rural nada mais é do que aquilo que não é urbano, por simples exceção, contudo, na busca sobre o que é rural e o que é urbano, o rural foi encontrado como um não urbano, e o urbano como um perímetro delimitado em legislação municipal, perante o artigo 30, Inciso VIII da Constituição Federal, no qual diz que cabe aos municípios “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”.

Isso ocorre, porque a definição legal está descrita na Constituição Federal de 1988, que reza: “Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: ... VI - propriedade territorial rural;”.

Se a união cobra impostos sobre as áreas rurais, esta tem responsabilidade presumida sobre as políticas sobre o rural. Já quanto ao urbano a Constituição Federal de 1988 diz que:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Em relação aos tributos, temos o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural), sendo que um incide sobre área urbana (IPTU) e o outro sobre área rural (ITR), pertencendo o IPTU aos municípios e o ITR a união.

Nestes termos, a zona rural, meio rural ou campo é qualquer região geográfica não-classificada como zona urbana ou zona de Expansão Urbana, não-urbanizável ou destinada à limitação do crescimento urbano, utilizada em atividades agropecuárias, agroindustriais, extrativismo, silvicultura e/ou conservação ambiental.

O Brasil é fruto de uma divisão predominantemente por regiões agroambientais, neste sentido, encontra-se dividido em cinco regiões, que engloba a

zona rural tanto quanto a urbana, compostas por estados que possuem além de semelhanças agrícolas e ambientais, também humanas, econômicas e culturais. Ainda, que os limites de cada região coincidem com os dos estados que as compõem. As regiões que compõem o Brasil são a Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Assim, os fatos naturais foram firmados segundo o papel que exercem nas atividades e formas de organização humana. Uma síntese parcial desse exame forneceu a divisão em espaços homogêneos naturais e regiões agrícolas, o território brasileiro foi dividido em áreas com unidade de organização do ponto de vista agrário. Para tanto, foram analisadas a estrutura agrária, a forma de utilização da terra e a produção agrícola.

Lembrando que Barros relata que:

Uma paisagem geográfica, desta maneira, surge em decorrência da repetição – em uma determinada superfície ou espaço – de certos elementos produzidos por combinações de formas e que, [...] tanto podem ser físico-naturais como humanos (BARROS, 2005, p. 99-100).

Percebemos assim, que essa divisão regional foi de fundamental importância para a revisão dos limites dos espaços homogêneos, tendo em vista o papel desempenhado pelas atividades agrárias em grandes extensões do território nacional.

4. Regiões ambientais

A divisão do espaço em regiões, como visto anteriormente, se faz necessário e assim, vão surgindo as várias alternativas de dividir o espaço antes indeterminado em regiões mais definidas. Podendo estabelecer critérios econômicos, critérios culturais, critérios geológicos ou ainda considerar zonas ambientais. A respeito destas zonas, Barros leciona que:

Uma noção importante a ser considerada aqui, antes de examinarmos como a História pode se beneficiar da abordagem geográfica, é a de “paisagem”. Para a Geografia, uma paisagem é uma associação típica de características geográficas concretas que se dão numa região – ou numa

extensão específica do espaço físico - e constitui um determinado, um padrão visual que se forma a partir destas características que a singularizam (pensemos na paisagem de um Deserto, de uma Floresta, ou de uma Cidade) (BARROS, 2005, p.99).

O modo de classificação por regiões ambientais abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam de modo harmonioso componentes naturais e humanos. Elas são consideradas como entidades concretas, palpáveis, um dado com vida, supondo, portanto uma evolução e um estágio de equilíbrio. As regiões ambientais constituem uma base para estudos sistemáticos para compreender as relações do homem com a natureza.

Deste modo, as regiões ambientais são entendidas como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas e caracterizada pela uniformidade resultante da combinação dos elementos da natureza, como o clima, o relevo, a fauna, a flora, as ações humanas, a geologia e outros adicionais que diferenciariam ainda mais cada uma destas partes. Deste modo, uma região ambiental é um ecossistema onde seus elementos acham-se integrados e são interagentes.

Considerando que todo espaço natural pode ser transformado, pela ação humana, em espaço secundário, em espaço cultural, numa paisagem artificial, ou seja, em espaço geográfico, esses espaços geográficos também formam as regiões ambientais.

A definição de regiões ambientais sofre bastante influencia do determinismo ambiental, que surge no final do século XIX, que é uma escola alemã sintetizada por Frederic Ratzel⁶⁵, e em especial adotada por geógrafos, que para esta teoria o conceito de região ambiental, é tratada como uma parte da Terra caracterizada pela uniformidade, da junção de características naturais, como a vegetação, o relevo e o

⁶⁵ **Friedrich Ratzel** (1844-1904) foi um geógrafo e etnólogo alemão, considerado como um dos principais teóricos clássicos da Geografia e o precursor da Geopolítica e do Determinismo Geográfico. Vale lembrar que a expressão “determinismo” não era empregada pelo próprio Ratzel, tratando-se de uma atribuição conceitual que foi dada a partir das leituras sobre o seu pensamento.

clima. Nota-se que o determinismo ambiental traz o conceito de região natural, fator relevante para compreender a região no final do século XIX e início do século XX.

Contudo, Mesquita diz que:

O termo natural, que inicialmente significava o oposto de artificial, arbitrário (no caso, as unidades político-administrativas), passou a ser sinônimo de "não humano", e é nesta acepção que são consideradas as regiões naturais, definidas apenas por suas características físicas, distintas das regiões humanas ou culturais (MESQUITA, 1984, p. 101).

Embora o determinismo ambiental tenha uma forte influência para a definição de regiões ambientais, entendemos que estas não podem ser definidas apenas por suas características físicas, uma vez que ambiente é definido como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, conforme a Política Nacional do Meio Ambiente - (Art. 3º, Inc I da Lei 6938/1981), além dos aspectos sociais, não mencionados pela legislação.

Sobre o caso em tela Bajaras (2009), esclarece que também se deve ter o cuidado de conceituar uma região a partir de características estáticas e predeterminadas pela natureza, em que resultaria um determinismo geográfico sobre o histórico, contudo, o espaço tem que ser pensado em ambas perspectivas, a geográfica e histórica. Em especial para a história ambiental, para a qual, em muitos casos, o conceito de região é necessário, sobre tudo o fato de estudar o impacto ambiental.

Por sua vez, Barros reconhece as regiões naturais de uma forma mais restrita, ao afirmar que:

Exemplos clássicos de “regiões naturais” são as vastas e impenetráveis florestas que ainda resistem em muitas partes do globo às ações depredatórias do homem, ou a inóspita caatinga da qual a vida humana ocupa apenas os interstícios (BARROS, 2005, p.100).

Ainda, o determinismo ambiental entende que o homem é passivo diante do meio natural. Portanto, nestes estudos, a natureza primária é determinante na relação

com o humano. Tais análises são extemporâneas, foram influenciadas pela obra de Darwin. Hoje o suporte físico, é no máximo, condicionante, nunca determinante, na relação com o homem, ele é um condicionante condicionado.

Os adeptos ao determinismo afirmam que as condições naturais, especialmente as climáticas, e dentro delas a variação da temperatura ao longo das estações do ano, determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir. Desta forma, entende-se que desenvolveriam aqueles países ou povos que estivessem localizados em regiões climáticas mais propícias.

Nesta temática, Gomes (1995) e Lencioni (2003) relatam que a combinação do clima, da vegetação e do relevo, condicionavam e definiam a organização e a configuração estrutural das sociedades. Sob este olhar as regiões seriam concebidas de acordo com os limites físicos impostos ao homem pelas características dos elementos da natureza, como por exemplo, as bacias hidrográficas, a região do bioma pampa, a região do pantanal, entre outros. No entanto, Gomes ao relatar a oposição de L.Fébre (1922) à perspectiva do meio natural explicativo, afirma que:

A natureza pode influenciar e moldar certos gêneros de vida, mas é sempre a sociedade, seu nível de cultura, de educação, de civilização, que tem a responsabilidade da escolha, [...]. A região natural não pode ser o quadro e o fundamento da geografia, pois o ambiente não é capaz de tudo explicar (GOMES, 1995, p.56).

É inquestionável que as regiões ambientais se constituíram em um conceito referencial para explicar as diferenças no processo de desenvolvimento social e econômico das sociedades. A região ambiental era entendida como a área da superfície terrestre identificada por uma específica combinação de elementos da natureza, formando assim uma específica paisagem natural. Nesta acepção, as regiões existem como unidades morfológicas e fisicamente pré-constituídas, auxiliando na compreensão das relações homem e natureza.

Assim, o conceito de região ambiental nasce, pois, desta ideia de que o ambiente tem um certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade.

Surge daí o primeiro debate que tem a região como um dos epicentros, o conhecido debate entre as determinações e as influências do meio natural.

Neste sentido, é possível entendermos que para conceituarmos região, devemos considerar não apenas suas paisagens, seus relevos, vegetação, hidrografias, climas como o sujeito das ações, mas sim os homens, elemento imprescindível para analisarmos a região, haja vista, como já foi dito anteriormente, é a inter-relação homem-ambiente quem forma as dimensões regionais. Para Carvalho:

A partir do elemento humano na caracterização da paisagem regional, outra dimensão pode ser evidenciada. Isto é, o processo histórico na relação homem meio é pela primeira vez enxergado, acrescentando grande riqueza na análise regional (CARVALHO, 2002, p. 4).

A respeito Bajaras relata que:

[...] y aunque toda historia se desarrolla en un lugar con determinadas características geográficas, la perspectiva regional no la puede considerar sólo como el contenedor o el condicionante natural, sino como parte del problema histórico (Bajaras, 2009, p. 08).

Aqui é importante registrar que muitos profissionais, das mais diversas áreas, questionam o número diversificado de divisões regionais, possuindo muitas dúvidas a que classificação de região trabalhar. Neste sentido, Bajaras considera que:

La falta de unidad metodológica, en cambio, me parece que proviene del hecho de que los problemas históricos tratados desde perspectivas regionales son muy distintos entre sí, de manera que a la hora de pensar la región ésta se vuelve un factor dependiente del problema (BAJARAS, 2009, p.6).

Entretanto, a divisão regional é percebida apenas como um simples meio de segmentar um território de modo que satisfaça aos propósitos do trabalho.

Se entendêssemos o determinismo ambiental, numa visão restrita de meio ambiente, qual na atualidade não pode mais prosperar, as regiões naturais ou ambientais seriam nada mais do que os atuais ecossistemas apresentados pela ecologia, que designa o conjunto formado por todas as comunidades bióticas que vivem e

interagem em determinada região e pelos fatores abióticos que atuam sobre essas comunidades. Segundo Odum foi o ecologista britânico Tansley, em 1935 que propôs primeiramente o conceito de ecossistema:

Ecossistema é definido como um sistema aberto que inclui, em uma certa área, todos os fatores físicos e biológicos (elemento bióticos e abióticos) do ambiente e suas interações o que resulta em uma diversidade biótica com estrutura trófica claramente definida e na troca de energia e matéria entre esses fatores. A biocenose e seu biotopo constituem dois elementos inseparáveis que reagem um sobre o outro para produzir um sistema mais ou menos estáveis que recebe o nome de ecossistema (ODUM, 1988, p. 34).

Consideram-se como fatores bióticos os efeitos das diversas populações de animais, plantas e bactérias umas com as outras e abióticos os fatores externos como a água, o sol, o solo, o gelo, o vento. Em um determinado local, seja uma vegetação de cerrado, mata ciliar, caatinga, mata atlântica ou floresta amazônica, por exemplo, a todas as relações dos organismos entre si, e com seu meio ambiente chamamos ecossistema. Ou seja, ecossistema é o conjunto de comunidades interagindo entre si e agindo sobre e/ou sofrendo a ação dos fatores abióticos.

A divisão de regiões em possíveis ecossistemas é utilizada em nossos territórios, no estado do Rio Grande do Sul, a título exemplificativo, foi o Professor Coussirat de Araújo⁶⁶ (1930) um dos pioneiros a propor uma divisão regional do Estado seguindo critérios fisiográficos ou de região natural. Dividiu o Estado em oito regiões, de acordo com as variações dos principais elementos meteorológicos ocasionados pelos fatores físicos controladores do relevo, clima-altitude e vizinhança do oceano. No seu entender, são estes os que mais decisiva importância têm na distribuição dos elementos meteorológicos do Rio Grande do Sul e que possibilitaram

⁶⁶ Ladislau Coussirat Araújo, nasceu em Arroio Grande, no Rio Grande do Sul, em 17 de maio de 1889, formou-se em Engenharia em Porto Alegre, e após alguns anos de estudos na Europa e Estados Unidos, deu início no Rio Grande do Sul aos estudos de meteorologia no Brasil e de divisão dos espaços conforme as características ambientais. Faleceu em 02 de dezembro de 1929, com apenas 40 anos de idade, mas deixando um grande legado, a obra Memória Sobre o Clima do Rio Grande do Sul, publicada em 1930, sendo, ainda hoje, uma referência quando o assunto é o clima do Estado.

dividi-lo nas seguintes regiões: Campanha; Serra do Sudeste; Litoral; Depressão Central, Vale do Uruguai (baixo); Missões; Planalto e Serra do Nordeste.

Verifica-se pelos próprios nomes das regiões que, além dos aspectos climáticos, estavam implícitos nessa divisão aspectos geológicos, geomorfológicos, de vegetação, etc. As oito regiões fisiográficas ou naturais posteriormente estabelecidas para o Rio Grande do Sul, confundiam-se com as estabelecidas pelo Professor Coussirat Araújo (1930), conforme Fortes (1959).

Já o Brasil é formado basicamente por dez ecossistemas, a Floresta Amazônica, Mata de Cocais, o Pantanal Mato-Grossense, Campos Sulinos, Caatinga, Restinga, Manguezal, Cerrado, Mata Atlântica e Mata Araucária.

Assim, percebemos que é de salutar importância, compreendermos a região como um todo nos seus aspectos culturais, econômicos, administrativos e em especial aos ambientais, pois é este que rege a vida em todas as suas formas.

Considerações finais

Constatamos que a região é concebida como um recorte espacial ou ainda uma construção social carregada de particularidades que as diferenciam das demais partes do todo ou do território. Ela é, portanto, o produto de um processo de regionalização independente da escala geográfica em que ocorre e que apresenta constantes alterações.

Deve-se destacar que do mesmo modo que o conceito de região sofreu diversas reformulações ao longo da história, o próprio processo de regionalização também foi, e ainda é, influenciado pelas transformações sociais e ambientais no tempo e no espaço.

Ainda, quanto à questão do conceito de região quando trabalhado a partir de elementos naturais e/ou ambientais, tem os meios naturais para lhe dar sustentação, contudo podemos notar que o conceito de região está intimamente ligado à divisão

regional um importante problema a ser entendido e debatido do ponto de vista de qual a metodologia que utilizaremos para tal divisão natural.

Temos que ter em mente, que os meios naturais são pontuais para determinar a divisão regional, contudo cabe ao pesquisador identificar e pontuar como metodologicamente tratará a divisão regional. Então, como já foi dito anteriormente, a região é em todos os casos uma construção do próprio pesquisador, que pode ou não coincidir com um recorte administrativo ou com uma região geográfica preconizada nas cartas geográficas.

Em se tratando de meio ambiente constatamos que ele é tudo o que nos circunda, e neste biocentrismo, os humanos também fazem parte deste meio, logo, uma região natural, é formada por elementos naturais, incluindo o homem e sua interação com a biosfera. Assim, a visão antropocêntrica do determinismo ambiental em relação ao regional não é a mais adequada, mas isso não quer dizer que o espaço não possa ser classificado por regiões ambientais, desde que o ambiente seja compreendido de forma ampla, abrangendo seus aspectos naturais, artificiais, culturais, genéticos e de relações de trabalho.

Desta forma, temos que ter o cuidado para não classificar a região ambiental apenas através de elementos naturais, pois assim, estaríamos apoiados apenas no determinismo ambiental e reduzindo as regiões a ecossistemas, objeto de estudo da ecologia.

Considerando ainda, que toda história se desenvolve em um lugar com determinadas características geográficas, a perspectiva regional não pode considerar somente como condicionante o natural, mas como parte do problema histórico.

Referências bibliográficas

BAJARAS, Dení Trejo. *La história regional em México: reflexiones y experiencias sobre una práctica historiográfica*. História Unisinos. São Leopoldo: janeiro – abril 2009, p. 5-18.

BARROS, José Maria. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*. 2005. p. 95-129.

BRASIL. Decreto-Lei 311, de 02 de março de 1938.

BRASIL. Constituição Federal, 1988.

BRASIL. Lei Federal nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998.

CARVALHO, Glisélia Lima de. Região: A Evolução de Uma Categoria de Análise da Geografia. *Boletim Goiano de Geografia*. V.22, nº 01, jan/jun. de 2002.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Sobre el uso historiográfico del concepto de región*. Estudios sociales, año XVIII, nº 35. Santa Fé, Universidad Nacional del Litoral, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: A tradição geográfica. IN: CORRÊA, Roberto Lobato (org). *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 183-196.

FORTES, Amyr Borges. *Geografia física do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1959.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995, p. 49-75.

KAISER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, P. et al. (Org.). *A geografia ativa*. 3. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973, p. 279-321.

LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 2003.

MESQUITA, Zilá: Divisões Regionais do Rio Grande do Sul: Uma Revisão, In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, FEE, 1984.

ODUM, Eugene P. *Ecologia*. Editora Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 1988.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Região: globalização e identidade. In: LIMA, L. C. (Org.). *Conhecimento e reconhecimento: uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo*. Fortaleza: Eduece/LCR, 2003, p. 53-64.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. 1930. Tradução de Livia de Oliveira, São Paulo: Difel, 1983.

O CORPO SOCIAL EM DISPUTA: A BIOPOLÍTICA DAS GUERRAS CIVILIZADAS ÀS NARRATIVAS DA NAÇÃO NOS PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO

Priscila Manfrinati⁶⁷

Artigo recebido em: 10/06/2016

Artigo aprovado em: 30/09/2016

Resumo:

O presente artigo é tributário das discussões sobre a guerra como campo antropológico e etnográfico realizadas durante a disciplina Antropologia da Guerra, ministrada pela Prof^ª. Dr^ª. Laura Moutinho pelo PPGAS-USP no segundo semestre de 2015. Considerando a dominação colonial própria ao fenômeno do *imperialismo moderno* além das dimensões materiais, ou seja, em seu aspecto de profundidade ideológica e epistêmica sobre povos inseridos na contra-modernidade, busco articular aqui os modos de instrumentalização da *vida nua* tanto nos processos coloniais, por parte dos Estados modernos, quanto nos de emancipação, por parte das nações descolonizadas. De tal maneira, apontamos relações entre o movimento de produção e reprodução da biopolítica moderna, presente na sujeição da vida biológica desqualificada nos cálculos de guerra do Estado moderno bem como na exclusão de minorias consideradas inadequadas ao discurso nacional pós-colonial e, portanto, estigmatizadas e/ou exiladas.

⁶⁷ Bacharela e licenciada em História pela Universidade de São Paulo, atualmente é mestranda do núcleo interdisciplinar Diversidade, Direitos e Outras Legitimidades (DIVERSITAS) da USP, onde pesquisa o fluxo migratório de sino-portugueses para o Brasil após a Revolução Maoísta. Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7352910986334558>.

Palavras-chaves: Guerra; Biopolítica; Imperialismo; Colonialismo; Discurso nacional.

Abstract:

This article is an outcome of the discussions about the war as an anthropological and ethnographic field held during the Anthropology of War discipline, taught by Prof. Dr. Laura Montinho by PPGAS-USP at the second half of 2015. Considering the very colonial domination proper to the modern imperialism phenomenon beyond material dimensions, that is, in its aspect of ideological and epistemological depth upon people inserted in the counter-modernity reality, I seek to link the instrumentalization modes of both bare life in colonial processes, by the modern states, as in the emancipation, by the decolonized nations. So, we point out the existence of relations between the movement of production and reproduction of modern biopolitics, present in the subject of biological life disqualified in the modern state of war calculations as well as the exclusion of minorities considered inadequate post-colonial national discourse and, therefore, stigmatized and/or exiled.

Keywords: War; Biopolitics; Imperialism; Colonialism; National discourse.

Introdução

Diferentemente do processo colonial dos séculos XVI e XVII, animado pelos princípios mercantilistas que garantiam o fortalecimento das economias nacionais em formação, a expansão de “tipo novo”⁶⁸ corresponde a um momento particular do

⁶⁸ Na obra *História das colonizações*, Marc Ferro diferencia os tempos históricos das colonizações em *colonização de tipo antigo*, em referência aos movimentos europeus de conquista extraterritorial ocorridos nos primeiros séculos da Era Moderna, e *colonização de tipo novo*, adequada às ocupações territoriais na África, Ásia e Oceania durante os séculos XIX e XX. Para o historiador, a denominação *neocolonialismo* serve à designação do tipo majoritário de dominação pós-colonial após as descolonizações do século XX, caracterizada pela influência cultural, econômica e política extraterritorial sem uso de ocupação civil e militar.

desenvolvimento das forças produtivas e da consolidação dos Estados modernos pós revoluções burguesas na Europa. Em tal contexto, a combinação entre o excedente de capitais, e transição do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro, à ideologia de superioridade étnico racial dos europeus em relação aos demais povos, principalmente os do hemisfério sul, conhecida como *darwinismo social*, lançou as bases que caracterizam a ação imperialista de expansão e partilha de territórios africanos e asiáticos ocorridas entre as metades dos séculos XIX e XX.

As discussões clássicas sobre o conceito de imperialismo opõem liberais e marxistas em torno da relevância da historicidade dos processos humanos de expansão extraterritorial e a vinculação ou não destes ao modo de produção capitalista, fenômeno próprio ao final do século XVIII. Em ambas, no entanto, verifica-se o apontamento de relações diretas ou indiretas entre o imperialismo moderno e o capitalismo, mediadas ou não pela hegemonia do ideológico sobre o econômico, manifestadas em uma tendência dos Estados modernos em consolidação à expansão e, portanto, à guerra.

Na análise marxista de Lênin sobre o fenômeno imperialista próprio ao *colonialismo de tipo novo*, este afirma, em 1917, que o capitalismo atingiu seu auge com o advento do imperialismo moderno, encontrando nele a saída conveniente para acúmulo de capitais excedentes na Europa, o investimento de forma politicamente segura em territórios marginais e a incorporação de sociedades até então alheias ao modo de produção capitalista⁶⁹. Há nessa formulação uma combinação fundamental

⁶⁹ Evidentemente que, antes e depois de Lênin e sua obra clássica *Imperialismo: estágio superior do capitalismo* outros autores da tradição marxista elaboraram sobre o fenômeno do imperialismo europeu e seus efeitos sobre as colônias africanas e asiáticas na esteira de *A dominação britânica na Índia* (1853) e outros escritos de Marx. Na impossibilidade de desenvolver uma discussão aprofundada sobre a conceituação e contextualização do imperialismo neste texto, onde esta discussão é tão somente introdutória, a opção e o destaque a Lênin e a menção a Trotsky aqui coube como contraponto aos demais teóricos liberais mencionados adiante, como também teriam sido para esse fim proveitosas, embora por outros caminhos, as análises produzidas durante a Segunda Internacional Socialista por Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, entre outros, e Eric Hobsbawm, Michael Hardt e mesmo Antonio Gramsci, em seus escritos sobre a hegemonia, já no século XX.

entre fatores ideológicos e econômicos, com especial destaque para os últimos: o imperialismo moderno teria essência econômica e não seria, portanto, somente intrínseco ao capitalismo, mas o estágio superior de seu amadurecimento como força produtiva. Ele viabiliza uma nova divisão mundial do trabalho e um movimento de inserção do mundo na modernidade ocidental a partir da diluição dos demais modos de produção não-ocidentais na força centrípeta da produção e reprodução do capital. Trotsky ainda avançaria nas formulações do marxismo-leninismo sobre os efeitos da importação de tal força produtiva nos territórios coloniais na teoria do desenvolvimento desigual e combinado em, como aponta Löwy, “uma tentativa significativa de romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o eurocentrismo e de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo”⁷⁰.

Enquanto isso, Hobson⁷¹, um dos principais teóricos liberais do imperialismo, considera o fenômeno moderno como fundamentalmente animado por aspectos tais como *patriotismo, empresa militar, ambição política e filantropia*. Assim, aponta a força ideológica como sua motriz, baseada em uma mobilização massiva da opinião pública, e que é manipulada pelos interesses financeiros. Não haveria em tal leitura qualquer vínculo orgânico entre o impulso imperialista e o capitalismo, uma vez que

⁷⁰ Foi chamado por Leon Trotsky de “desenvolvimento desigual e combinado” o fenômeno da coexistência entre indústrias e capital financeiro em um país de agricultura primitiva e seus desdobramentos. Esses diferentes estágios se articulam e se combinam – na equação entre as condições locais, consideradas atrasadas, e as condições gerais, avançadas, importadas pela lógica produtiva ocidental dos imperialistas. Ver LÖWY, Michel. *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. Tradução de Henrique Carneiro. Revista Actuel Marx, 18, 1995.

⁷¹ O colonialismo de segundo tipo colocado em prática pelas principais potências europeias a partir de meados do século XIX em suas bases e consequências sócio-políticas colocou um novo problema a ser elaborado no âmbito teórico - e disputado à esquerda e à direita. John A. Hobson, nascido em 1858 na Inglaterra, é considerado um dos pioneiros nos estudos da economia moderna, junto à teoria da concentração de Karl Marx, e o criador do termo imperialismo, cuja primeira ocorrência aparece na obra *Imperialismo: um estudo*, publicada em 1902 por Hobson. Em termos gerais, Hobson rechaça uma essência econômica ao imperialismo, o qual entende como “rentável para nenhum país”, tal qual Schumpeter. No entanto, diferentemente deste, Hobson é localizado em um espectro “liberal de esquerda”, uma vez que não defendia o fim do capitalismo, tal como os marxistas, mas sua transformação e humanização.

seriam diminutos os endossos de uma parcela dos setores capitalistas economicamente interessados (HOBSON; 1902, 66-7). Já em *Imperialismo e classes sociais*, por outro lado, o também liberal Schumpeter considera que a raiz fundamental do imperialismo é a criação de organização social voltada para a guerra, fator anterior ao capitalismo e que, portanto, o extrapola⁷². Ao buscar nas experiências históricas uma explicação para o fenômeno atemporal do imperialismo, afasta-o da vinculação aos avanços no modo de produção típicos da Europa a partir do século XVIII e demais possíveis motivadores, tais como a religião, e enquadra-o tão somente no espectro subjetivo do “amor à expansão”, em lógica argumentativa que se aproxima da psicologia social (SCHUMPETER; 1961, 25-6)

E a História nos mostra, na verdade, nações e classes – e maioria das nações proporciona, numa época ou noutra, um exemplo disso – que procuram expandir-se por amor à expansão, que buscam a guerra pelo amor da luta, a vitória pelo gosto de vencer, o domínio pelo prazer de governar. Essa determinação não se pode explicar por nenhum dos pretextos que servem para justificá-la, por nenhum dos objetivos pelos quais parece estar lutando, no momento. Independente de toda finalidade concreta ou ocasião, ela representa uma disposição permanente, aproveitando-se de todas as oportunidades. Ela se evidencia através de todos os argumentos levantados para justificar os objetivos momentâneos. Valoriza a conquista não tanto pelas vantagens imediatas – frequentemente duvidosas, ou desperdiçadas com a mesma frequência – como pelo fato de *ser* conquista, êxito, ação.

[...] Segue-se que, pela mesma razão, tal como a expansão não pode ser explicada pelo interesse concreto, assim ela também não é jamais satisfeita pelo atendimento de um interesse concreto. [...] Daí a tendência dessa expansão de transcender todos os limites tangíveis, ultrapassando-os completamente até exaurir-se. É essa, portanto, a nossa definição: imperialismo é a disposição sem objetivo, da parte de um Estado, de expandir-se ilimitadamente pela força.

⁷² Nascido em 1883 no extinto Império Austro-Húngaro, Schumpeter teve formação inicial em Direito, tendo exercido a advocacia como profissão, e depois especializado seus estudos em ciência econômica. Exerceu carreira acadêmica como professor em diversas universidades, como Harvard, período em que elaborou publicou obras como *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, *A sociologia dos imperialismos* e *Imperialismo e classes sociais*. Suas elaborações no campo da teoria econômica moderna são consideradas relevantes ainda hoje, tendo sido resgatadas para a compreensão das crises econômicas recentes, como as ocorridas na década de 1970 e na primeira década dos anos 2000. Exerceu carreira

Pouco ortodoxa, a formulação de Schumpeter considera o princípio da expansão como obra de natureza humana e desprovida de objetivo concreto, associando-se, porém, a uma ou outras causas de ocasião de pouca relevância em si mesmas, as quais chama “causas permissivas”. De tal maneira, os aspectos econômicos, localizados no âmago do imperialismo moderno pelos marxistas, são considerados irrelevantes ante a uma predisposição à violência ilimitada, justificada pelo impulso à conquista como fim em si mesmo, comum aos “imperialismos” desde a Antiguidade - com particular destaque para a formação de uma nobreza guerreira durante a Idade Média, cujas influências na esfera política seriam, para Schumpeter, verificáveis nas estruturas do Estado Moderno.

Ao buscar uma definição própria para a tendência à expansão verificada em diferentes tempos históricos, Schumpeter desconsidera particularidades econômicas do imperialismo moderno, próprio à colonização de tipo novo, naturalizando o pensamento bélico de seu próprio tempo histórico à formulação teórica sobre o impulso imperialista. Assim, há de se destacar do pensamento de Schumpeter a instrumentalização não problematizada das categorias de *nações* e *Estados*, que compatibilizam em si mesmos a tendência à expansão no âmbito da modernidade provida de objetivos próprios a conformação e sustentação destas instituições. Outrossim, neste tempo preciso da história ocidental, o aparato ideológico que sustenta tais instituições político-econômicas, como os símbolos nacionais, a ideologia de segurança nacional e, em contextos específicos, o sentimento de superioridade civilizacional e as rivalidades entre as burguesias interestatais traz em si o impulso imperialista subjetivado. A consolidação das nações modernas passa pela invenção das tradições e sua conseqüente introjeção ideológica, como mentalidade imperialista, no âmago do sentimento do povo como nação uniforme, o que Hobsbawm chamou de “discurso nacional”.

Em suma, partindo da premissa de Schumpeter, a máxima proferida pelo empresário e colonizador britânico Cecil Rhodes (1853-1902), *Se pudesse, anexaria os*

planetas, poderia ser interpretada como exemplo de tal tendência do ser humano à expansão ilimitada “desprovida de objetivos”, não fosse Cecil quem foi e o período histórico em que esteve inserido propício e fértil nos âmbitos cultural, político, econômico e bélico para tal. Fato é que, para embasar sua teoria da desvinculação do imperialismo ao modo de produção capitalista, o qual considera “democrático e igualitário por princípio”, Schumpeter reduz o potencial organizativo da burguesia moderna como classe hegemônica e, conseqüentemente, releva seu poder de ação sobre as instituições estatais e seu interesse na empresa colonial. Mais que isso, ignora deliberadamente as práticas imperialistas da Grã-Bretanha e Estados Unidos, onde o capitalismo se encontrava mais avançado. Toma-se, portanto, que a interpretação do fenômeno schumpeteriana do imperialismo moderno é profundamente relacionada às suas elaborações no campo da teoria econômica, marcada pela ideia de que “o capitalismo é o produto mais bem acabado da racionalidade econômica”, sendo incapaz de conviver por muito tempo com o descalabro das “manifestações instintivas”, atávicas, do imperialismo sem superá-las⁷³.

Para os fins deste artigo, podemos considerar em primeiro plano o ponto pacífico sobre o contexto no qual o discurso sobre o imperialismo de Schumpeter adquire significação e eficácia prática. A partir das diversas e contraditórias definições de imperialismo e suas motivações, assumimos que é inerente à instituição estatal inserida na modernidade uma inescrupulosa expansão territorial e, conseqüentemente, a tendência à guerra colonial “além de qualquer limite definível”, anexando aos seus os territórios e gentes inseridos na contra-modernidade⁷⁴. Como

⁷³ Sobre a centralidade da teoria econômica para a análise do imperialismo de Schumpeter, ver SILVA, Ligia Maria Osorio; OLIVEIRA, Milena Fernandes. *Schumpeter e as raízes históricas do imperialismo*. REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, n° 31, p. 65-96, fevereiro 2012.

⁷⁴ Utilizaremos tal conceito ao longo deste artigo a partir das acepções de Homi Bhabha, que opõem a modernidade ocidental ao tradicionalismo dos territórios do Sul, também chamado de contra-modernidade, em relação dialética de negação e incorporação durante os períodos colonial e pós-colonial. Toma-se por modernidade ocidental, portanto, o contexto de “cisão do mundo da tradição”, de hegemonia do capitalismo como forma de produção e reprodução da vida econômica e social e de predominância da racionalidade em esferas diversas como a política e a religiosidade.

aponta Charles Tilly, a história diz respeito ao capital e à coerção, que desempenham papel importante na criação dos estados nacionais⁷⁵. Como meio e como fim, a guerra é fator de sociabilidade fundamental e aprofunda a distinção entre a política interna e externa atuando na concretização das rivalidades entre os Estados em consolidação política e territorial das fronteiras nacionais. Ela é considerada inevitável pois “introduz os seres humanos no tempo da História” (PIATIGORSKY apud DAS; 2003, 26), sendo considerada pela literatura como “o próprio motor da História” (LUTZ; 1999, 612), associada à inexorável marcha histórica para o progresso – em contradição notória com seu legado de mortes e destruição⁷⁶.

De tal maneira, a guerra colonial funciona não apenas fato histórico pontual ou razão cultural civilizatória e solução econômica para os Estados modernos e suas burguesias mas torna-se uma estratégia de poder permanente, própria às engrenagens

No âmbito da instituição da modernidade como sistema-mundo, marcado pela emergência do sujeito e regido pelo individualismo, o “espírito democrático” e a especialização dos meios da atividade social, Bhabha considera que há aqueles que a vivem “de outra forma” – “nem moderna e nem anti-moderna, mas não moderna”, recebendo o significado das temporalidades narrativas da cisão, ambivalência e vacilação próprias às margens da modernidade.

⁷⁵ Ver TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1996. p.63.

⁷⁶ Faz-se necessário detalhar brevemente nesse momento do texto a conformação da Antropologia da Guerra como campo analítico dos mecanismos sociais de produção de violência, conflitos e guerras e de suas consequências. Concebida por alguns autores como uma especialização temática da Antropologia política, entre eles Keith F. Otterbein, tal “especialização” busca dedicar maior atenção ao lugar dos conflitos armados, da guerra e das violências física e simbólica na produção de um saber antropológico com questões éticas e metodológicas próprias. Apesar das questões recentes que mobilizam uma produção relevante nesse campo, tais como o lugar do militarismo na produção de desigualdades econômicas e até de gênero ou a violência racista das guerras civilizadas em contraposição à violência nacionalista das guerras étnicas, a Antropologia da Guerra tem historicidade pode ser situada cronologicamente entre o período fundacional (1850-1920), o clássico (1920-1960), o apogeu (1960-1980) e a produção recente. As preocupações do período fundacional, que basicamente localizavam as práticas guerreiras em sociedades primitivas, foram sofisticadas ao longo dos anos – período bélico e pós-bélico cuja compreensão dos impactos da guerra sobre as sociedades se tornaram de primeira ordem no âmbito das Ciências Humanas – e hoje são direcionadas a temas como a gestão da dor e do sofrimento em situações de conflitos sociais e os modos de reconstrução e de regulação da vida social pelo Estado, abordados por teóricos como Christian Geffray, Catherine Lutz, Grace Cho e José Luis Cabaço, entre outros, que serão referenciados ao longo deste artigo.

imperialistas do Estado moderno⁷⁷. É a guerra o exercício pleno da soberania, aquele em que o soberano adquire autonomia do corpo social e dele prescinde para decidir sobre o estado de exceção, acima e fora da lei (AGAMBEN; 2014, 122).

Orientadas ao menos por um discurso objetivo e público, que consiste nos princípios materiais e ideológicos *civilizar, colonizar, irradiar a cultura e propagar-se política e culturalmente* (FERRO; 1996, 27), as guerras coloniais, têm como *sujeito* a composição de forças entre burguesia nacional e Estado moderno que, criando sociedades segmentadas, descentram o poder dos administradores ou elites locais. Uma vez que o poder já não é mais uma prerrogativa exclusiva de alguém ou alguma instituição referenciada, sendo removido de uma sociedade como um todo, testemunha-se na dominação colonial o nascimento de um Império (HOFFMAN; 1902, 7). Assim, a guerra colonial qualificada, adquirindo na opinião pública o contorno de *guerra civilizada* (onde o conceito cultural de *civilizar* tem função econômica precisa), é definidora do destino dos Estados modernos e de suas colônias. O direito ao decreto de guerra e de condução da mesma pelos Estados modernos sob a égide da *civilização* implica disposição da vida nos cálculos da biopolítica e a distribuição desigual das vidas lamentáveis e não lamentáveis e, colateralmente, de condição em escala mais ou menos humana entre centro e periferia, colonos e colonizados. Assim, as grandes potências exportam a guerra para o resto do mundo e, com isso, evitam que suas energias destruíssem uns aos outros em explosões concentradas, possibilitando uma ausência parcial da guerra em seus territórios e uma menor sensibilidade aos horrores dos conflitos (TILLY, 1996: 124). A ocupação imperialista nos territórios inseridos na contra-modernidade inaugura assim uma condição de sujeição aos subalternizados de toda ordem: econômica, epistêmica, biopolítica.

⁷⁷ Mesmo os marxistas da Segunda Internacional (1889), como Van Kol, E. David, Noske e Hildebrands, reivindicam o avanço do colonialismo como “fato da História”, “movimento rumo à civilização”, uma necessidade histórica para o avanço das forças produtivas em escala global – etapa fundamental no amadurecimento das condições objetivas e da consciência da classe trabalhadora para o socialismo. Ver PINKSY, Jaime (org.). *Questão nacional e o marxismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

Bem como não é possível definir os limites da força despendida pelos Estados modernos para a guerra, também são indefinidos os limites da duração de suas temporalidades. Em curta duração, a *guerra civilizada* opera como necessidade constante e imediata ante à crescente permeabilidade das fronteiras, à consequente defesa territorial e à garantia dos interesses econômicos das burguesias nacionais em âmbito extraterritorial. Seus efeitos, no entanto, são inseridos no tempo da longa duração: das sociedades em contato, colonizadores e colonizados em constante relação dialética, nenhuma pôde retornar ao que era antes das *colonizações de tipo novo* o mesmo após as independências.

Os colonialismos impuseram novas estruturas às relações sociais, ao modo de produção, à circulação de valor, aos modelos políticos de modo verticalizado *Norte-Sul*, permanente e em escala global⁷⁸. No colonialismo de tipo novo, a força centrífuga do modo de produção capitalista foi lançada aos “outros”, em novos e inexplorados territórios e povos, ressignificando noções como “progresso” e “trabalho” e promovendo substituições éticas – efeito do decreto dos *Criminal Tribes Act* sobre a Índia por parte do governo britânico em 1871, por exemplo⁷⁹. O colonialismo, portanto, inaugura formas particulares de pensar, produzir e se relacionar, configurando-se como um fenômeno de fato social total: uma ruptura das esferas de distinções culturais, econômicas e políticas. Ele engendra entre a modernidade e a contra-modernidade seu próprio seu sistema de diferenciação cultural, autoridade social e discriminação política. E é nesse ínterim que se encontra a ambiguidade da guerra colonial e a dialética da colonização: entre a legitimação da violência e a justificativa civilizatórias por parte das potências imperialistas, quanto maior é o território conquistado e a sujeição de povos interior tanto maiores são a

⁷⁸ “entre 1876 e 1915, mais ou menos um quarto da superfície terrestre estava distribuído ou redistribuída sob a forma de colônias entre meia dúzia de estados” (HOBSBAWM, 2009: 59).

⁷⁹ O decreto em questão significou uma estigmatização de determinados grupos sociais e étnicos indianos como “criminosos habituais”, sendo sujeitos a restrições de deslocamento e controle policial.

vulnerabilidade e a permeabilidade do Império, o desenvolvimento desigual e combinado e a velocidade em que impulsiona o avanço de uma cultura crescentemente transnacional.

Segundo Homi Bhabha, a quem as emergências na cultura são fundamentais para a formulação de uma teoria pós-colonial autônoma das epistemologias criadas pelo centro para legitimação civilizatória, as relações com tal contra-modernidade colonial transformam as noções de sujeito histórico, fazendo inclusive que noções de raça ganhem substância e proporção⁸⁰. Assim, a presença imperialista nas colônias descentrou as comunidades, desestabilizou suas relações e as introduziu em um novo tempo, criando novas rivalidades. Em suma, o fato colonial falseou a História, interrompendo o livre desenvolvimento das nações extra-europeias e operando como obra de desnaturação (FERRO; 2008). A guerra de conquista no colonialismo se estende do campo militar para o cotidiano da vida civil, envolvendo as populações em suas dinâmicas, éticas e economias e contribuindo na conformação de novas realidades coloniais.

A segmentação dos povos dominados (operada na diferenciação cultural) serve ao princípio político de dividir para dominar (imposição de autoridade social) e a discriminação política é cara ao exercício de governo que, por sua vez, encontra na guerra colonial o instrumento necessário para a preservação do Império. Por discriminação política no âmbito colonial depreende-se que *não há igualdade entre os súditos*. Os sujeitos coloniais, em sociedades tuteladas e esvaziadas de si mesmas, são amputados em sua herança e submetidos a personalidade do dominador e seus valores culturais, éticos, econômicos e nos cálculos da biopolítica. Nas colônias, a intervenção

⁸⁰“A construção do sujeito colonial no discurso, e o exercício do poder colonial através do discurso, exige uma articulação das formas da diferença – raciais e sexuais. [...], os epítetos raciais ou sexuais passam a ser vistos como modos de diferenciação, percebidos como determinações múltiplas, entrecruzadas, polimórfas e perversas, sempre exigindo um cálculo específico e estratégico de seus efeitos. Tal é, segundo creio, o momento do discurso colonial. É uma forma de discurso crucial para a ligação de uma série de diferenças e discriminações que embasam as práticas discursivas e políticas da hierarquização racial e cultural.” (BHABHA; 2013, 119)

dos Estados modernos em nome da civilização impõe a contradição do progresso como devir ontológico entre problema e solução para os nativos, inseridos no discurso antinômico de *civilização* e *barbárie*. De tal maneira, no território descentrado das colônias, identidade cultural, raça e identidade política são construídas no campo simbólico por meios de processos de alteridade e de hierarquização, processos de fragmentação do corpo social donde alteridade implica em vínculos éticos-morais e vínculos afetivos. Tais processos marcaram o destino das estruturas sociais nas colônias profundamente ligando por meio da qualificação política das vidas e dos destinos do homem ao do Estado-nação inserido na modernidade. Em tempo, cabe pontuar que tomamos por corpo social o corpo individual biológico e qualificado, chamado por Agamben de *vida nua*, em escala coletiva e em sociedade.

O lugar social e identitário ambíguo das *yanggongju* na Coreia é simbólico dessa nação fraturada, cindida pelos valores éticos e as necessidades econômicas. Consideradas *alegorias da nação*, as chamadas *comfort women*, mulheres que serviam como prostitutas às tropas japonesas e estadunidenses, representam a fragmentação do corpo social que perdurou nas colônias nos processos de descolonização e impôs ausências nos discursos oficiais. Entre heroínas nacionais e silenciadas pela historiografia oficial, as *yanggongju* são as personagens dilaceradas pelos cálculos da biopolítica de guerra e das narrativas nacionais pós-guerra. Isso pois, após a II Guerra Mundial e o ascenso das perspectivas anticoloniais, entre elas o nacionalismo defensivo e seus discursos seletivos de raça e gênero, as colônias em processo de emancipação passaram a formular sua definição do tipo nacional ideal, processo em que tanto as *yanggongju*, como os *sikhs*, na Índia, e os *barkis*, na Argélia, tiveram sua participação vetada.

Vale assinalar que em países como a Coreia, Índia, Argélia e Serra Leoa, os processos de descolonização ocorridos na segunda metade do século XX resultaram em um imperialismo sem colonos, chamado de neocolonialismo por Marc Ferro, em que houve uma transição pactuada marcada pela continuidade das instâncias

imperialistas intervindo nos lugares de poder dos países emancipados. Longe de qualquer ruptura radical, verifica-se uma troca de soberania, com a permanência dos vínculos econômicos e a ascensão da burguesia local, solidificando as metrópoles coloniais dos novos Estados em torno das elites consagradas pela ação imperialista anterior. Em outros casos, como a descolonização através da transição ao maoísmo na China, a negação da continuidade dos vínculos econômicos e dos privilégios de mercado das nações imperialistas e a posterior investida ideológica de formação cultural de um corpo nacional coeso e consistente culminou na expulsão dos estrangeiros do território chinês. Apontando os estrangeiros como espoliadores da nação, Mao Tsé Tung teve eco em seu discurso na subjetividade do povo chinês que, mesmo miscigenado em territórios internacionais como Shanghai e Hong Kong, passou a adotar o “discurso do outro” na operação da exclusão dos considerados páreas sociais, em uma instrumentalização contraditória do contexto de fragmentação social inaugurado pelo colonialismo.⁸¹

Tais exemplos permitem afirmar portanto que a conformação do discurso nacional nas ex-colônias com condições pós-coloniais radicalmente distintas mobilizou igualmente aspectos da biopolítica moderna dos colonos na medida em que prescindiu de discriminações políticas e, com isso, pôs em marcha movimentos migratórios de excluídos. O contexto de transição da situação colonial para a independência política em diversos países com maior ou menor interferência dos Estados imperialistas (não apenas os europeus mas também o Japão e os Estados Unidos, no caso chinês) produziu portanto um grande fluxo de imigrantes e refugiados a partir da segunda metade do século XX, uma vez que, fugidos das guerras civis ou estigmatizados durante os processos de construção da identidade nacional

81 Minha pesquisa atualmente desenvolve considerações sobre as trajetórias dos refugiados sino-portugueses de Shangai e Macau para o Brasil após a Revolução de 1949. A hifenização da nacionalidade desses sujeitos, considerados estrangeiros, se dá pela particularidade da condição de transmissão da nacionalidade portuguesa por ancestralidade distante e o nascedouro e vivência em território chinês.

(em que o nacionalismo defensivo teve grande peso ideológico), muitos tiveram de abandonar os países de origem. Ou já não eram mais aceitos no local de nascimento em virtude de suas relações com os colonizadores, como o caso das *yanggongju* na Coreia, dos *harkis* na Argélia e dos sino-portugueses de Shanghai, ou não foram contemplados no projeto de nação em construção, como sino-portugueses de Moçambique. Os processos anteriormente descritos evidenciam portanto que o discurso oficial da nação é permeado por presenças e ausências, relações de dominação e exploração, em que o corpo social é manipulado biopoliticamente.

Buscando responder a uma nova realidade histórica da contra-modernidade pós-colonial, as atuais teorias críticas passam a dar conta da massa excluída na escrita de uma história subalterna das margens da modernidade, propondo a revisão do conceito de desenvolvimento importado nas colônias e a consideração em primeiro plano dos testemunhos coloniais dos ausentes. Ao tomar os testemunhos coloniais como documentos históricos legítimos, dando voz aos subalternos, é possível delinear uma intervenção no discurso de normalidade hegemônica. A produção epistemológica sobre os marginalizados na História entra no combate das hegemonias colocando a cultura das fronteiras como estratégia de sobrevivência marcadamente transnacional e tradutória dos antagonistas e contestando as grandes narrativas, direcionando a criação de temporalidades alternativas de articulação das historicidades diferenciais, contrapontuísticas e interruptoras de raça, gênero, classe e nação (BHABHA; 2009).

Tomando como premissa que a mediação pelo local de privilégio não nos emancipa e o universalismo escamoteia as diferenças em favor dos grupos dominantes e/ou hegemônicos, reforçamos a emergência da teoria pós-colonial na análise crítica dos processos de descolonização mas, entretanto, é inevitável assumir que não seria possível abordar as relações culturais das esferas de antagonismo social em completa negação à cultura hegemônica. Na medida e que os pontos de partida propõem reflexões sobre as experiências coloniais de guerra e emancipação entre sul-sul e

norte-sul e que as interdependências dessas localidades operam em escala não hierárquica, a abordagem dessas experiências, algumas já exaustivamente tratadas, permite lançar novas luzes às contingências e dar voz aos sujeitos das margens, sem negar a invariável influência permanente da cultura hegemônica nestes, mas valorizando suas percepções e versões históricas para a construção de novas epistemologias. Nos pressupostos de formulação da teoria pós-colonial faz-se necessário um esforço de articulação das diferenças e eliminação da noção positiva de civilização para romper com a bases fundamentais das dicotomias e imposição das versões hegemônicas, subvertendo protagonismos e antagonismos, presenças e ausências. Em outras palavras, propomos como resolução dos impasses epistemológicos aqui analisados uma substituição da sociologia do desenvolvimento e da teoria da dependência por uma revisão de pedagogias nacionalistas ou “nativistas”. Da sociologia das ausências, ativamente produzida sem autoridade, em que a noção de humanidade baseia-se na de desumanidade e no progresso e na alteridade excludentes, para a sociologia das emergências, no intuito de abrigar na teoria outras formas de vida e de produção epistemológica que estão fora da legitimidade do discurso oficial dos ex-colonos e das nações emancipadas. Especificamente, no que toca o meu interesse, nas narrativas de construção da nação como comunidade imaginada e partilhada.

Pretendo, portanto, abordar no presente artigo os processos de *disposição das vidas humanas* na colonização e descolonização dos territórios africanos e asiáticos buscando compreender, na natureza das guerras de emancipação e na composição dos sujeitos em disputa, seus desdobramentos na construção de identidades nacionais e, em consequência delas, também os fluxos migratórios de excluídos. Para tanto, torna-se necessário articular as presenças e as ausências nas narrativas ideológicas das nações pós-coloniais, mobilizando os silêncios e as vozes dissonantes de seus renegados reivindicados pela teoria pós-colonial.

A disposição de vidas para a guerra colonial

Em que medida e com quais objetivos os Estados dispõem das vidas em seu poder para a guerra? Como a guerra pode ser compreendida na complexidade de seu impacto na vida humana, na organização e reorganização de sociedades e identidades? Como abordá-la no âmbito das ciências sociais para uma análise necessária das vivências partilhadas entre civis e militares e seus significados múltiplos e contraditórios? A análise dos testemunhos da realidade colonial e sua incorporação na produção de conhecimento pós-colonial é fundamental para tecer respostas a estas questões.

O fim da Segunda Grande Guerra colocou os Estados do norte e as colônias do sul em movimento de reorganização das ordens econômica, política e militar mundiais. Seus desdobramentos em novas guerras de emancipação, inseridas no contexto geopolítico particular da Guerra Fria (a corrida armamentista de demonstração de poder bélico e alto teor psicológico nas massas) e os consequentes apelos civis humanitários e antiguerra colocaram a relação da sociedade civil com a guerra em outro patamar.

Estima-se que 90% das vítimas de guerra no fim do século XX não eram soldados. Foi durante a chamada *Era dos extremos*⁸² que a sociedade civil passou a conviver mais cotidianamente com a guerra. Sua dinâmica, seus termos e suas implicações tornaram-se paulatinamente “comuns”, inseridos na vida civil, ao ponto de ser criada a demanda de conceituação de uma “identidade civil”. A vida de muitos ao redor do globo, em maior ou menor medida é tocada atualmente pela guerra e seus diversos níveis de manifestação e, mais profundamente e atemporalmente, por seus traumas. Sobre a transição da categoria de guerra de Clausewitz para as formas menos

82 Conceito criado pelo historiador britânico Eric Hobsbawm para determinar o século XX, mais precisamente do início da primeira guerra mundial em 1914 até ao queda do muro de Berlim. O período compreendido por esses dois grandes acontecimentos colocou a humanidade na contradição do otimismo pelo avanço das ciências e da tecnologia e a desesperança das sucessivas guerras.

rígidas de compreensão do fenômeno, como as guerras civis, guerrilhas e guerra fria, afirma Catherine Lutz que:

Nossa visão tem sido limitada pela visão de guerra de Clausewitz, que a vê como uma violência organizada dos Estados em combate entre si mesmos, em busca de uma vitória absoluta. Ela tem sido limitada também pela aceitação de categorias de soldados e civis, um perpetrador ou protetor e o outro uma vítima ou protegido. [...]. Guerra é homens em uniformes, indústria armamentícia, Estados em competição entre si mesmos. Mas isso ignora como o modo dominante da beligerância tem mudado ao longo do século XX, ocorrendo mais com do que entre os Estados, matando cada vez mais, até intencionalmente buscando atingir civis [...]. Isso ignora o estado de guerra permanente que caracteriza grandes segmentos do globo. (LUTZ; 1999)

O trecho introduz o debate sobre a necessidade política e acadêmica de deslocar o conceito de guerra de seu âmbito predominantemente militar para a perspectiva civil, de modo a compreender o impacto desse novo modelo de guerra na vida cotidiana. Esse deslocamento prevê, ainda, uma interpretação agambeniana da guerra permanente com base nos cálculos da biopolítica, uma vez que mais “vidas civis” são contabilizadas pelos Estados beligerantes no estado de exceção constante e a ele reagem em sua agência.

Aprofundando as reflexões propostas anteriormente, cabe ressaltar que o Estado moderno exerce o direito de aposta na guerra e o exercício do monopólio da violência, a despeito do sofrimento humano imposto sobre si e os outros, em favor do conflito como necessidade de futuro de uma noção particular de “comunidade nacional”. Em grandes segmentos do globo, a partir do fim do século XX, há um permanente exercício de poder político de Estado nacional sobre a chamada *vida nua*⁸³.

⁸³ Para Agamben, vida nua é a definição de vida natural não politizada, sujeita e manipulada pelo poder soberano. Em *Vontade de saber*, Foucault examina o processo de incorporação da vida natural nos mecanismos de poder e nos cálculos estatais que conformou a *biopolítica* nos limiares da Idade Moderna. Nesse contexto de passagem de Estado territorial para Estado de população, teria havido um triunfo do capitalismo na efetivação do biopoder e da manipulação dos “corpos dóceis”. Para Foucault, as *tecnologias do eu*, através das quais se realiza o processo de subjetivação, levam o indivíduo a vincular-se a própria identidade e à própria consciência e, por conseguinte, a um poder de controle externo. Para sua existência como tal, o Estado moderno teria empregado técnicas de individualização

Interesses políticos e econômicos regem o “projeto de futuro” das nações, bem como motivações ideológicas de justiça, vingança e “virtudes heroicas”, e a ele são dispostos, na passagem do comportamento individual à ação política em nome da nação, a população e o meio ambiente como capitais simbólicos — sem prévia assinatura de “contrato social” (DAS; 2009, 30).

Uma situação de guerra exige, no plano estratégico, a definição clara das linhas de fratura entre os dois contendores. A concepção que preside o combate não aceita mediações porque o sucesso implica o domínio do instinto humano mais profundo: a própria vida. [...] Por um lado, por que combater: a consciência de que se justifica pôr em risco “uma vida que não vale a pena”, isto é, a passagem do comportamento individual à ação política por meio da assunção de uma causa colectiva. Por outro lado, contra quem combater: a definição precisa do inimigo que deve ser combatido. A luta, porque contrapõe vida e morte, tem uma essência maniqueísta e absolutiza a realidade.(CABAÇO; 2009)

Investido de sua legalidade institucional e da ideia de devir histórico da guerra, o Estado concatena a posse do direito de declarar guerra e conduzi-la a seu critério, manipulando as permissões e restrições à violência justificável em guerra e escolhendo os inimigos nacionais, e a imposição dessas disposições como violência contratual na forma de obrigação e de obediência às regras⁸⁴ aos nascidos em território nacional. As vidas destes entram nos cálculos de Estado alheias às virtuais possibilidades de escolha individual. No caso do empreendimento de guerra colonial há ainda um discurso mobilizador de naturalização das necessidades de abastecimento e de contingente humano extraterritoriais, racionalizado e incorporado na estrutura de pensamento civilizatório dos colonos. Outrossim, o Estado imperialista prescinde da instalação de uma rotina de guerra nas sociedades colonizadas e nas colonizadoras. Na lógica do conflito como meio de subsistência da comunidade nacional, essa

subjetivas e procedimentos de totalização objetivos. A implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário do poder soberano – a produção de corpo biopolítico é a contribuição original do poder soberano (AGAMBEN; 2014, 14)

84 Termo fundamentado a partir da noção de contratualismo de Rousseau e a vontade geral como requisito do contrato social para legitimidade do Estado.

instalação responde aos atritos internos próprios a estrutura socioeconômica do colonialismo, que tem a desigualdade como premissa, como à corrida concorrencial entre os projetos imperiais. Há de se apontar, portanto, que o inimigo nacional eleito a ser combatido nem sempre é *a priori* outro Estado nacional ou um grupo específico.

Nas guerras coloniais, as justificativas ideológicas direcionavam os Estados capitalistas a uma necessidade de combate à barbárie do mundo subdesenvolvido em nome do “bem comum, a democracia e a segurança”. O inimigo se concretizava no enquadramento de uns e outros na realidade colonial na alcunha de “bárbaros” e “selvagens”. Os colonizados não eram inimigos em si por não representarem qualquer ameaça direta: trata-se aqui de um combate ideológico e voltado à característica pré-capitalista, considerada superável pela intervenção do homem branco que, investido do direito à guerra em nome de uma missão civilizatória global, apropria-se da noção de progresso com fins imperialistas. O conceito de levar democracia significou na prática a extensão da disposição sobre as vidas do Estado nacional para as que, fora do território, eram consideradas dignas de tutela. Consequente e convenientemente, o colonialismo apresenta-se como ordem normal e justa, onde os colonizados são povos que carecem do domínio europeu e os territórios ultramarinos incorporados como parte inalienável da pátria.

A partir de tais reflexões, assumimos a aplicabilidade do conceito de *biopolítica* para designar a constante luta entre essas duas forças, em vez de apenas uma independentemente da outra: por um lado, o monitoramento, controle, disciplina e administração das vidas pelos aparelhos de poder como o governo e seus exércitos; por outro lado, a agência da população civil contra esses poderes produzindo, praticando e apresentando novas maneiras de compartilhar a precariedade das vidas.⁸⁵

85 Para Judith Butler, a sobrevivência na violência torna a todos vulneráveis, onde submeter o outro a violência é também correr o risco de perder a si mesmo. A saída seria uma não crueldade e a superação da vida nua como dispositivo de Estado. Ela aposta na possibilidade de desconstruir o direito de guerra e de submissão pela escravidão e, acima disso, o direito do Estado de posse sobre seus cidadãos e sobre os cidadãos de outros Estados, uma vez que esse constitui-se institucionalmente e não pode tomar indivíduos por seus inimigos.

Em meio às tensões da biopolítica aplicada ao contexto do colonialismo, evidencia-se a partir da segunda metade do século XX o movimento de resistência de diferentes populações civis aos aparelhos de poder coercitivo dos Estados nacionais. Foi o início da resposta dos subalternos à incorporação de si por parte da sociedade civil colonial, dos colonos, e à instauração de uma “casta superior” baseada em um sentimento de desprezo intrínseco à ideologia colonialista. Além das populações contingentes compreendidas e calculadas nas fronteiras da nação, as populações compreendidas e calculadas no âmbito extraterritorial, submetidas aos aparelhos específicos de poder do imperialismo, passam a se organizar para emancipação do contrato social não assinado em movimentos anticoloniais. À reação dos colonizados foi dado o nome de guerra subversiva, processo de resistência que exigiu alterações profundas no comportamento dos colonos e administradores coloniais nativos em sentidos distintos.

O posicionamento de parte da população civil de Estados colonizadores como a Inglaterra, por exemplo, orientou-se contra os interesses econômicos e a violência contratual que envolveram o corpo social na guerra colonial na África do Sul. Em tal contexto, as mulheres ativistas pró os povos nativos Boers expressavam as seguintes opiniões: “[...] a guerra era desnecessária e ainda por cima imoral”, “uma diplomacia mais competente poderia ter evitado isso”, “os Boers foram forçados à guerra pela agressão britânica e o espectro amplo [do conflito] foi engendrado pelos magnatas da extração do ouro em Joannesburg e seus próprios interesses”. A atitude mais comum no Império Britânico foi um desejo dos civis de cessar as guerras de expansão militar, junto a uma crença de que os territórios existentes poderiam ser governados por um maior comprometimento com o bem-estar das populações nativas. Por outro lado, em um esforço de manutenção dessas vidas em poder dos aparelhos de Estado, colonos e administradores passaram a criar mecanismos como os campos de refugiados, que estreitavam a malha de controle sobre as populações, e de integração dos nativos nos exércitos. A integração militar era compreendida como

um passo adiante no processo de assimilação e da continuidade da ingerência imperialista na África do Sul e usava os campos de concentração como artifício, sendo estes considerados paradigmas do espaço biopolítico da modernidade pois que fundados em estado de exceção de estatuto normativo. Nesses dois fatores – a divergência na concepção das relações a manter com os colonizados e o distanciamento da guerra colonial por parte da sociedade civil branca –, cujo denominador comum é o privilégio, estavam os fundamentos do conflito que se desenvolveu entre civis e militares no decurso da guerra colonial. (CABAÇO; 2009, 243). Depreende-se dessa experiência particular que os militares ingleses são dispostos à parte do corpo social, territorial e ideologicamente, pois que contrariando as demandas civis, enquanto estes são imersos em discursos patrióticos que buscavam legitimar a guerra colonial sob a égide civilizatória.

A estratégia de resposta dos colonos ingleses, franceses e portugueses contra os insurgentes era empreender esforços de contrassubversão que consistiam em ações psicológicas sobre as populações e apoio às autoridades civis locais. Eles buscavam alimentar o sentimento de guerra em todos os estratos sociais e “raciais”, utilizando forças locais para seus interesses na realização de desejos de conquista e criando critérios de utilização da guerra como valorização do indivíduo, meio de prestígio pessoal e distinção social. Ainda em uma lógica racista própria da ação colonial, abria-se a possibilidade aos nativos que fossem recrutados como soldados para o imperialismo ou para a própria nação de superação da condição moral, sem dar margens à possibilidade de integridade e elevação da mesma condição moral.

Na guerra subversiva, o “terreno de manobra”, segundo o general português José Luís Canêlhas, “era a população, e a conquista da opinião o objetivo popular. Dá-se, portanto, mais valor à conquista das almas do que à conquista do espaço” (CANÊLHAS, 2000, p.311). Tratava-se de um conceito novo de guerra, com um inimigo “cuja natureza era completamente distinta dos 'inimigos' clássicos, em especial porque utilizavam as populações simultaneamente como ambiente

operacional privilegiado, como objetivo e como retaguarda” (AFONSO; GOMES, 2000, p.66 *apud* CABAÇO; 2009, 245)

A participação ativa da sociedade civil na dinâmica da guerra colonial se deu ainda além da integração dos nativos nos exércitos nacionais e imperialistas, da intervenção midiática e humanista e como mão de obra no abastecimento de insumos para a campanha colonial. Compreendendo a introdução da biopolítica moderna em terreno colonial, entende-se a maneira como os “corpos matáveis dos súditos formam o novo corpo político do Ocidente (AGAMBEN; 2014, 122) na distinção entre quem e o que é membro da nação e quem e o que não é, onde a exclusão é mais significativa na função política suprema do Estado. A atuação das *yanggongju* na Coreia demonstra a disposição também do trabalho sexual feminino na lógica da guerra. Estas serviam como um serviço “altamente necessário”, uma “população disponível que protege do comunismo da Coreia do Norte e da violação sexual dos Estados Unidos”, vendendo sexo como à garantia da segurança nacional.

Para a proteção da integridade das demais mulheres e a entrada de dólar na economia coreana, as *yanggongju* encontravam-se no limite entre heroínas nacionais e páreas sociais. A prostituição militarizada se tornou a única forma legal de prostituição na Coreia, regulada nas instâncias de poder pelos dois governos a despeito do silêncio sobre o assunto nos documentos militares dos Estados Unidos⁸⁶. Apesar de consideradas nos cálculos de guerra, foram anuladas na seletividade das identidades nacionais, sendo negadas em sua nacionalidade e excluídas das narrativas nacionais.

A biopolítica das narrativas e contranarrativas nacionais

Ao longo dos processos das guerras coloniais de emancipação, inseridos no contexto mundial da Guerra Fria, os Estados imperialistas conseguiram exercer graus

86 Idem. p.106

diferentes de influência sobre os modelos políticos e econômicos a serem adotados pelos novos Estados em formação. Sobre Moçambique e na China, entretanto, em razão das reações antiimperialistas de orientação comunista, que criaram uma contraofensiva ideológica contra a presença estrangeira nos países, foi alimentada uma visão colonial-racista que relacionava o avanço das forças de subversão à intervenção de outros países. O sucesso dos movimentos comunistas ante os bem preparados e equipados exércitos colonos só poderia ser plausível mediante a ajuda de potências mundiais como a Rússia.

No entanto, tanto nos casos apontados como nos demais em que houve transição pactuada e maior ingerência dos Estados imperialistas nos assuntos nacionais, as divisões sociais criadas pelo colonialismo permaneceram e se perpetuaram na fixação dos tipos ideais na construção das identidades nacionais. Os Estados passam a se formar como instituições externas, impostos por um ou mais grupos dominantes que negam aos demais seu lugar na nova configuração da nação por meio de artifícios discursivos e até persecutórios.

Nesse ínterim, as nações recentes foram construídas como as modernas com base em um discurso oficial excludente, muitas vezes reativo, baseado em estereótipos que criam ilegitimidades e exorcizam proximidades. Desses estereótipos fazem parte boatos que contribuem para a produção e circulação social de uma ideia de outro que podem culminar, inclusive, em supostos discursos de traição nacional (argumento inquestionável para exclusão do projeto de nação, como o caso das *yanggonju*, dos *harkis* e sino-portugueses de Shanghai e Macau e uma instrumentalização dessas ilegitimidades no campo do nacionalismo defensivo.

Para Veena Das, a construção de imagens do outro e de si exime a subjetividade da experiência, retirando dos processos de formação de identidade a vivência e a percepção do outro pela alteridade. Na mesma linha, diz Judith Butler que

aquilo que nos vincula moralmente tem a ver com como o discurso do Outro se dirige a nós de maneira que não podemos evitá-lo ou mesmo dele desviar. Essa implicação realizada pelo discurso do Outro nos constitui, a princípio, contra a nossa própria vontade ou, talvez colocado

de forma mais apropriada, antes mesmo de formarmos a nossa vontade (BUTLER; 2011, 15).

Mais do que dispor das vidas ao seu dispôr, o Estado pode selecionar os indivíduos desejáveis para a identidade nacional e determinar inimigos internos e sujeitos de exílio. Assim, a criação de tensões entre grupos sociais nublam os limites entre perfil e característica própria à nação como um todo, de modo que um grupo só se relaciona ou se define pelo outro – e a definição de nação parte necessariamente desse conflito. A essa criação de tensões entre estereótipos em oposição, Veena Das chamou de “produção social do ódio”, que reflete ciclicamente em discursos e práticas de ataque e defesa. Ele permite, inclusive, voltar um grupo social contra ele mesmo na medida em que há um silenciamento e uma indefinição de identidades geracionais.

O movimento descrito se repete nas nações desenvolvidas e nas subdesenvolvidas como critérios da manutenção de um sistema que se sustenta das desigualdades, como é possível caracterizar o capitalismo, e ainda em discursos mais radicalizados e reivindicatórios de uma localização à esquerda, que preveem a exclusão de habitantes do território nacional em razão da segurança nacional e contra o hibridismo identitário. Assim, como analisa Hannah Arendt na obra *A origem do totalitarismo*, fundamental contribuição para a compreensão do exercício de poder e o estabelecimento do estado de exceção nos Estados modernos, podemos derivar que a manipulação do corpo social na biopolítica é ponto comum entre os pólos opostos das alas políticas tradicionais⁸⁷

As distinções políticas tradicionais (como aquelas entre direita e esquerda, liberalismo e totalitarismo, privado e público perdem a sua clareza e a sua inteligibilidade, entrando em uma zona de indeterminação, logo que seu referente fundamental tenha se tornado a vida nua. [...]

No mesmo passo em que se afirma a biopolítica, assiste-se, de fato, a um deslocamento e a um progressivo alargamento, para além dos limites do estado de exceção, da decisão sobre a vida nua na qual consistia a soberania.

⁸⁷ Ou, como aponta Paulo Sérgio Pinheiro em resenha sobre tal obra de Arendt, “do liberalismo dos regimes democráticos ao socialismo que se liberaliza”.

[...] É como se toda valorização e toda politização da vida [...] implicasse necessariamente uma nova decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante [...]. Toda sociedade fixa este limite, toda sociedade – mesmo a mais moderna – decide quem são os seus “homens sacros”⁸⁸. É possível, aliás, que este limite, do qual depende a politização e a *exceptio* da vida natural na ordem jurídica estatal não tenha feito mais que se alargar na história do Ocidente e passe hoje – no novo horizonte biopolítico dos estados de soberania nacional – necessariamente ao interior de toda vida humana e de todo cidadão. (AGAMBEN, 2014, 119-135)

A Segunda Diáspora Macaense, provocada pela descolonização oriunda da Revolução de 1949 na China, consistiu na imigração forçada de cerca de 3000 sino-portugueses de Shanghai e Macau, alvos do nacionalismo defensivo maoísta e objetados ao novo projeto de nação. No caso da comunidade macaense, os discursos sobre si e sobre o outro e dos outros sobre si são peculiares por estarem, em termos muito gerais, entre a comunidade portuguesa (e dizer isto é bastante problemático) e a comunidade chinesa; de serem filhos de um processo de colonização, sempre abandonados ou ostracizados. Em Moçambique, o ato de cultura também consistia em substituir a cultura colonialista por uma cultura popular e revolucionária, baseada nas tradições do povo (submetidas a uma “triagem de práticas e valores” valorizados). As negociações partiram então de uma equação inevitável entre a modernidade e o tradicionalismo (ou “contra-modernidade”) uma vez que é impossível abdicar da experiência colonial:

[...] os princípios da convergência e do contraste estavam subjacentes à construção (era essa a palavra que usava) de uma “identidade nacional” em que se elaborasse a síntese da qual a tradição seria reinterpretada pela incorporação crescente de elementos da modernidade. A direção da FRELIMO estava consciente da persistência temporal das estruturas. [...] sua principal preocupação no plano da confrontação cultural era “lutar contra ideias velhas” e “cortar o cordão umbilical” da sociedade colonial e no conceito de “sociedade colonial” se incluía seu prolongamento político, o poder tradicional: tudo quanto vinha do passado e de dominação deveria ser questionado e combatido, [...] porque “os valores, os gostos, as concepções que vêm do passado, ainda que contrárias à linha

88 Na teoria agambeniana, homem sacro, ou *homo sacer*, é aquele que pode ser eliminado.

[política], contrárias à nossa vida, contrárias ao progresso, continuam fortes” (MACHEL, 1974, 100 apud CABAÇO; 2009, 296).

O modo como grupos sociais na sociedade colonial recontam suas memórias e constroem suas identidades é fortemente influenciado pela sua localização social mas não completamente determinada por ela. A construção de estereótipos na definição das identidades e os silenciamentos das narrativas operam na superação da experiência pelo discurso. Tal pode ser considerado uma estratégia subjetiva dos grupos dominantes do Estado na manipulação das identidades e no exercício de poder. Há tensões na narrativa do eu de sujeitos em realidades pós-coloniais que refletem tensões entre identidade individual e a participação em um grupo. Para os Harkis, povo que foi acusado de traição e colocado às margens da sociedade francesa e da argelina durante a Guerra da Argélia, sua identidade como grupo é imposta e insistente. Ela parte de construções reais ou imaginárias dos Harkis por eles mesmos e pelos outros e a constante submersão dos Harkis de suas narrativas individuais em uma coletiva sugere um fato sócio-histórico. Isso também sugere uma separação entre o que eles sabem por experiência e o que aprendem indiretamente sobre parentesco, similaridade e afinidade por imposição (CAPRANZANO; 1992, 109). Essa narrativa de si forjada pelo outro destinou parte da população civil à marginalidade, o não-lugar de pertencimento e, em último caso, a miséria, a disciplina abusiva e a humilhação dos campos de concentração e a migração forçada. Para os que ficavam após o fechamento dos campos em 1978, houve uma grave perda de identidade oriunda dos silêncios e traumas transmitidos de geração a geração. As crianças harki são abandonadas, ostracizadas e exiladas para um território desconhecido em que eles permanecerão sendo sempre estrangeiros. O *outsider* nunca é chamado a compreender o mundo em que se encontra. Os harkis, apesar de sofrerem silenciamentos no

presente, não podem esquecer a guerra pois ela molda a sua identidade. (CAPRANZANO; 1992, 112)⁸⁹.

A guerra que molda a identidade sob o estigma da traição, no caso dos Sikhs, também determina mobiliza discursos de gênero para definição dos lugares sociais na nação e, a partir deles, dos inimigos nacionais. Os estereótipos de feminino e masculino, associados respectivamente aos Hindus e aos Sikhs na conformação da Índia em processo de emancipação e no período pós-independência, por exemplo, foram construídos na disputa pela hegemonia da identidade e do poder político estatal. Os Sikhs recusavam-se a ser governados pelo seu oposto “frágil” e “feminino” enquanto aos Hindus eles pareciam grupos “fanáticos” e “violentos”.

A “produção do ódio” entre os grupos foi destinada a dividir uma história até então compartilhada e a rifar a possibilidade de integração de uma cultura nacional. A narrativa de si dos Sikhs responde a um dualismo sistemático que os separa dos Hindus e vice-versa, sistematicamente produzindo um esquecimento da experiência na evidência do discurso. O discurso de ódio esvazia de significado os aspectos partilhados da vida cotidiana como a linguagem, a mitologia, a religião e a definição de si pelas trocas na alteridade.

A construção da identidade e o exercício de poder nas novas nações prescinde da definição clara dos papéis femininos e masculinos e seus lugares esperados. As *yanggongju*, apresentadas por Grace Cho como “alegorias da nação coreana”, são instrumentalizadas para a segurança nacional de um Estado cujas hegemonias política e moral são masculinas. A divisão sexual do trabalho performada por esta casta de mulheres para a elite nacional durante os períodos pré e pós-coloniais

89 “They did not understand why they were treated as they were, not were they told whats their fathers had done or why. Yes, despite of their parent's silence, the children came to know, if only by indirection, the Harkis' story and experiences, at a step removed, their parents' ambivalence [...] Condemnes as traitors by the Algerians, abandoned by the French, anxious not to be indentified with the Algerian immigrant workes, who reject them in any cause, they have lost their bearings, their country, but not their dignity and pride”. Ver CAPRANZANO, Vincent. *The Harkis: the wound that never heals*. The university of Chicago Press, 1992.

significou, profundamente, em corpos femininos disponibilizados para a guerra e por ela comercializados e traumatizados. Servindo de “amortecedores” dos efeitos devastadores do imperialismo norte-americano em território coreano, entre eles os estrupros como arma de guerra, as *yanggongju* se tornaram meios de controle e campos de batalha para as negociações de relações internacionais. Elas são, ao mesmo tempo, patriotas e vítimas trágicas do imperialismo estadunidense, fundamentais nas relações entre Coreia e Estados Unidos e ausentes das narrativas oficiais. Incorporando os conflitos de sentimentos coreanos sobre um projeto nacional que estava necessariamente em contato com os Estados Unidos, coadunam as contradições da seletividade das identidades⁹⁰ na formação do todo nacional.

Após terem seus corpos politizados e traumatizados, situando-se no limiar da subordinação coreana e a proximidade do “sonho americano”, a participação dessas mulheres no projeto nacional resultou em sua exclusão do mesmo projeto e no exílio da nação. Assim, Grace Cho aponta a figura das *yanggongju* como protagonistas da Diáspora Coreana, uma vez que entre a dissidência da nação e o sonho americano, representam grande parte dos sujeitos da migração coreana entre as décadas de 1950 e 1990 e têm sido importantes agentes na construção das atuais contranarrativas.⁹¹

90 “the yanggongju complicates the boundary between insider and outsider, thus making her a volatile symbol of nationalism. What happens to this narrative of the nation when the “raped woman” is mutually constituted by both the outsider - perpetrator and the violated nation she has come to represent? When the nation has also participated in the woman’s having been violated?”. CHO, Grace. *Haunting the Korean Diaspora: Shame, secrecy and the forgotten war*. University of Minnesota Press, 2008. p.87.

91 “She looks to traditional narratives about women and the state that suggest that “women’s contribution has only been recognized when the state was in peril... During ordinary times, women were often forgotten, excluded, or marginalized, but during national crisis or war, their positions tended to be ‘elevated’ by the state . During this period, the South Korean government began to recognize the role that camptown prostitutes played in building the nation and attempted to socialize camptown sex workers into a new identity—not as a struggling woman negotiating the poverty of postwar Korea but as a “diplomat” fulfilling her duties to the nation by keeping U.S. interests engaged.” (idem. p. 147)

Toma-se, portanto, que a reprodução da biopolítica nos contextos de descolonização conforma os refugiados como sujeitos coletivos emergentes da exclusão, em uma operação em que o corpo social, composto antes pelas noções de nascimento sob *mesmo solo* e *mesmo sangue*, é segmentado entre desejáveis e indesejáveis pelo poder soberano em consolidação

O refugiado emerge desse contexto em uma indefinição política, como símbolo de uma crise radical na biopolítica onde as disposições normativas são destinadas a restringir gradualmente os círculos nacionais antes amparados na díade *solo* e *sangue*. Ele desvela a relação da vida nua como secreto pressuposto do Estado-nação na medida em que, na separação de cidadãos e não cidadãos, escancara o poder estatal de desnacionalização dos inimigos internos. Há, portanto a distinção entre homem-cidadão e homem e cidadão na desvinculação do direito à cidadania e, portanto, à nação, ao nascimento. A vida nua coloca em movimento linhas normativas que devem ser incessantemente redesenhadas. (AGAMBEN; 2014, 129)

Conclusão

Os movimentos de colonização e descolonização partiram de conflitos dos Estados entre si e dentro de si que mobilizaram as populações civis à sua maneira: tanto em nome do progresso e da civilização, como contra a noção ocidental de progresso e civilização. As nações fragmentadas pela intervenção colonialista, na medida em que passam a se insurgir contra essa disposição do corpo social para a guerra, reproduzem a lógica da biopolítica nas definições (muitas vezes reativas de nacionalismo defensivo) do corpo nacional.

De tal maneira, entre os grupos hegemônicos e marginalizados dos contextos particulares da China, Argélia, África do Sul e Coreia há narrativas e contranarrativas que implicam em transições no campo da biopolítica para a redefinição dos conflitos pós-coloniais e, acima deles, dos inimigos nacionais. As estruturas de divisão social e produção social do ódio deixadas pelo colonialismo são reproduzidas pelos Estados emancipados em sua negação que, em contínua instrumentalização do corpo social, resignificam os critérios de pertencimento.

As hierarquias sociais impostas pelo sistema-mundo capitalista nas colônias não deixam de existir nos territórios, mas são complexificadas para além da dicotomia entre colonizados e colonizadores. Entre a presença estrangeira, que em muitos contextos permanece ativa nos territórios do sul, e as castas hegemônicas da nação em formação, encontram-se um sem número de grupos sociais marginalizados ou completamente excluídos dos projetos nacionais, "subjetividades precárias" construídas no marco da "violência epistêmica" colonial que são furtados a um lugar na realidade pós-colonial, sendo declarados inimigos internos. Produzidos e reproduzidos objetiva e subjetivamente, os estereótipos têm função social nas distinções identitárias e relacionam-se com função normativa aos ideais de nação.

Tal processo de exclusão cultural e política de grupos sociais inteiros coloca em marcha grandes ondas migratórias, algumas aclamadas pela historiografia como Diásporas, como a Macaense e a Coreana. Os sujeitos de Diáspora, de forma mais abrangente sujeitos coletivos de exílio, são furtados à possibilidade de retorno apontada como intrínseca à condição de imigrante por Abdelmalek Sayad. Eles são "indivíduos hifenizados", "homens traduzidos", e seu entre-lugar é a permanência em outra localidade e outra cultura que não as suas de origem. A ele recorrem as identidades plurais e parciais e um permanente sentimento de não-pertencimento nacional, marcado muitas vezes pelo trauma, até uma possível assimilação.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer – o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2ed. 2014.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BUTLER, Judith. *Frames of War*. London and New York:Verso, 2009.

_____. *Vidas precárias*. Revista Contemporânea. Dossiê Diferenças e (Des)Igualdades, Jan-Jun, 2011.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. 2009.

CRAPANZANO, Vincent. *The Harkis: the wound that never heals*. The university of Chicago Press, 1992.

CHO, Grace. *Haunting the Korean Diaspora: Shame, secrecy and the forgotten war*. University of Minnesota Press, 2008.

DAS, Veena. *War and the mythological imagination*. Antropologia 16, 2003, pp. 25- 35.

DAS, Veena. *Specificities: Official Narratives, Rumour, and the Social Production of Hate*. *Social Identities*. Feb98, Vol. 4 Issue 1, p109-130. 22p.

- FERRO, Marc. *História das Colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOBSBAWM; Eric. *A Era dos Impérios 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- HOBSON, J. A. *Imperialism: a study*. New York: Mercantile Library, 1902.
- HOFFMAN, Danny. *The war machines: young men and violence in Sierra Leone and Liberia*. Durham and London: Duke University Press, 2011.
- LUTZ, Catherine. *Ethnography at the war century's end*. Journal of contemporary ethnography., vol. 28, nº 6, 1999.
- LENIN, Vladimir I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.
- MCCLINTOCK, Anne. *Imperial Leather*. New York and London: Routledge, 1992.
- RIELDI, Eliza. *The women pro-Boers: gender, peace and the critique of empire in the South African war*. Oxford: Historical Research, vol. 86, no. 231, Blackwell Publishing, 2013.
- PINKSY, Jaime (org.). *Questão nacional e o marxismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- SCHUMPETER, Joseph. *Imperialismo e classes sociais*. Introdução de Paul Sweezy. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998.

SILVA, Ligia Maria Osorio; OLIVEIRA, Milena Fernandes. *Schumpeter e as raízes históricas do imperialismo*. REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, n° 31, p. 65-96, fevereiro 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1996.

Entrevista

Prof. Dr. Tiago Luís Gil
(Universidade de Brasília)

Espacialidades: A Revista Espacialidades traz em seu 10º volume o dossiê “História e Espaços”. Nos últimos anos o senhor vem se dedicando ao desenvolvimento de estudos no Brasil Colônia, estabelecendo um forte diálogo com a História digital e a História espacial. Nesse sentido, os seus estudos contribuem em grande medida com o tema do dossiê. Gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre essas novas ferramentas e metodologias de pesquisa histórica e como elas se cruzaram com a sua própria trajetória acadêmica.

Prof. Dr. Tiago Gil:

O uso dessas tecnologias apareceu como uma necessidade da pesquisa. Ainda no mestrado, senti necessidade de me expressar em termos cartográficos, já que estudava uma fronteira. Acabei usando um mapa do IBGE editado com recursos bastante pobres. No doutorado isso voltou por conta do problema de pesquisa. Minha pergunta dizia respeito ao processo de formação da confiança entre negociantes e saber se o contato social era influenciado pela geografia pareceu importante. Na época o *Google Earth* tinha sido recentemente lançado no Brasil e me deixou bastante instigado a pensar o espaço como algo que pudesse ser "navegado" ou pensado em termos dinâmicos. Senti falta de um Atlas dinâmico do Brasil colonial. Anos depois, já na UnB, pensei em transformar isso em um projeto de pesquisa e foi assim que nasceu o Atlas Digital da América Lusa.

Espacialidades: O jornal *Folha de São Paulo*, em 10 de outubro de 2011, apresentou a matéria “A história com mapas digitais”, originalmente publicada pelo *The New York Times*, falando justamente da importância de um novo sistema, o Geographic Information Systems (GIS), como uma nova ferramenta e fonte para os historiadores. Em sua opinião, qual a importância do uso de atlas e mapas digitais pelos historiadores, notadamente aqueles que trabalham com categorias espaciais?

Prof. Dr. Tiago Gil:

A importância me parece grande, mas nem todos concordam com isso ou se entusiasmam com a ideia. O uso desses recursos é ainda muito limitado, ainda que esteja crescendo muito. Na verdade, o consumo de mapas pelos historiadores é bastante reduzido, mesmo entre aqueles que trabalham com categorias espaciais. Os historiadores se sentem mais cómodos com textos e preferem ficar nessa zona de conforto. Quando usam mapas, quase sempre são reproduções editadas, o que é ruim pois geralmente são confusas e anacrônicas. Acredito que a cartografia pode ser uma linguagem muito importante e os historiadores deveriam aprender a contar suas histórias não apenas com palavras, mas com linhas, pontos e polígonos.

Espacialidades: “Desde há muito, os historiadores usam textos para contar histórias”. Assim inicia-se o artigo publicado na Revista de História (USP), escrito pelo senhor e pelo pesquisador. Leonardo Barleta (Stanford University), intitulado *Formas alternativas de visualização de dados na área de História: Algumas notas de pesquisa*. Levando-se em consideração esse trecho, quais os possíveis caminhos teórico-

metodológicos para os historiadores que desejam contar suas histórias não tão somente por textos, mas, sobretudo por meio de mapas e atlas?

Prof. Dr. Tiago Gil:

Em primeiro lugar, aprender a consumir mapas. Há poucos cursos de história em que a leitura e interpretação de mapas é objeto de estudo. Sabendo ler um mapa com qualidade, já temos um bom caminho para sua produção. De resto, me parece importante conhecer um pouco sobre semiologia gráfica, algo que parece complicado mas não é mais complexo do que discutir objetividade nas ciências humanas, o que fazemos em todos os cursos. Feito isso, o aprendizado de um software pode ajudar na parte visual, pois facilita muito o trabalho básico. O resto é trabalho de historiador.

Espacialidades: Em trabalho desenvolvido no Laboratório de História Social da Universidade de Brasília, o senhor coordena atualmente o projeto *Atlas Digital da América Lusa*. Poderia nos falar mais a respeito dessa ferramenta? De que forma os historiadores podem utilizá-la como fonte e também colaborar para manutenção dessa plataforma digital?

Prof. Dr. Tiago Gil:

O Atlas é como um *Google Maps* do Brasil colonial, no sentido de apresentar o conjunto da América Portuguesa e permitir um *zoom* até as ruas das vilas. Contudo, diferentemente do *Google Maps*, o Atlas permite que se selecione um período de tempo, que pode ser um dia, um mês, uma década ou qualquer outro recorte. Isso permite ao usuário observar o espaço ao longo do tempo. Por outro lado, a ideia central do Atlas é ser

uma ferramenta colaborativa, na qual o usuário também possa enviar conteúdos para complementar e corrigir as informações que ali estão. Na página do projeto temos um leque de opções de colaboração, dentre as quais destaco a produção de verbetes de enciclopédia digital sobre os diversos lugares que compunham a América Portuguesa. Ninguém é melhor que os historiadores regionais para tratar disso e essas contribuições têm melhorado muito a qualidade do Atlas.

Espacialidades: O senhor, recentemente, publicou um livro tendo como base o que se tem produzido no *Atlas Digital da América Lusa*. Fale-nos sobre o processo de seleção de conteúdo para o livro, as expectativas acerca de repercussão do livro e o público alvo que se desejava alcançar.

Prof. Dr. Tiago Gil:

Recentemente lançamos o "Atlas Histórico da América Lusa" que é UMA versão impressa (e não A versão impressa) do Atlas Digital. Fizemos isso porque dispúnhamos de uma quantidade enorme de informação já sistematizada no Atlas Digital que não era consumida porque muitos usuários não paravam para pensar possibilidades de comparação e análise daqueles dados. Pensamos em propor a nossa leitura "já pronta" daquele conjunto, uma vez que o atlas exhibe apenas aquilo que o usuário marca para ver (ele deve selecionar os conteúdos que quer ver). Muitos historiadores nos diziam que não sabiam o que selecionar e por isso não gostavam de usar o atlas. Fizemos essa leitura para mostrar o potencial da ferramenta digital. Escolhemos temas clássicos, como o processo de ocupação (através da fundação de vilas), a criação das capitânias e sua

dinâmica no tempo (ao contrário da velha representação em retângulos que iam da linha de Tordesilhas para o litoral, válida por pouco tempo), as ligações econômicas, a localização de alguns grupos indígenas, dentre outros. O resultado é uma publicação voltada para os estudantes de História, pesquisadores e professores de História da educação básica. Ainda é difícil saber a repercussão da obra, mas os primeiros sinais têm sido muito positivos.

